

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**MARTA IZABEL FIORENTIN**

**A EXPERIÊNCIA DA IMIGRAÇÃO DE AGRICULTORES BRASILEIROS NO  
PARAGUAI (1970-2010)**

**CURITIBA**

**2010**

**MARTA IZABEL FIORENTIN**

**A EXPERIÊNCIA DA IMIGRAÇÃO DE AGRICULTORES BRASILEIROS NO  
PARAGUAI (1970-2010)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Cesar de Almeida Santos

**CURITIBA**

**2010**

Catálogo na Publicação  
Aline Brugnari Juvenêncio – CRB 9ª/1504  
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação -UFPR

Fiorentin, Marta Izabel

A experiência da imigração de agricultores brasileiros no Paraguai (1970-2010) / Marta Izabel Fiorentin. – Curitiba, 2010.  
112 f.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Cesar de Almeida Santos  
Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

1. Trabalhadores rurais - Migração. 2. Paraguai – Trabalhadores rurais. 3. Aculturação. I. Título

CDD 304.8



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES.  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
Rua Gal. Carneiro, 460, 7º andar, sala 716, fone/fax + 55 (41) 3360-5086,  
80.060-150, Curitiba, PR, Brasil.  
E-mail: cpghis@ufpr.br Website: www.poshistoria.ufpr.br

#### PARECER DA BANCA EXAMINADORA

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PGHIS/UFPR) para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de Marta Izabel Schneider Fiorentin, intitulada: **A experiência da imigração de agricultores brasileiros no Paraguai (1970-2010)**, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua *APROVAÇÃO*....., completando-se assim todos os requisitos previstos nas normas desta Instituição para a obtenção do Grau de **Mestre em História**.

Curitiba, vinte e dois de julho de dois mil e dez.

Prof° Dr° Antonio Cesar de Almeida Santos (Orientador)  
Presidente da Banca Examinadora

Prof° Dr° Valdir Gregory (UNIOESTE)  
1° Examinador

Prof° Dr° José Roberto Braga Portella (UFPR)  
2° Examinador

## AGRADECIMENTOS

Ao Curso de Pós-Graduação em História da UFPR, que me oportunizou aprimorar e aprofundar o aprendizado sobre o intrincado ofício do historiador.

À Universidade Paranaense pelo incentivo a qualificação profissional.

Ao professor orientador Antônio César de Almeida Santos, pelas leituras, pela dedicação e eficiência em ler e corrigir as várias versões apresentadas, pelas considerações e sugestões que fez. Pelo profissionalismo com que me orientou. A ele agradeço também por ter sido terno e compreensivo nos momentos em que meus problemas pessoais atrapalharam o andamento dos trabalhos.

Aos professores José Roberto Portela e Roseli Boschilia, membros da banca de qualificação, pelas observações criteriosas e enriquecedoras que fizeram.

À professora Maria Luiza Andreazza pelo exemplo de autenticidade e humildade e compromisso na tarefa de ensinar a pesquisar.

Ao meu esposo Ivair Pedro e ao meu filho Vinícius Augusto pela compreensão e paciência em minhas ausências. Pelo apoio incondicional e amor, a mim dedicados.

Aos meus familiares, e também aos meus amigos e colegas da UNIPAR que me ajudaram direta ou indiretamente nesta caminhada.

Às instituições pesquisadas, pela prontidão em atender-me.

À professora paraguaia e pesquisadora Fernanda Feliú pelo livro autografado e sugestões de material de pesquisa.

Ao professor e pesquisador paraguaio Fabrício Vasquez, pela conversa e tempo concedido em Assunção, em que compartilhou comigo seu conhecimento empírico e científico, importantes para a confecção de desta dissertação.

Aos agricultores entrevistados, moradores da Gleba 11 e da Curva da Lata, Áureo Friguetto, Lourdes Leitchaveis, Cláudio Chiossi, Joseli Dalke, Marcelo Schneider, Eduino Moh, Renato Schneider, Sinaide Backes, Nildo Schneider e Valdecir Lecheta, pela disponibilidade e humildade em dividir comigo suas experiências de vida.

A todos meu muito obrigada!

Os acontecimentos históricos não têm a mesma significação para todos.

Marc Ferro

## RESUMO

A região Leste do Paraguai foi profundamente modificada após a chegada de agricultores brasileiros. Esse fenômeno social, que se iniciou nos anos 1970, foi marcado por um conjunto de fatores, envolvendo interesses dos governos do Brasil e do Paraguai. Neste contexto, evidenciaram-se a participação de empresas de colonização, a construção da Ponte da Amizade e da Usina Hidrelétrica de Itaipu, a mecanização da agricultura na região oeste do Paraná e os interesses dos próprios agricultores em manterem seu modo de vida. Os principais fatores de atração foram: o baixo custo das terras, a fertilidade do solo e a proximidade com a região de origem, o oeste do Paraná. O objetivo principal deste estudo foi perceber as relações entre os agricultores imigrantes brasileiros e os paraguaios. As experiências destes sujeitos foram estudadas a partir de entrevistas orais. Registraram-se informações que demonstram o cotidiano dos primeiros tempos da imigração, com a formação de suas propriedades e dos núcleos de povoamento Curva da Lata (município de Katueté) e Gleba 11 (município de Mbaracayu), ressaltando o convívio sócio-cultural com a sociedade paraguaia. Os espaços estudados mostraram-se privilegiados para a análise das interações, adaptações, conflitos, ideologias e a pluralidade cultural como elemento de identidade e síntese. Percebeu-se, enfim, a possibilidade de construção de uma compreensão da atual dinâmica sociocultural paraguaio-brasileira, em que é possível perceber não somente a transformação do espaço no qual os brasileiros são os agentes da modernização da agricultura, com o crescimento da produção de soja no Paraguai, mas também as transformações no campo da cultura imaterial. Evidenciam-se no cotidiano, características da construção e reconstrução de identidades e alteridades, neste entrecruzamento de culturas. É uma história criada e recriada neste novo espaço de convivência.

**Palavras-chave:** Imigração; agricultores brasileiros; experiências; hibridismo cultural; Paraguai.

## ABSTRACT

The eastern region of Paraguay was profoundly changed after the arrival of Brazilian farmers. This social phenomenon, which began in the 1970s, was marked by a number of factors, involving the interests of governments of Brazil and Paraguay. In this context, it proves that participation of enterprises of colonization, the construction of the Friendship Bridge and the Itaipu Hydroelectric Plant, the mechanization of agriculture in the region west of Paraná and the interests of farmers in maintaining their own way of life. The main attraction factors were: the low cost of land, soil fertility and proximity to the region of origin, west of Parana. The main objective of this study was to understand the relations between immigrants Brazilian farmers and the Paraguayans. The experiences of these subjects were studied on the basis of oral interviews. Information was recorded showing the daily life of early days of immigration, with the formation of their properties and population centers Curva da Lata(municipality of Katueté) and Gleba 11 (Municipality of Mbaracayu), highlighting the socio-cultural coexistence with Paraguayan society. The areas studied are not privileged to the analysis of interactions, adaptations, conflicts, ideologies and cultural diversity as an element of identity and synthesis. It was noticed, finally, the possibility of building an understanding of current sociocultural Paraguayan-Brazilian dynamics, it is possible to realize not only the transformation of the space in which the Brazilians are the modernizing agents of agriculture, with the growth of soybean production in Paraguay, but also changes in non-material culture. Showing up in everyday life are characteristics of identity and otherness construction and reconstruction, this intermingling of cultures. It is a story created and recreated in this new living space.

**Key-words:** Immigration; Brazilian farmers; experiences; cultural hybridity; Paraguay.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	1
<b>CAPÍTULO 1: O FENÔMENO DA EMIGRAÇÃO DE BRASILEIROS PARA O PARAGUAI</b> .....	10
A MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA DO BRASIL NOS ANOS DE 1970.....	10
HIDRELÉTRICA DE ITAIPU COMO AGENTE DE EXPULSÃO DOS AGRICULTORES DO OESTE DO PARANÁ.....	16
PRODUÇÃO FAMILIAR E A BUSCA POR UMA VIDA MELHOR.....	24
Categorias de agricultores brasileiros emigrantes.....	28
Elementos que alimentaram o imaginário dos agricultores e motivaram a emigração.....	30
<b>CAPÍTULO 2: A PRESENÇA DOS IMIGRANTES AGRICULTORES BRASILEIROS NO PARAGUAI</b> .....	35
ESPAÇOS OCUPADOS POR IMIGRANTES BRASILEIROS NO PARAGUAI .....	36
EXPERIÊNCIAS DOS PRIMEIROS TEMPOS .....	47
Experiências de negociação e aquisição legal de terras no Paraguai.....	51
A rotina dos agricultores e a adaptação às condições do lugar .....	58
CRIANDO “RAÍZES” EM SOLO ESTRANGEIRO .....	64
<b>CAPÍTULO 3: ATUAL DINÂMICA SOCIAL DOS IMIGRANTES AGRICULTORES BRASILEIROS NO PARAGUAI</b> .....	73
IMIGRANTES AGRICULTORES BRASILEIROS E A INTEGRAÇÃO SOCIOCULTURAL PARAGUAIO-BRASILEIRA .....	77
Olhares sobre a idéia de pertencimento dos imigrantes brasileiros em relação à sociedade paraguaia .....	78
A dinâmica dos espaços ocupados pelos imigrantes brasileiros no Paraguai.....	81
A atual realidade socioeconômica do Paraguai e os percalços para uma maior integração entre brasileiros e paraguaios.....	83
Olhares sobre as novas gerações: filhos de brasiguaios e o hibridismo cultural.....	91
<b>CONCLUSÃO</b> .....	102
<b>FONTES ORAIS</b> .....	106
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	106

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Região oeste do Paraná (Macro-fronteiras e Lago Itaipu) .....	17
Figura 2 - Divisão político-administrativa do Paraguai .....	37
Figura 3 - Sucessivas migrações no interior do Brasil em diferentes momentos históricos .....	38
Figura 4 - Colonização interna no Paraguai oriental (Governo de Stroessner) .....	40
Figura 5 - Principais focos de povoamento paraguaio e brasileiro em Canindeyú em fins de 1990 .....	68
Figura 6 - Principais focos de povoamento brasileiro em Alto Paraná em fins de 1990 .....	70
Figura 7 - Organização do Paraguai oriental e a influência brasileira .....	82
Figura 8 - Imagem de satélite do cultivo da soja no Paraguai oriental, safra 2003/2004 .....	83

## INTRODUÇÃO

O fenômeno das migrações entre Brasil e Paraguai já foi abordado em diversos estudos. A maioria deles sob o olhar dos re-emigrados, ou seja, dos imigrantes que tiveram seu sonho de imigração frustrado e acabaram retornando ao Brasil. A maioria destes estudos segue o viés do materialismo histórico e não aborda, em sua amplitude, este fenômeno social.<sup>1</sup> Há ainda estudos de cunho jornalístico<sup>2</sup> também focando principalmente a história dos re-emigrados, como se fossem a única categoria de imigrantes brasileiros no Paraguai. Esses estudos apresentam lacunas que merecem nossa atenção, na medida em que se buscou uma melhor compreensão da dinâmica imigratória de brasileiros para o Paraguai. Entre essas lacunas estão as experiências vividas por imigrantes agricultores brasileiros que acabaram radicando-se no Paraguai, ao longo de mais de trinta anos de imigração.

Tais imigrantes agricultores formam um contingente considerável e estão envoltos em complexidades típicas desse tipo de movimentos populacionais. Conforme apontado por Riquelme, “a imigração brasileira se diferencia dos demais grupos migratórios radicados no Paraguai por seu volume, densidade, concentração geográfica e poder econômico. Em alguns municípios fronteiriços, os brasileiros constituem 70% da população”.<sup>3</sup>

Segundo dados levantados por Souchaud, são aproximadamente 500 mil brasileiros vivendo no Paraguai, o que representa cerca de 10% da população daquele país<sup>4</sup>. Apesar desses dados, a quantidade de brasileiros no Paraguai ainda é imprecisa, mas as estimativas indicam que se trata da maior emigração de brasileiros para uma nação fronteiriça e a segunda maior, perdendo apenas para a quantidade de brasileiros que estão nos Estados Unidos. Segundo os dados do Ministério das Relações Exteriores do Paraguai, em 2002, dos 545.886 brasileiros

---

<sup>1</sup> Ver BRACAGIOLI NETO, A. **A fronteira dos excluídos**: a trajetória social dos brasiguaios. Porto Alegre/RS: Cadernos de Sociologia PPGS/UFRGS, 1994. Ver ainda FOGEL, R.; RIQUELME, M. **Enclave sojero, merma de soberanía y pobreza**. Asunción/Paraguay: Centro de Estudios Rurales Interdisciplinarios, 2005.

<sup>2</sup> Ver ALVES, J. L. **Brasiguaios**: destino incerto. São Paulo: Global, 1990. Ver ainda CORTÉZ, C. **Brasiguaios**: os refugiados da fronteira. São Paulo: Brasil Agora, 1993.

<sup>3</sup> RIQUELME, M. Notas para el da lãs causas y efectos de las migraciones brasileñas em el Paraguay. In: **Enclave sojero, merma de soberanía y pobreza**. Centro de Estudios Rurales Interdisciplinarios (CERI). Asunción, Paraguay. 2005. p. 93. [Tradução do original].

<sup>4</sup> SOUCHAUD, S. **Geografía de la migración brasileña en Paraguay**. Asunción/Paraguay: UNFPA, 2001.

que se encontravam nos países da América do Sul, 459.147 estavam no Paraguai, ou seja, mais de 4/5 de todos os emigrantes brasileiros que vivem nos países vizinhos<sup>5</sup>.

Logo no início da elaboração do projeto para este estudo, percebemos que a presença de milhares de agricultores brasileiros no Paraguai está longe de ser um fato isolado; ao contrário, é resultado de um processo inserido num contexto muito mais amplo, que envolve uma série de fatores que permeiam as relações entre os governos do Brasil e do Paraguai, além de empresas de colonização, a Usina Hidrelétrica de Itaipu, processos econômicos, políticos e sociais, além de interesses dos próprios agricultores na manutenção de um modo de vida.

Com a pesquisa, procurou-se estabelecer como ocorreu esse processo histórico, ordenando e inter-relacionando fatos e buscando suporte teórico para a sua compreensão. O que poderia parecer um processo desconexo tornou-se alvo desta pesquisa, ou seja, o fenômeno da imigração de agricultores brasileiros no Paraguai e suas causas e desdobramentos. Aliás, um dos fatos que chama a atenção foi a transferência de massas humanas de um país considerado mais desenvolvido e em período de alardeada modernidade – eram tempos do milagre econômico do governo militar brasileiro – para um país tido como estagnado ou atrasado tecnologicamente.

De fundo político, cultural ou econômico, observa-se que questões, como a presença não legalizada de brasileiros no Paraguai, nichos de cultura brasileira naquele país, a forte presença de brasileiros na Zona de Segurança Fronteira Paraguaia<sup>6</sup> e manifestações antibrasileiras, passaram a ser noticiadas por canais de televisão e jornais, em período recente. O que se vê atualmente na área fronteira entre Brasil e Paraguai envolve uma complexa gama de problemas, e a “expressão

---

<sup>5</sup> PARAGUAY. (2004). Resultados finales. Censo Nacional de Población y Viviendas. Año 2002- Total País.

<sup>6</sup> A “Ley nº 2532”, que define a “zona de seguridad fronteriza”, promulgada em 14 de fevereiro de 2005, prevê, entre outros artigos: “Artigo 1º- Estabelece-se Zona de Segurança Fronteira a faixa de 50 quilômetros adjacente as linhas de fronteira terrestre e fluvial dentro do território nacional. Artigo 2º- Salvo autorização por Decreto do Poder Executivo, fundada em razões de interesse público, como aquelas atividades que promovam ocupação de mão de obra na Zona de Segurança Fronteira, os estrangeiros oriundos de quaisquer dos países limítrofes da República ou as pessoas jurídicas integradas majoritariamente por estrangeiros oriundos de quaisquer dos países limítrofes da República, não poderão ser proprietários, condôminos ou usufrutuários de imóveis rurais”. PARAGUAI. Decreto-lei nº 2532, de 14 de fevereiro de 2005. **Gaceta Oficial de la Republica del Paraguay**, Asunción, Py, n 16, 24 fev. 2005. [Tradução do original]

humana dessa complexidade são os *brasiguaios*<sup>7</sup>.

O termo “brasiguai” recebeu diferentes entendimentos ao longo desse processo. Primeiramente, foi utilizado para designar uma categoria de imigrantes camponeses que, depois de terem o sonho migratório frustrado, viram-se obrigados a retornar ao Brasil (não foi a categoria que retornou, mas os indivíduos), em meados da década de 1980. Mais tarde, da década de 1990 em diante, o termo brasiguai foi empregado para designar brasileiros imigrantes e seus descendentes radicados no Paraguai. Nesta acepção, este conceito traduz a complexidade social que aponta a pertinência deste estudo.

Visto o interesse em investigar a experiência de agricultores imigrantes brasileiros no Paraguai, fez-se uso de fontes orais obtidas por meio de entrevistas. Ao dialogar com a memória histórica dos imigrantes entrevistados, foi possível compreender o objeto de estudo por meio de indivíduos que vivenciaram, direta ou indiretamente, a situação de agricultor imigrante no Paraguai. A análise das experiências vividas por esses agricultores permitiu visualizar “símbolos, manifestações, valores e vínculos sociais que condicionam o comportamento humano e estruturam o imaginário da coletividade e do indivíduo”.<sup>8</sup>

Foram realizadas entrevistas em pequenas localidades da zona rural paraguaia com grande concentração de imigrantes brasileiros ali radicados. Foram entrevistados dez imigrantes agricultores brasileiros pertencentes às comunidades de Curva da Lata (município de Katueté, departamento de Canindeyú/Paraguai) e da comunidade Gleba 11 (município de Mbaracayu, departamento de Alto Paraná/Paraguai). Estes núcleos de povoamento estão situados na região oriental do Paraguai. Os dois povoados estão separados por uma distância aproximada de cento e vinte quilômetros. Sendo que, Katueté localiza-se aproximadamente a setenta quilômetros de Guaíra, cidade do Oeste paranaense e a Gleba 11 a cento e noventa quilômetros desta mesma cidade. Estes núcleos de povoamento estão situados na região oriental do Paraguai.

Na comunidade de Curva da Lata, entrevistamos o agricultor Eduino Moh, casado, cinco filhos, com 60 anos de idade. Saiu de Nova Santa Rosa, estado do Paraná, onde vendeu um alqueire de terra. Chegou ao Paraguai em 1984, onde

---

<sup>7</sup> CORTÊZ, C. **Brasiguaios**: os refugiados da fronteira. São Paulo: Brasil Agora, 1993. p. 38.

<sup>8</sup> CADIOU, F. **Como se faz a história**: historiografia método e pesquisa. Rio de Janeiro: Vozes, 2007. p. 186.

comprou dez alqueires de terra. Trabalha a terra com máquinas agrícolas e mão de obra familiar. Além da soja, cultiva produtos de subsistência. Nesta mesma localidade, também entrevistamos o agricultor Marcelo Schneider, 34 anos, casado, três filhos. Filho de agricultores, saiu de Toledo, estado do Paraná, para trabalhar como arrendatário no Paraguai, onde chegou em 1998. Atualmente é proprietário de três alqueires de terra e cultiva produtos de subsistência em sua propriedade, e ainda trabalha como arrendatário em outras propriedades. Utiliza máquinas agrícolas e, em épocas de safra, contrata trabalhadores temporários. Ainda na Curva da Lata, entrevistamos o agricultor Cláudio Chiossi, casado, com 36 anos de idade; tem dois filhos nascidos no Paraguai, onde chegou em 1985, acompanhando o pai. Saíram de Tapejara do Oeste, estado do Paraná. Seu pai comprou vinte e cinco alqueires de terras no Paraguai para dar de herança aos filhos, mas perderam as terras por dívidas contraídas em cerealistas. Atualmente pratica várias atividades simultâneas, trabalha como arrendatário, reside e cultiva produtos de subsistência em uma propriedade que não é sua (com autorização dos proprietários) e em época de colheita, trabalha como motorista de caminhão (transporte de soja). Na mesma localidade, também entrevistamos Valdecir Lecheta, 29 anos de idade, casado, três filhos nascidos no Paraguai. Chegou ao Paraguai com dois anos de idade, acompanhando os pais que venderam uma propriedade de cinco alqueires em Campina da Lagoa, estado do Paraná, e adquiriram de vinte alqueires em Santa Rita, no país vizinho. Atualmente, trabalha como empregado rural na Gleba 11. Sua família teve o infortúnio de perder as terras por problemas com a documentação. Valdecir Lecheta luta na justiça paraguaia para recuperar as terras.

Na comunidade de Gleba 11, entrevistamos o agricultor Nildo Schneider, 67 anos de idade, casado, cinco filhos e oito netos. Em 1978, por insistência dos pais e irmãos adquiriu vinte alqueires de terra na Gleba 11. Ao longo dos anos, adquiriu mais terras. Trabalhou principalmente com o cultivo de soja mecanizada, com mão de obra familiar e, em épocas de safra, com mão de obra temporária. Depois de vinte cinco anos, entregou os negócios aos filhos e, atualmente, vive em Toledo, no estado do Paraná. Também na Gleba 11, entrevistamos o técnico em agropecuária Áureo Friguetto, natural do Rio Grande do Sul. Ele tem 40 anos de idade, casado, com dois filhos nascidos no Paraguaim, onde chegou em 1971, com quatro anos de idade. Seus pais possuíam um pequeno comércio em Hernandárias. Formou-se técnico em agropecuária no Paraguai e dá orientação técnica aos agricultores da

Gleba 11, desde 1982. Renato Schneider foi outro entrevistado da Gleba 11. Tem 64 anos de idade, é casado, com três filhos e sete netos, estes nascidos no Paraguai. Vivia em Toledo, estado do Paraná, de onde saiu em 1979; vendeu uma propriedade de cinco alqueires e adquiriu aproximadamente 20 alqueires na Gleba 11. Ao longo de trinta anos foi adquirindo mais terras. Trabalha a terra com máquinas agrícolas e mão de obra familiar. Em épocas de temporada contrata trabalhadores temporários. Além da soja, cultiva produtos de subsistência. Entrevistamos também Lourdes Leichtweis, 57 anos de idade, casada, três filhos e três netos, sendo que os filhos e netos nasceram no Paraguai. Saiu de Toledo, estado do Paraná, em 1983. Recebeu de herança de seus pais dez alqueires de terra na Gleba 11. Ao longo de vinte e seis anos, foi aumentando a propriedade. Trabalha a terra com máquinas agrícolas e mão de obra familiar. Em épocas de temporada contrata mão de obra temporária. Além da soja, cultiva produtos de subsistência. Outra entrevistada foi Sinaide Backes, 38 anos, casada, quatro filhos. Saiu de Toledo, estado do Paraná, em 1984, com 12 anos de idade. Seus pais venderam uma propriedade de cinco alqueires e adquiriram aproximadamente 20 alqueires na Gleba 11. Ao longo do tempo, sua família foi adquirindo mais terras. Seguindo o exemplo dos pais, continua na agricultura; trabalha a terra com máquinas agrícolas e mão de obra familiar. Em épocas de safra contrata mão de obra temporária. Dedicase especialmente ao cultivo da soja. Seu esposo é comerciante. Também entrevistamos Joseli Dalke, solteira, 20 anos. Filha de agricultores, atualmente é estudante Universitária em Toledo, estado do Paraná. Em 1973, seus pais venderam uma propriedade de três alqueires em Toledo, e adquiriram terras em Santa Rita, no Paraguai. Nascida no Paraguai, fala espanhol com fluência.

Dentre tantos núcleos de povoamento constituídos basicamente por imigrantes agricultores brasileiros, elegeu-se estas duas localidades, pois elas nos oferecem um conjunto de elementos da realidade sócio-cultural vivida por estes imigrantes. Quer dizer, como estas duas comunidades, existem centenas de outras com as mesmas características, constituídas por pequenos agricultores, especialmente originários do oeste paranaense, que viram nas terras paraguaias a possibilidade de sobrevivência como homem do campo. Participaram das entrevistas imigrantes agricultores homens e mulheres, membros de diferentes faixas etárias. A realização das entrevistas foi marcada por dificuldades, como o difícil agendamento, uma vez que o trabalho no campo não segue uma rotina pré-fixada, o cancelamento

de algumas delas em razão de chuvas que impediam a locomoção em estradas secundárias, o medo e a desconfiança dos agricultores em fornecer informações também dificultaram o contato com muitos imigrantes. Os noticiários de rádio e TV local tem divulgado matérias, em nossa opinião generalizantes e sensacionalistas, sobre conflitos agrários entre imigrantes brasileiros e camponeses paraguaios; este noticiário acabou deixando os agricultores arredios a qualquer tipo de entrevistas. Alguns moradores aceitavam conversar, no entanto, não permitiam a divulgação de seus depoimentos. Mas, talvez, a maior dificuldade tenha sido quebrar o silêncio dos entrevistados sobre as frustrações enfrentadas, decorrentes das escolhas feitas no passado, quando decidiram imigrar. De acordo com Michel Pollak,

(...) não se trata de historicizar memórias que já deixaram de existir, e sim, trazer à superfície memórias 'que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível' e que 'afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados'.<sup>9</sup>

Ainda conforme aponta Pollak, é a disputa entre memórias ou a luta entre a memória oficial e as memórias subterrâneas. Este embate que se trava pela incorporação destas memórias marginalizadas, silenciadas, é um embate pela afirmação, sobretudo, de uma identidade que, por pertencer a uma minoria, encontra-se marginalizada.<sup>10</sup> Foi perceptível a vontade de falar dos acertos, das conquistas e do sucesso. Os tropeços e as frustrações apareceram muitas vezes nas entrelinhas dos depoimentos<sup>11</sup>. Nesse sentido, é preciso considerar que ao realizar uma pesquisa que se utiliza da metodologia da História Oral tem-se a via ideal para a busca de particularidades da vida de agentes sociais de uma história compartilhada. A oralidade torna-se a via ideal para o resgate dessas particularidades da vida de agentes sociais de uma história compartilhada. Citando Lucien Febvre, Jacques Le Goff ressalta que

---

<sup>9</sup> POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v., 2, n. 3, 1989. p. 3-15.

<sup>10</sup> Id.

<sup>11</sup> Conforme Antonio Cesar de Almeida Santos, "O termo entrevista, neste trabalho, é utilizado para designar o momento em que entrevistado e investigador eram postos frente a frente; o termo depoimento refere-se ao resultado daquela relação comunicativa". Ver SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. **Memória e cidade: depoimento e transformação urbana de Curitiba (1930-1990)**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1999, p. 16.



toda uma parte, e sem dúvida a mais apaixonante do nosso trabalho de historiadores, não consistirá num esforço constante para fazer falar as coisas mudas, para fazê-las dizer o que elas por si próprias não dizem sobre os homens, sobre as sociedades que as produziram, e para constituir, finalmente, entre elas, aquela vasta rede de solidariedade e de entreatada que supre a ausência do documento escrito?<sup>12</sup>

Pois bem, as dificuldades mereceram nossa especial atenção. Exigiu-nos uma investigação pacienzosa, com conversas demoradas, onde deixamos aflorar os indícios<sup>13</sup> para então nos aproximarmos dos fatos e, desta maneira, conseguir também informações sobre a história não contada que permeou esse fenômeno migratório.

Por outro lado, é necessário considerar que o Estado nacional constrói os limites políticos e os agentes locais criam variados sentidos para esse limite estatal; esses mesmos agentes criam outras fronteiras e variadas formas de auto-identificação (classe, nação, gênero, etnia etc.) e de classificação dos outros.<sup>14</sup> O estudo das comunidades instaladas na Curva da Lata, e na Gleba 11 apresenta-se como um espaço privilegiado para a análise das interações, adaptações, hibridismo, exclusões, preconceitos e ideologias, na medida em que o relacionamento entre brasileiros e paraguaios permite a reflexão e a construção de uma imagem sobre um novo espaço de integração em terras paraguaias.

Assim, o presente estudo está dividido em três capítulos. No primeiro, analisa-se quem emigrou e por que emigrou, buscando os fatores ou as causas que provocaram este movimento de brasileiros em direção ao Paraguai Oriental. Identificamos a modernização agrícola no Brasil, nos anos 1970, e a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu como agentes de expulsão, e a produção familiar como um elemento da identidade de um grupo que parte em busca de uma vida melhor.

Apontamos ainda, como elementos que alimentaram o imaginário e serviram de atração para os imigrantes, as oportunidades sedutoras do baixo valor das terras paraguaias, as vantagens com o câmbio das moedas, o conhecimento sobre a fertilidade do solo e a proximidade com a terra natal, ou seja, principalmente, com o Oeste do Paraná.

No segundo capítulo, construímos uma discussão sobre a presença dos

<sup>12</sup> LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997. p. 98.

<sup>13</sup> Conforme Carlo Ginzburg, "(...) o conhecimento histórico é indireto, indiciário, conjectural." p. 166-157. GINZBURG, C. **Sinais: raízes de um paradigma indiciário**. In: **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

<sup>14</sup> GARCÍA, C. N. **Culturas híbridas**. São Paulo: Edusp, 2000.

agricultores brasileiros no Paraguai, nas localidades indicadas, com o objetivo de perceber a trajetória ou as histórias do cotidiano deste grupo, que partiu em busca de uma vida melhor. Além da bibliografia relacionada ao tema, o conteúdo das entrevistas foi essencial para a compreensão da visão e das experiências desses imigrantes. Mostramos como se deu a ocupação dos espaços, a localização e geografia dessa ocupação. Cabe destacar que antes da chegada desses imigrantes, as localidades analisadas já haviam recebido outros brasileiros. Eram os *empleiteros*, grupos de trabalhadores contratados para abrir clareiras na floresta, extrair madeira de lei e plantar menta.

Ainda no segundo capítulo, apresentamos as experiências dos primeiros tempos dos imigrantes: o trabalho, as condições de moradia, a inexistência de infraestrutura e, principalmente, as estratégias criadas para enfrentar todo o tipo de obstáculos na nova terra, até mesmo as dificuldades com a negociação e aquisição legal de terras no Paraguai. Essa última situação foi, para muitos, uma experiência frustrante.

No terceiro capítulo, tratamos da configuração social em que os imigrantes agricultores brasileiros no Paraguai estão inseridos hoje. Buscamos perceber não somente a transformação do espaço no qual os brasileiros são os agentes da modernização da agricultura, com o crescimento da produção de soja no Paraguai, mas também as transformações no campo da cultura imaterial<sup>15</sup>.

De acordo com Stuart Hall, uma situação de imigração faz com que os indivíduos venham a pertencer a dois mundos ao mesmo tempo, e que procurem manter, mesmo que conflituosamente, suas raízes, suas tradições e a memória que os ligam a um território de origem. É esse pertencimento a dois mundos identitários que leva a uma condição de hibridismo cultural, produto de várias histórias interconectadas. Para Hall,

a complexidade do fenômeno da hibridação cultural está nas múltiplas implicações que estes cruzamentos podem ter, desde um reforço nas identidades locais, passando pela questão da 'geometria do poder' ou

---

<sup>15</sup> Conforme Haroldo Carvalho, a cultura imaterial é mais fluída, fugidia e está mais sujeita às mudanças e adaptações dinâmicas e, por isso mesmo, torna-se mais rica em informação sobre os modos de vida de determinado grupo ao longo de um certo tempo, pois está em constante transformação. Os exemplos mais corriqueiros de cultura imaterial estão vinculados a saberes sociais e familiares, elementos que caracterizam o "patrimônio vivo" e no qual se percebe claramente a dinâmica cultural. CARVALHO, H. L. Bens culturais, memória social e lugares da memória. In: RECKZIEGEL, A. L. S.; FELIX, L. O. (Org). **RS**: 200 anos definindo espaços na história nacional. Passo Fundo: UPF, 2002. p. 395-400.

mesmo o impacto da compressão espaço-temporal.<sup>16</sup>

Aqui também utilizamos os conteúdos dos depoimentos recolhidos, sendo possível avaliar relações sociais estabelecidas entre brasileiros e paraguaios. Destaca-se o resultado de quatro décadas de imigração e a inserção dos brasileiros na sociedade paraguaia. As relações entre paraguaios e brasileiros e aquelas vividas principalmente pelos filhos de imigrantes brasileiros e a sociedade paraguaia caracterizam aquilo que podemos chamar de identidade híbrida.

O que se obteve com este trabalho foi uma visão mais ampla e detalhada das dinâmicas sociais dos imigrantes brasileiros no Paraguai e das transformações que ocorreram na agricultura, na sociedade e na cultura da região estudada, nas últimas quatro décadas. Esta pesquisa também mostra sua pertinência por se constituir em um material importante para o estudo e a compreensão da realidade do Paraguai contemporâneo.

---

<sup>16</sup> HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006, p. 80.

## CAPÍTULO 1: O FENÔMENO DA EMIGRAÇÃO DE BRASILEIROS PARA O PARAGUAI

Atualmente a emigração é um fenômeno universal, pois atinge praticamente o mundo todo. É o resultado de uma sociedade globalizada, de mercados livres e abertos, das estruturas de pobreza e violência mantidas ou criadas. É motivada pelo desejo de encontrar um lugar melhor para viver, com mais prosperidade econômica ou ainda, pelo simples desejo de aventura e desafio.

No Brasil, os movimentos migratórios foram intensos durante a segunda metade do século XX. Neste contexto, identificar os fatores ou causas que influenciaram o processo migratório rural de brasileiros, neste caso, principalmente do oeste paranaense para o Paraguai, torna-se o foco deste trabalho.

Dentre os motivos mais significativos, a modernização agrícola da década de 1970; a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu da década de 70 e as características de produção familiar, que serão apresentadas considerando também os principais fatores culturais que levaram à necessidade de emigrar.

### A MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA DO BRASIL NOS ANOS DE 1970

O oeste do Paraná, durante o século XIX e no início do século XX esteve ocupado por empresas denominadas obrages. Até então, a região oeste despertava pouco interesse econômico por parte do Estado, justificando a povoação tardia da região.

Fato que mudou durante o início do século XX. Neste período o Estado brasileiro passou a priorizar a expansão da agricultura e centrou esforços no sentido de ampliar o crescimento dos setores que pudessem contribuir para o aumento das exportações.

A região oeste do estado do Paraná passou a ser considerada uma área de grande atração populacional e de expressiva absorção de migrantes internos. Esse processo iniciou nos anos 30 e em meados da década de 1940, sendo que teve o seu apogeu nas décadas de 1950 e 1960<sup>17</sup>.

Milhares de colonos sulistas migraram para a região oeste do Paraná com

---

<sup>17</sup> RIPPEL, R. **Aceleração e esgotamento da ocupação populacional de uma fronteira: o caso do oeste do Paraná uma análise de 1940 a 2000.** (Apresentação oral). 2005. Unioeste/Paraná.

suas famílias provenientes de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, descendentes de poloneses, alemães e italianos, dedicando-se ao corte de madeira, desmatamento da região e substituição de árvores por lavouras de cereais, algodão e criação de suínos.

Neste cenário, dois fatores contribuíram para o povoamento desta região. O primeiro fator refere-se à saturação da capacidade das regiões originais dos migrantes de mantê-los, pois a maioria era oriunda do campo e nas suas áreas de origem as propriedades eram muito pequenas, não mais os comportando. O segundo fator refere-se à importância que especialmente o oeste do Paraná assumiu como lugar de destino dos migrantes, dada a sua capacidade de absorção desde a proximidade com seu local de origem<sup>18</sup>.

A essa época, inicia no Rio Grande do Sul um intenso processo de minifundização decorrente do sistema de subdivisão das terras por herança familiar. Conjugado a este movimento ocorre outro: a ampliação de grandes propriedades gaúchas voltadas à pecuária<sup>19</sup>. Isto gerou um excedente populacional que partiu em busca de oportunidades de sobrevivência.

Esse fluxo populacional, em sua maioria descendentes de imigrantes europeus, em grande parte providos de algum recurso financeiro, de uma razoável capacidade produtiva e de conhecimento técnico e agrícola e de instrumentos de trabalho, lhes permitia obter sucesso na instalação de uma propriedade rural<sup>20</sup>.

Houve uma grande movimentação de agricultores em busca de melhores condições de sobrevivência, visto que as necessidades eram cada vez maiores e os pequenos proprietários, que viam alguma possibilidade de melhorar a sua situação, não hesitavam em se deslocar, fosse para o Paraná, Mato Grosso, Rondônia ou mesmo para o Paraguai.

As iniciativas do Governo do Paraná se estenderam de modo mais efetivo através de seus projetos colonizadores à região Oeste e por meio de empresas

Como a colonizadora MARIPÁ<sup>21</sup>. Os agricultores viram a possibilidade de

---

<sup>18</sup> Id.

<sup>19</sup> PADIS, P. C. **Formação de uma economia periférica**: o caso do Paraná. São Paulo: HUCITEC, 1981.

<sup>20</sup> MAGALHÃES, M. V. A migração do Paraná nas últimas décadas: um balanço preliminar. **Análise conjuntural**, Curitiba: Iparde, v. 14, n. 11/12, nov./dez. 1992.

<sup>21</sup> A MARIPÁ – Industrial Madeireira e Colonizadora Rio Paraná S/A, empresa constituída com capital e empresários gaúchos, assumiu, via compra uma gleba de terras que havia pertencido à União e

reproduzirem a sua condição de produtores rurais em propriedades de médio porte, igualmente aos seus locais de origem. Para a efetivação desta ocupação o Estado se associou à empresas colonizadoras<sup>22</sup> oferecendo-lhes áreas destinadas à ocupação.

Durante as décadas de 30 e 40 os agricultores produziam basicamente para o consumo nas unidades agrícolas, uma vez que não existiam meios de comunicação e transportes suficientes para a comercialização dos produtos excedentes. Somente em 1950, com a implantação de um sistema viário, conjugado à técnica dos produtores e à boa qualidade dos solos, foi impulsionada a produção de excedentes agrícolas para a comercialização nos mercados de Curitiba e São Paulo<sup>23</sup>.

Concomitantemente ao processo de colonização da área, o Estado brasileiro desenvolveu a partir da década de 1960 políticas que visavam o incremento das exportações brasileiras. A expansão dos cultivos de soja e trigo – o primeiro com ampla demanda no mercado mundial e o segundo objetivando diminuir as importações – justificaram o desenvolvimento de estratégias que consolidaram, a partir da década de 1970, o processo de modernização da agricultura brasileira<sup>24</sup>.

Tem-se na modernização e tecnificação da lavoura, com maior integração entre o produtor e a produção de mercado, um processo de modificação nas relações sociais de produção. Caracterizou-se pela transformação capitalista da produção onde a agricultura especializou-se e orientou-se para um ou mais produtos. Com o avanço da modernização ocorreu a industrialização do campo<sup>25</sup>.

---

que havia sido negociada com uma empresa de capital inglês, com sede em Buenos Aires e que detinha a titulação da propriedade original títulos federais e estaduais, sendo que na divisão da área seguiu-se um padrão de pequenas propriedades, devido à escassez de capital por parte dos agricultores. CIGOLI, A. A. **A fragmentação do território e divisões político administrativas: análise da criação dos municípios do Estado do Paraná.** Dissertação (Mestrado Área de Concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano), 1999.

<sup>22</sup> As empresas caberia dividi-las em lotes rurais, montar uma infra-estrutura mínima necessária e encontrar compradores que se dispusessem trocar a área em que viviam com sua família, parentes e amigos, por uma nova área. Inclusive, oferecendo a oportunidade de tornarem-se proprietários de áreas maiores. Segundo Wachowicz, entre as terras boas e baratas havia a justificativa oficial e aparente de nacionalizar a fronteira, abrir caminho para a expansão de capital e para a colonização gaúcha, em um momento que um gaúcho – Getúlio Vargas – subia ao poder, ocupando o cargo de presidente da República. WACHOWICZ, R. C. **Obrageiros, mensus e colonos: história do oeste paranaense.** Curitiba: Editora Vicentina, 1988.

<sup>23</sup> PARISOTTO, R. **A migração no Paraná nas décadas de 70 e 80:** fatores que contribuíram para a evasão rural e a concentração nos grandes centros urbanos. Cascavel, 1996.

<sup>24</sup> ZAAR, M. A migração rural no oeste paranaense/Brasil: a trajetória dos brasiguaios. **Número dedicado al III Coloquio Internacional de Geocrítica.** Universidad de Barcelona, n. 94 (88), ago. 2001.

<sup>25</sup> BRUM citado por MENEGOTO, R. **Migrações e fronteiras: os imigrantes brasileiros e a**

Outra característica da industrialização agrícola foi a transferência de complexos agrícolas industriais de capital multinacional, com o objetivo de atender a demanda de insumos, máquinas e implementos agrícolas e a implementação de agroindústrias, sendo condições para que a modernização agrícola se efetivasse na região oeste do Paraná.

Neste período, através da política do governo o incentivo e a facilitação de financiamentos bancários para a soja e o trigo; fez com que os produtos alcançassem altos índices de produção e a soja passou a ser um dos principais produtos de exportação<sup>26</sup>.

Tratava-se do *agrobusiness*, onde o espaço agrário brasileiro se reestruturou e se articulou ao adotar novos métodos de cultivo<sup>27</sup>. Entre os fatores de consolidação desse processo, esteve o acesso ao crédito que se apresentava disponível para todas as fases do processo produtivo agrícola, desde o preparo da terra à compra de insumos e implementos, até a comercialização, a industrialização e o armazenamento da produção.

A transferência de complexos industriais de capital multinacional foi condição importante para que a modernização agrícola se efetivasse. Inseridas nesta estratégia, as cooperativas foram criadas e fortalecidas, para se tornarem agentes de comercialização de produção entre os produtores e órgãos governamentais e, direta ou indiretamente, atuavam na distribuição do produto à indústria de processamento<sup>28</sup>.

Os bancos atuavam como agentes financeiros ao apresentarem novas formas de relações comerciais e na introdução da interferência de terceiros na comercialização dos produtos nos moldes da agricultura familiar através de financiamentos bancários sendo, ao mesmo tempo, vendedores de produtos

---

redefinição de fronteiras. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2004. p. 38.

<sup>26</sup> A evolução do cultivo da soja no Extremo-Oeste, cujo resultado é a participação em mais de 1/3 da produção estadual em 1970, explica-se basicamente a partir de duas destinações dadas ao produto. A primeira refere-se ao fato de que o alto valor protéico deste produto foi responsável pela sua difusão na alimentação animal, especialmente do rebanho suíno. E que é a partir desta destinação que se explica a introdução da soja na região, bem como no Sudoeste Paranaense, ainda na década de 1950, pelos colonos, os quais consorciavam o cultivo da soja com o do milho. Outra destinação dada ao produto era a comercialização, através da qual o mesmo seguia para as indústrias de óleos vegetais ou para a exportação. Esta destinação que foi introduzida no Paraná ainda nos anos cinquenta passou a predominar a partir do final da década de 1960, impulsionada pela demanda externa. (IPARDES, 2005).

<sup>27</sup> GREGORY, V. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial**: migrações no Oeste do Paraná. Cascavel: Edunioeste, 2002.

<sup>28</sup> MENEGOTTO, R. **Migrações e fronteiras**: os imigrantes brasileiros e a redefinição de fronteiras. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2004.

agrícolas e também compradores de sementes, insumos, agrotóxicos e equipamentos agrícolas. Neste sentido, novas formas de relações de produção passam a fazer parte do cotidiano dos agricultores no oeste do Paraná<sup>29</sup>.

Além desta articulação interna, a conjuntura internacional impulsionava a modernização da agricultura no Brasil<sup>30</sup>. Estas mudanças já vinham sendo gestadas nas décadas anteriores, tendo suas manifestações na industrialização substitutiva de importações, opções do governo em torno das quais a forma de inserção brasileira na economia ocidental e as novas exigências do mercado e os novos papéis das atividades agropecuárias do país<sup>31</sup>.

No contexto de transformações e inovações tecnológicas, encontravam-se um número considerável de agricultores que não conseguiram adequar-se aos moldes da modernização agrícola<sup>32</sup>. Ou seja, o agricultor familiar precisou se reorganizar frente a esta nova conjuntura onde as determinações do mercado e a racionalidade do lucro tornaram-se exigências a serem consideradas em todo o processo de produção. A agricultura de subsistência dá lugar a empresas familiares que não usam trabalho assalariado, mas se relacionam com o mercado, produzindo mercadorias<sup>33</sup>.

A agricultura científica, moderna e globalizada atribuiu aos agricultores duas condições, ou seja, a condição de atender a tais imperativos ou de ou migrar<sup>34</sup>. Ressalta-se que, ficar ou sair não era uma questão de livre arbítrio por parte dos pequenos agricultores, mas sim uma imposição das circunstâncias que se colocavam. O uso dos maquinários foi, sem dúvida, uma das vertentes propulsoras

---

<sup>29</sup> Id.

<sup>30</sup> Id.

<sup>31</sup> GREGORY, V. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial**: migrações no Oeste do Paraná. Cascavel: Edunioeste, 2002. p. 205.

<sup>32</sup> Vê-se então que no Oeste do Paraná a modernização agrícola regional e o aumento da produtividade da área somente foram possíveis mediante a ocorrência de três fenômenos econômicos e dois demográficos: a) a adoção de um novo padrão produtivo implicou no uso de novas tecnologias demandantes de áreas de terras mais extensas para se viabilizarem; b) como consequência ocorreu uma acelerada concentração das terras e, c) isto provocou a expulsão dos pequenos proprietários, dos arrendatários e dos trabalhadores braçais do campo que não mais conseguiram se inserir no novo contexto. E no comportamento demográfico da região, tem-se que: a) tornou-se eminentemente mais urbana; e, b) deixou de ser uma área de destino de imigrantes e passou a ser uma área de origem de importantes movimentos de emigração RIPPEL, R. **Aceleração e esgotamento da ocupação populacional de uma fronteira**: o caso do oeste do Paraná uma análise de 1940 a 2000. (Apresentação oral). 2005. Unioeste/Paraná, p. 11.

<sup>33</sup> GRAZIANO NETO, F. **Questão agrária e ecologia**: crítica da moderna agricultura. São Paulo: Brasiliense, 1982.

<sup>34</sup> SANTOS, M. **Por uma globalização do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2004.



da exclusão de inúmeros agricultores. Este processo aconteceu em todo o Brasil. Porém no Paraná, e em especial no oeste paranaense, manifestou-se com maior intensidade<sup>35</sup>.

Em função disso sobreveio o êxodo rural, fato este que se deu a partir da década de 70 e que se caracterizou pela migração urbana, viabilizando um rápido processo de urbanização. De tal modo que no censo demográfico de 1970 a região detinha 80% de sua população residindo em áreas rurais e, em 2000 percebe-se uma total inversão deste cenário de modo que, aponta-se neste mesmo ano para 18,40% de sua população total em áreas rurais. Esta mudança se relaciona tanto com a utilização de tecnologias modernas de produção assim como, com as novas exigências produtivas orientadas para o mercado<sup>36</sup>.

A região oeste reduziu seu contingente populacional entre a década de 70 e 80 em 126.451 habitantes. Isto porque cerca de 50% destes migrantes se deslocaram para São Paulo. Outros foram para áreas rurais no Mato Grosso do Sul e na Amazônia<sup>37</sup>.

Este contexto econômico se manteve até o final da década de 1970, a partir da qual a demanda de soja no mercado mundial diminuiu consideravelmente e em função disto, a política estatal de estímulo ao plantio da soja caiu também consideravelmente. Os juros bancários, que até então eram subsidiados pelo governo, elevaram-se repentinamente, surpreendendo muitos agricultores e endividando-os. Assim, muitos deles se viram descapitalizados e forçados a vender parte ou até toda a propriedade para saldar as dívidas. Este fato tornou-se comum inclusive devido à frustração de safras por problemas climáticos como secas ou geadas e a necessidade de refinanciamento<sup>38</sup>.

Com o pagamento das dívidas mediante a venda de parte ou de todas as terras, ao agricultor restou a opção de migrar em busca de um local onde pudesse reproduzir a sua condição de produtor rural. No caso da *Marcha al este*<sup>39</sup>, a opção

<sup>35</sup> SCHLOSSER, M. **Nas ondas do rádio**: a visibilidade da modernização agrícola do oeste do Paraná. (1960-1980). Dissertação (Mestrado) - Departamento de Geografia, Universidade Estadual de Maringá, 2001.

<sup>36</sup> ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, ABEP, 16., 2008. **Migração, educação e desenvolvimento**: o caso dos chefes de família imigrantes no oeste do Paraná uma análise de 1950 a 2000. Caxambu, MG, 29 set.- 03 out. 2008.

<sup>37</sup> IPARDES. Fundação Edson Vieira. **Cenários da economia paranaense**. Curitiba, 1987-91.

<sup>38</sup> ZAAR, M. A migração rural no oeste paranaense/Brasil: a trajetória dos brasiguaios. **Número dedicado al III Coloquio Internacional de Geocrítica**. Universidad de Barcelona, n. 94 (88), ago. 2001.

<sup>39</sup> Marcha em direção a região Leste do Paraguai.

de alguns foi, a aquisição de uma propriedade próxima do local onde viviam. Conseqüentemente, a região do Paraguai recebeu um fluxo maior de agricultores do que a região do Mato Grosso ou de Rondônia, neste mesmo período.

Hoje, existe no Paraná uma diversificação em sua base produtiva. As atividades do setor primário em 1970 correspondiam em torno de 40% da renda e, são superadas pelo setor secundário que em 1986 estava com 50%, mesmo assim a agricultura continua a ter um papel importante. O ano de 1970 representa um período de urbanização intensa que vem a se confirmar nas décadas de 80 e 90<sup>40</sup>.

Neste sentido, os movimentos migratórios são reflexos dos diferentes períodos do processo de transformação produtiva regional. Motivados pelo esgotamento das oportunidades de expansão e crescimento e as dificuldades econômicas no meio rural os agricultores foram em busca de novas oportunidades na fronteira do Paraguai. Desta forma, na região, a passagem da agricultura para um complexo agroindustrial impulsionou a produtividade agrícola e condicionou as alterações em seu processo migratório.

A seguir, identifica-se a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu como mais um elemento desencadeador das migrações para o país vizinho.

## HIDRELÉTRICA DE ITAIPU COMO AGENTE DE EXPULSÃO DOS AGRICULTORES DO OESTE DO PARANÁ

Paralelamente ao processo de modernização agrícola, a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, anunciada como a maior usina hidrelétrica do mundo, apresentou um paradoxo: ao mesmo tempo em que era apontada como uma obra que traria desenvolvimento e modernização para a região oeste paranaense, selou a exclusão dos agricultores atingidos pelo represamento das águas do rio Paraná pela barragem da usina.

Como sabemos, na época, o Estado brasileiro voltava sua política para o incremento das forças produtivas, através do incentivo às exportações e da ampliação do parque industrial, inclusive com a entrada de capital transnacional. Neste projeto de modernização, havia um obstáculo a ser transposto: a deficiência na oferta de energia elétrica para os estados do sudeste, centro-oeste e sul do

---

<sup>40</sup> OKUBARU, F. Grande Curitiba ganhará mais de 1,5 milhões de pessoas até 2020. **Jornal Gazeta do Povo**, Curitiba, 18 ago. 2003. p. 3.

Brasil. Estas regiões concentravam 65% da população brasileira.

Assim, em 1970, o governo militar brasileiro assinou um acordo bilateral com o Paraguai para a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, no rio Paraná. As obras iniciaram em 1975 e, em outubro de 1982, com a formação da represa, foi inundada uma área de 1.350 quilômetros quadrados: 780 quilômetros quadrados em território brasileiro e 570 quilômetros quadrados em território paraguaio.



Figura 1 - Região oeste do Paraná (Macro-fronteiras e Lago Itaipu)

Fonte: RIPPEL (2005, p. 5).

Além do salto de Sete Quedas, no município de Guaira, a represa fez submergir uma ampla parcela de terras agricultáveis no extremo-oeste do Paraná,

abrangendo parte dos atuais municípios paranaenses de Foz do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu, Missal, Itaipulândia, Santa Helena, Marechal Cândido Rondon, Guaíra, Entre Rios do Oeste, Pato Bragado e Mercedes. Estima-se que tenham sido expropriadas 43 mil pessoas, entre proprietários de terras, posseiros, arrendatários e índios guaranis<sup>41</sup>.

Este foi mais um processo que, embora beneficiasse uma parte da população com energia elétrica e desenvolvimento, prejudicou muitas outras pessoas, especialmente as residentes em propriedades agrícolas familiares situadas às margens do rio Paraná, o que representou, na época, 38.000 residentes na área rural<sup>42</sup>. Com a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, a “microrregião do extremo oeste do Paraná, sofreu uma interferência que transformou sua condição social, econômica e demográfica,”<sup>43</sup> além de causar um forte impacto na região, sendo mais um elemento de expulsão demográfica.

A construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu também esteve inserida num discurso ideológico da modernidade. No discurso oficial dos governos militares da época, ela seria uma alavanca indispensável para a promoção do desenvolvimento e do progresso. “A Itaipu foi construída durante os anos do milagre econômico que caracterizou o Brasil pós-1964, período no qual foi imposto um governo que pôs em prática grandes projetos de investimento econômico, cuja meta foi a de implantar aqui uma indústria forte de bens de capital”<sup>44</sup>.

Algumas vozes, entretanto, manifestavam-se na contramão do discurso oficial: “De fato, para nós paranaenses resta o sacrifício patriótico de arcar com sérios problemas que advirão desta faraônica obra. Despindo-se da megalomania ufanista que alimenta a vaidade nacional em torno da Itaipu e concentrando-se no bem-comum que pertence de direito, porém não de fato, aos paranaenses”<sup>45</sup>.

Entre os sérios problemas referidos com a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, está o fato de que, para que o reservatório pudesse ser preenchido, os

<sup>41</sup> ESTRELA, E. S. Vozes da Itaipu: o testemunho de uma expropriação. **Imaginário**, 12, n. 13, São Paulo, 2006. Resenha.

<sup>42</sup> WACHOWICZ, R. C. **Obrageiros, mensus e colonos**: história do oeste paranaense. Curitiba: Editora Vicentina, 1988.

<sup>43</sup> LIMA, I. C. de. **Itaipu**: as faces de um mega projeto de desenvolvimento (1930-1984). Marechal Cândido Rondon: Germânica. 2004. p. 113.

<sup>44</sup> RIBEIRO, M. de F. **Memórias de concreto**: vozes na construção de Itaipu. Cascavel: Edunioeste, 2002. p. 25.

<sup>45</sup> CPI da Desapropriação, Curitiba, 19 de abril de 1979, apud RIBEIRO, M. de F. **Memórias de concreto**: vozes na construção de Itaipu. Cascavel: Edunioeste, 2002. p. 25.

municípios da região também seriam afetados, deixando de colher mais de 100 mil toneladas de soja, mais de 27 mil toneladas de mandioca, em torno de 1.700 toneladas de arroz e 24 mil toneladas de café<sup>46</sup>, sem considerar outros produtos que não foram computados. Por outro lado, no município de Foz do Iguaçu, particularmente pelo fato do canteiro de obras estar localizado próximo da sede do município, ocorreu a atração de um grande contingente de trabalhadores e serviços.

Além dos cálculos econômicos, deve-se perguntar sobre os custos sociais implicados na construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu: quantos agricultores ficaram sem terra, sem teto e sem perspectivas de vida? As condições de desenvolvimento econômico de uma região têm grande influência nos deslocamentos populacionais ou nas migrações que para lá se dirigem e de lá se originam. Neste movimento de transformação da economia, a migração é importante fator a ser considerado, na medida em que possibilita dar destaque à participação dos agricultores e suas famílias nesse processo.

As migrações são um fenômeno social expressivo, resultantes de um processo global de mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais importantes, das quais não podem ser separadas quando se pretende um entendimento mais amplo e completo desse processo<sup>47</sup>. No entanto, como apontamos acima, o avanço para novas fronteiras agrícolas, no Brasil, coincidiu com o desenvolvimento agroindustrial e com mudanças no padrão produtivo do estado do Paraná.

Os desapropriados pela Usina Hidrelétrica de Itaipu representam uma parcela considerável dos que hoje ocupam a zona de imigração brasileira no Paraguai; no entanto, não são os únicos. Nesse movimento migratório também estão incluídos agricultores que foram afetados pela modernização agrícola brasileira, especialmente a ocorrida no oeste do Paraná.

Meu nome é João, em 1978, meu pai teve que sair de seus três alqueires de terra em Sub-sede, distrito do município de Santa Helena no Paraná, que, pouco depois, seria inundado pela formação do Lago de Itaipu. Porém, a indenização que recebeu por parte da Usina não dava para comprar outra área de terra aqui mesmo no Paraná, por essa razão resolveu ir para o Paraguai, onde segundo informações, a terra era boa e barata. Meu pai foi um entre vários trabalhadores rurais camponeses desapropriados que seguiram para o Paraguai.<sup>48</sup>

---

<sup>46</sup> RIBEIRO, M. de F. **Memórias do concreto**: vozes na construção de Itaipu. Cascavel: Edunioeste, 2002. p. 28.

<sup>47</sup> SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 2003.

<sup>48</sup> Entrevista de João Silva (nome fictício), realizada em 30 de junho de 2006, apud FERRARI, C. A.

No caso dos desapropriados pela Usina Hidrelétrica de Itaipu, este breve relato remete a reflexões sobre a realidade dos pequenos agricultores. Trata-se do drama da população obrigada a migrar, a abandonar seu empreendimento, sua casa e seus amigos e grupo social. Além da perda material houve a perda do que é imaterial.

Muitos tiveram que abandonar as suas terras; as desapropriações aconteceram num período de quatro anos, entre 1977 e 1980. Elas iniciaram pela sede dos distritos, atingindo casas comerciais, postos de combustíveis, farmácias. Uma vez desapropriada a infra-estrutura, os agricultores que ainda permaneceram tinham que percorrer muitos quilômetros para adquirir os produtos necessários para o abastecimento de suas casas.

Pode-se relacionar que os pequenos agricultores perderam a riqueza que dinamizava as possibilidades de sua realização, mobilizando-os a nutrirem-se de seu passado e a colher as possibilidades possíveis compatíveis com a sua especificidade e continuar, assim, o processo de sua própria criação. Tal inferência corrobora para reafirmar os princípios do patrimônio imaterial, de que o sujeito histórico é a expressão de sua cultura, tradições, ancestralidade e respeito às gerações futuras<sup>49</sup>. Embora todas as terras tenham sido indenizadas através de contratos de compra e venda, porque ainda não havia sido promulgado um decreto de desapropriação por parte do governo federal, as desapropriações, no lado brasileiro, afetaram cerca de 40 mil pessoas e famílias tiveram que tomar rumos diferentes umas das outras.

Como a desapropriação se desenvolveu em quatro anos, durante esse período, a Usina Hidrelétrica de Itaipu forneceu as denominadas cartas de anuência junto aos estabelecimentos bancários, para a utilização das terras e para financiamento e custeio do plantio da soja, do milho e trigo, num total de 2.146 cartas. Mas, os acordos estabelecidos com os agricultores eram feitos de uma maneira que provocavam desorganização e desentendimentos, uma vez que, inicialmente, eram indenizados os pontos comerciais, dificultando a manutenção da

---

Brasiguaios na fronteira: luta pela terra, violência e precarização do trabalho no campo. **Pegada**, v. 8, n. 2, dez. 2007. p.122.

<sup>49</sup> PELEGRINI, S. C. A.; FUNARI, P. P. **O que é patrimônio cultural imaterial**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

rotina e o atendimento às necessidades básicas do agricultor, retirando-lhe as mínimas condições de infra-estrutura.

Conforme Germani, em geral, o valor pago pelas terras e benfeitorias era inferior ao valor de mercado e, além disso, o valor que seria recebido pelo agricultor ainda sofria descontos por causa dos financiamentos e despesas de custeio junto aos bancos. O critério de avaliação das terras que a Usina Hidrelétrica de Itaipu utilizava era determinado por levantamentos feitos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) junto aos bancos e cartórios. Os agricultores questionaram este critério de avaliação, uma vez que os imóveis eram sempre registrados com valores menores dos praticados pelo mercado, não lhes garantindo a restituição de seu patrimônio material.<sup>50</sup>

Para os agricultores desapropriados, o grande culpado não era o Estado e sim, os dirigentes da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Esta relação entre a Usina Hidrelétrica de Itaipu e o Estado não ficou explícita para os agricultores, que viam os dirigentes da Usina Hidrelétrica de Itaipu, como irresponsáveis.

De certo modo, era a Usina Hidrelétrica de Itaipu e seus dirigentes que se apresentavam como uma expressão manifesta de poder a eles. Em contrapartida, os responsáveis pelo empreendimento conclamavam os agricultores a colaborarem com a construção da obra, apelando até mesmo para os ideais de patriotismo<sup>51</sup>.

Também foram indenizados 42 templos religiosos e 95 escolas. Os cemitérios foram realocados, dentro dos mesmos municípios; foram trasladados os restos mortais de 1.090 pessoas.

As desapropriações foram feitas espaçadamente, nos oito municípios afetados pelo alagamento. Sobre as indenizações, o então deputado estadual paranaense Gernote Kirinus afirmou em 1978:

São além de injustas, irrealistas, e o que é mais grave, às vezes até alterando a própria realidade jurídica, ao invés de propor indenização, propunha simplesmente um contrato de compra e venda, que vinha causando problemas gravíssimos, sendo que o agricultor de amanhã ou depois questionar [sic] um valor mais adequado.<sup>52</sup>

---

<sup>50</sup> GERMANI, G. Os expropriados da Itaipu. O conflito: Itaipu X Colonos. **Cadernos do Propur**. Porto Alegre: UFRS, 1982.

<sup>51</sup> Id.

<sup>52</sup> Apud RIBEIRO, M. de F. **Memórias de concreto**: vozes na construção de Itaipu. Cascavel: Edunioeste, 2002.

O processo indenizatório aos agricultores com propriedades localizadas próximas ao rio Paraná, iniciou no final da década de 1970 quando reuniões foram realizadas pelos responsáveis pela Usina Hidrelétrica de Itaipu, comunicando aos agricultores desapropriados que estes receberiam a justa indenização por suas propriedades e benfeitorias nelas existentes.

Os mesmos, indignados e enfraquecidos, buscaram ajuda de representantes da Igreja e de partidos de esquerda, formando a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Com esta organização, visavam manter as estratégias de luta, a fim de serem ouvidos, e que fossem atendidas algumas reivindicações que tornariam as desapropriações mais justas.

Em vista dessas pressões, a Usina Hidrelétrica de Itaipu, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e o Instituto de Terras e Cartografia (ITC) criaram, através dos seus escritórios regionais, uma relação de terras à venda no estado do Paraná. Esta relação – uma espécie de Bolsa Agrária – era publicada para que os desapropriados que assim o desejassem ou que tivessem condições financeiras para tal, adquirissem suas novas propriedades dentro do próprio estado<sup>53</sup>.

Conforme aponta Miriam Zaar, em seu estudo sobre o processo migratório do oeste do Paraná no contexto da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, os principais problemas enfrentados pelos expropriados foram:

... a medição e a avaliação das propriedades, os prazos de permanência na área, os prazos de pagamento, o ritmo das indenizações e prioridades, as indenizações de bens comunitários e de pontos comerciais, a necessidade de um novo local de assentamento, a reconstrução da infra-estrutura local para os agricultores que permanecessem na área, além dos problemas ecológicos advindos com a formação da represa.<sup>54</sup>

Entre as reivindicações dos agricultores, estava o aumento no valor das indenizações, a desapropriação (ou compra) de toda a propriedade, se a área remanescente não se mostrasse suficiente para a reprodução familiar e a realização de uma Reforma Agrária no Paraná, para que fosse possível a aquisição de terras

<sup>53</sup> GERMANI, G. Os expropriados da Itaipu. O conflito: Itaipu X Colonos. **Cadernos do Propur**. Porto Alegre: UFRS, 1982.

<sup>54</sup> ZAAR, M. H. O processo migratório no extremo oeste do Estado do Paraná/Brasil com a construção da Hidrelétrica Binacional de Itaipu. **Revista de Geografia e Ciências Sociais**. Universidad de Barcelona, n. 69, 1 ago. 2000.



no próprio estado<sup>55</sup>.

Mesmo com as tentativas de acordo pelo valor de mercado que a propriedade possuía – o que não representava, na prática, um avanço – havia o problema da necessidade de migrar para outras áreas. Mesmo com as indenizações, o aumento do preço das terras tornou-se maior à medida que a procura pelas mesmas se intensificava. Isto quer dizer que a maior procura por terras provocou um aumento nos preços e dificultou a aquisição de novas propriedades por parte dos indenizados.

Aproximadamente 27% dos desapropriados dirigiram-se às áreas urbanas do estado do Paraná, ingressando no setor terciário. A população urbana, que na maioria dos municípios do extremo oeste paranaense era menor do que a população rural, até 1980, passou a predominar a partir dessa década.

Segundo Rui Wachowicz, quando o agricultor já possuía mais de 60 anos, muitas vezes optava por residir no núcleo urbano mais próximo de sua antiga moradia, ou em pequenas chácaras, deixando para os filhos a tarefa de desbravar novas terras em fronteiras agrícolas do Paraguai ou nas regiões Norte e Centro-Oeste do Brasil<sup>56</sup>. Com o valor da indenização, parte das famílias de agricultores que migraram do Rio Grande do Sul, nas décadas de 1940 a 1950, viu-se obrigada, a partir das décadas de 1970 a 1980, a iniciar mais um processo migratório.

Na atualidade, os municípios lindeiros tornaram-se pontos turísticos<sup>57</sup>. A partir do decreto nº 1, assinado pelo Presidente Fernando Collor, de 11 de janeiro de 1991, a Usina Hidrelétrica de Itaipu passou a pagar *royalties* aos municípios lindeiros pelo aproveitamento da Bacia do rio Paraná, pela geração de energia elétrica<sup>58</sup>. O critério para o pagamento do benefício foi estabelecido pelo montante de áreas alagadas em cada município.

A Usina Hidrelétrica de Itaipu, como parte de uma política estatal de geração de energia e desenvolvimento, encerrou uma série de contradições. Uma delas foi a sujeição de um grupo de agricultores que se viram forçados a migrar da região oeste

<sup>55</sup> GERMANI, G. Os expropriados da Itaipu. O conflito: Itaipu X Colonos. **Cadernos do Propur**. Porto Alegre: UFRS, 1982.

<sup>56</sup> WACHOWICZ, R. C. **Obrageiros, mensus e colonos**: história do oeste paranaense. Curitiba: Editora Vicentina, 1988.

<sup>57</sup> Os municípios lindeiros são: Foz do Iguaçu, Santa Terezinha de Itaipu, São Miguel do Iguaçu, Itaipulândia, Medianeira, Missal, Santa Helena, Diamante do Oeste, São José das Palmeiras, Marechal Cândido Rondon, Mercedes, Pato Bragado, Terra Roxa, Guaíra e Mundo Novo no Mato Grosso do Sul (JORNAL O PARANÁ, 1991).

<sup>58</sup> JORNAL O PARANÁ, 11 de janeiro de 1991.

do Paraná. A sua condição de agricultores familiares foi negada, visto terem sido expropriados de seu espaço e do grupo social em que viviam.

Para melhor compreender essa fase do processo, ampliando o entendimento para além dos aspectos políticos e econômicos, torna-se necessário apresentar algumas considerações sobre os aspectos culturais que desencadearam a migração de desapropriados (mas não só) para a fronteira do Paraguai.

## PRODUÇÃO FAMILIAR E A BUSCA POR UMA VIDA MELHOR

Este estudo, como já indicado, perpassa as trajetórias dos grupos de agricultores na busca pela terra ou ainda na busca por mais terra. Considera-se, aliás, que a terra é o meio de produção que através do trabalho familiar, oferece condições de reprodução social e possibilita a acumulação de patrimônio, com vistas a assegurar a reprodução das gerações seguintes.

Esta relação das famílias com a terra carrega um conjunto de significados e representações. No Brasil, este caminho deve ser situado dentro de um processo histórico, no qual esta forma de reprodução social esteve quase sempre associada à migração para novas fronteiras e a processos de expropriação de populações.

Entende-se por produção familiar aquela que está afastada do mercado de produtos agropecuários, caracterizando-se como uma agricultura não comercial. Também é característica desse tipo de produção, a ocorrência da sucessão hereditária do patrimônio fundiário, com a divisão dos bens entre a família, especialmente a terra.

A fragmentação das propriedades acarreta a sua redução e, com o tempo, o esgotamento das possibilidades de garantir um nível de consumo socialmente aceitável. Com isso, acaba ocorrendo uma migração forçada, como mecanismo assegurador da sobrevivência<sup>59</sup>.

A agricultura familiar, na maioria dos casos, não emprega trabalhadores permanentes, podendo contar com até cinco empregados temporários em temporadas de trabalho intenso. Este conceito pode ser operacionalizado como as propriedades com menos de 100 hectares. Desta forma, englobam-se nesta categoria a agricultura de pequena produção, de subsistência ou campesinato.

---

<sup>59</sup> ANJOS, F. S. dos. **Agricultura familiar em transformação**: o caso dos colonos-operários de Massaranduba/SC. Pelotas: UFPEL, 1995.

A agricultura familiar atende a duas condições: a decisão dos trabalhos da propriedade, exercidas pelo produtor e o trabalho familiar é superior ao trabalho contratado. Não se pode confundi-la como produtora exclusiva de alimentos ou tecnologicamente atrasada. Pois, além da agricultura, criam-se suínos, frangos e bovinos.

Os migrantes europeus, habituados a lidar com a terra, moldaram o espaço das colônias ocupadas no Brasil meridional, ao mesmo tempo em que foram se adaptando a ele. Ora resistindo, ora acomodando-se às mudanças, migraram para novas fronteiras agrícolas, buscando preservar seus hábitos culturais, ainda que houvesse espaço para a inovação, especialmente as tecnológicas.

Assim, muitas vezes ameaçados a deixarem de ser agricultores, tiveram de reestruturar o seu modo de vida<sup>60</sup>, constituindo-se num grupo no qual a herança cultural mesclou-se com a realidade encontrada para formar um espaço dinâmico e instável<sup>61</sup>.

Instável devido à estrutura fundiária das regiões coloniais gaúchas e catarinenses, em princípios do século XX, não mais suportarem o crescente aumento populacional e a limitada disponibilidade de terras cultiváveis, fazendo com que se deslocassem para as cidades ou para novas fronteiras agrícolas. Nesse processo, “o Paraná foi o estado receptor por excelência”<sup>62</sup>.

Por volta da década de 1920, uma primeira leva de migrantes instalou-se de forma espontânea em áreas rurais do oeste e do sudoeste paranaense, formando pequenas propriedades, baseadas no trabalho familiar que direcionavam a sua produção para lavouras de subsistência.<sup>63</sup> A maioria das famílias era proveniente dos estados de Santa Catarina ou do Rio Grande do Sul. Na sua grande maioria, eram famílias de reemigrados<sup>64</sup>, ou seja, europeus chegados ao Brasil no final do século XIX e início do século XX.

A colonização europeia no sul do Brasil significou o estabelecimento de agricultores em pequenos lotes de terra, cultivados e explorados usualmente sem qualquer auxílio de mão-de-obra estranha às famílias. Neste panorama, tanto o

---

<sup>60</sup> GREGORY, V. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial**: migrações no Oeste do Paraná (1940/70). Cascavel: Edunioeste, 2002. p. 53.

<sup>61</sup> Id.

<sup>62</sup> Ibid., p. 55.

<sup>63</sup> WACHOWICZ, R. C. **Obrageiros, mensos e colonos**: história do oeste paranaense. Curitiba: Editora Vicentina, 1988.

<sup>64</sup> FELIÚ, F. S. **Canindeyú-zona alta**: los brasiguaios. Assunción, 2000.

oeste quanto o sudoeste do Paraná, mantiveram, até 1980, como força de trabalho principal a mão-de-obra familiar<sup>65</sup>.

A divisão da terra em pequenos lotes ou em pequenas propriedades deu-se também em função da escassez de capital por parte dos agricultores migrantes. Como salienta Valdir Gregory, desde os anos 1940, estas migrações foram sucessivamente avançando, de modo que, inicialmente, “ocuparam as margens catarinenses do Rio Uruguai e, pouco a pouco, foram sendo ocupados os vales dos seus principais afluentes e, daí em direção ao norte até alcançarem as terras do Paraná, e este movimento é caracterizado economicamente pela pequena propriedade, explorada familiarmente e, pela agricultura de subsistência”<sup>66</sup>.

Os teuto-brasileiros, os ítalo-brasileiros, os eurobrasileiros, enfim, já tinham, pois, acumulado experiência agrícola e de vida rural nas colônias do Sul do Brasil durante mais de um século. Estavam acostumados ao trabalho árduo em pequenos lotes de terra. Tinham a fama de serem econômicos, evitando gastos para alimentar seus espíritos de poupança e de provedores do futuro próprio, dos filhos e dos netos. Nessas colônias, os empreendedores buscaram o modelo de sua estruturação espacial e dessas colônias atraíram os colonos ideais para atingirem seus intentos<sup>67</sup>.

As terras da região foram divididas, pelo governo do estado do Paraná em glebas e vendidas para empresas colonizadoras, que as revendiam para os agricultores. Dentre essas empresas colonizadoras, a MARIPÁ era considerada a mais importante do oeste do Paraná.

O controle acionista estava dividido entre dois grupos oriundos do Rio Grande do Sul: o dos italianos Dalcanale-Ruaro detinha 33% das ações e o grupo alemão, 66% das ações. Conforme Ruy Wachowicz, uma das características mais importantes da colonização promovida pela MARIPÁ foi a dicotomia italiano-alemão e católico-protestante<sup>68</sup>.

As terras da antiga Fazenda Britânia adquirida pela MARIPÁ, depois de divididas ofereceram aproximadamente 10.000 lotes para serem comercializados,

<sup>65</sup> IPARDES. Fundação Edson Vieira. **Cenários da economia paranaense**. Curitiba, 1987-91.

<sup>66</sup> GREGORY, V. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial: migrações no Oeste do Paraná (1940/70)**. Cascavel: Edunioeste, 2002. p. 33. Mais tarde, quando da construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, muitas dessas famílias de catarinenses e riograndenses que emigraram para o Paraná seguiram para o Paraguai, atraídos pela propaganda feita em relação ao clima e à qualidade do solo, anunciadas pelos corretores de terra.

<sup>67</sup> Ibid., p. 176.

<sup>68</sup> WACHOWICZ, R. **História do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002.

sendo criados lotes rurais de, em média, 10 alqueires, lotes urbanos de 1000m<sup>2</sup> e chácaras de 2,5 hectares ao redor dos centros urbanos<sup>69</sup>. A criação de núcleos urbanos era necessária para dar assistência aos agricultores dos arredores e estratégicas do ponto de vista da atratividade de potenciais compradores.

Alberto Dalcanale, participante de uma das empresas colonizadoras da época, informa que

todo lote tinha água. Nós fizemos justamente um tipo de minifúndio, que hoje não se adapta mais. Eram lotes de 10 alqueires, 12 alqueires. Toda colônia (lote) recebia água. Toda colônia (lote) fazia frente a uma sanga ou rio. Todos eles recebiam água. Disso se cuidava muito, porque todo colono precisava ter água no fundo da colônia<sup>70</sup>.

Este modelo de colonização foi adotado em diversas regiões do Paraná. Evitava-se a divisão da terra em grandes propriedades para não correr o risco de não ter para quem vender, inviabilizando-se assim, o povoamento. Mesmo assim, os primeiros agricultores, apesar de acostumados ao trabalho com a terra, enfrentaram muitos desafios: estradas a serem abertas, matas para destocar, casas e infraestrutura por construir, árvores para serrar, insetos e falta de mantimentos costumeiros.

Para os agricultores, a mudança dos antigos espaços coloniais para um novo trouxe muitas incertezas, que influenciaram seu cotidiano e suas memórias, ou seja, afetaram o seu estilo de ser, de viver e obrigando-os a se adaptarem, ainda que a migração fosse entendida como uma forma de resistir à inovação<sup>71</sup>.

Nos espaços supostamente vazios, incorporou-se um novo espaço social com a visão destes sujeitos históricos. Iniciou-se, assim, mais um movimento migratório no sentido do oeste do Paraná para outras regiões do Brasil, como norte e centro-oeste e, para áreas de fronteira, como Bolívia, Argentina e Paraguai. Esses deslocamentos de agricultores para a fronteira também estão relacionados ao interesse em adquirir lotes maiores, para assegurar a possibilidade dos pais darem terras aos seus filhos. Esta racionalidade visou reproduzir a possibilidade do agricultor obter melhores condições para toda a família, além da valorização das

<sup>69</sup> STECA, L. C.; FLORES, M. D. **História do Paraná**. Londrina: Eduel, 2002.

<sup>70</sup> Apud STECA; FLORES (2002, p. 109).

<sup>71</sup> “Querer ter terra, querer reconstruir um espaço colonial conflitava com as exigências de um programa, de uma política de modernização do campo que potencializavam desejos de ascensão social, desejos de competição, enfim, desejos anti-coloniais”. STECA, L. C.; FLORES, M. D. **História do Paraná**. Londrina: Eduel, 2002. p. 235.

propriedades. Associada à busca por terras boas e baratas estava uma perspectiva de aumentar a produção agrícola, tornando as terras um ativo financeiro, com o conseqüente crescimento do valor do patrimônio.

### **Categorias de agricultores brasileiros emigrantes**

A primeira entrada de brasileiros em território paraguaio ocorreu em 1954; eram, em sua maioria, proprietários de terra. Em 1961, o processo se acelerou com a venda de imóveis rurais a latifundiários e empresas estrangeiras. Entre 1960 e 1970, com a oferta de terras férteis e baratas a agricultores que quisessem migrar para o leste paraguaio, repetiu-se um movimento de população que já havia sido realizado, em período anterior por descendentes de imigrantes, na sua maioria alemães e italianos possuidores de pequenos capitais, que migraram de regiões do sul do Brasil para o oeste do Paraná.

A partir dessa experiência, os descendentes daqueles primeiros colonos, que colonizaram o oeste do Paraná, se dirigiram ao Paraguai, adquiriram terras, construíram casas e dedicaram-se ao cultivo da soja<sup>72</sup>.

Os migrantes brasileiros que foram para o Paraguai, eram no Brasil pequenos proprietários, meeiros, arrendatários e bóias-frias que perderam suas terras por dívidas contraídas a bancos, ou impossibilitados de adquirir terras no Brasil. Ou ainda, pessoas cujo trabalho e condições de vida traziam grande instabilidade. Essas pessoas, não tendo nenhuma possibilidade de possuir terras para trabalhar, foram atraídas pela propaganda de corretores, que, por um baixo preço, prometiam terras abundantes e boas, financiamentos para a lavoura, estradas e escolas para os filhos no Paraguai<sup>73</sup>.

A política de modernização agrícola das décadas de 1970 e 1980, no Brasil, elevou o preço da terra, o que acarretou a saída dos agricultores rumo a regiões de fronteira ou para o exterior. Esta mobilidade também ocorreu em meio ao processo de construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu.

Juntamente com a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, o rápido crescimento urbano de Ciudad del Este, de Porto Presidente Franco e de

<sup>72</sup> ZAAR, M. A migração rural no oeste paranaense/Brasil: a trajetória dos brasiguaios. **Número dedicado al III Coloquio Internacional de Geocrítica**. Universidad de Barcelona, n. 94 (88), ago. 2001.

<sup>73</sup> CHIAVENATO, J. J. **Stroessner**: retrato de uma ditadura. São Paulo: Brasiliense, 1980. p. 180.

Hernandarias implicou em uma diversificação notável dos fluxos migratórios dos quais a região lindeira da margem paraguaia do lago de Itaipu se tornou receptora.

A construção da hidrelétrica tornou-se um fator importante de atração de correntes migratórias, com um contingente aproximado de 40 mil trabalhadores, em 1978. Boa parte destes trabalhadores era de origem brasileira, nem todos de origem rural, embora tenham se assentado, depois, nas zonas rurais do Paraguai<sup>74</sup>.

Na análise de Celso Amorin Salim, a população brasileira no Paraguai era composta por: paranaenses (63%), catarinenses (18%), gaúchos (12%), mineiros (7%) e nordestinos<sup>75</sup>.

Juntamente com uma ampla devastação das florestas e da especialização da produção agrícola, houve também a desarticulação do modo de vida dos camponeses paraguaios, o aumento do número de trabalhadores rurais sem terra e o crescimento do trabalho assalariado, inclusive entre os migrantes brasileiros. Muitos brasileiros viviam (ou ainda vivem) ilegalmente no Paraguai e outros trabalhavam como empregados para grandes latifundiários ou empresas agrícolas, em condições desfavoráveis<sup>76</sup>.

De fato, como Marli Roesler e Eugênia Cesconeto apontam, há uma grande diversidade de situações entre os migrantes brasileiros no Paraguai: parte destes migrantes forma uma espécie de burguesia agrária, proveniente dos Estados do Sul do Brasil, estabelecidos em Alto Paraná, Canindeyú, norte de Itapúa e de Caaguazú, desde a primeira metade da década de 70. O segundo grupo é de agricultores médios, sem muita capitalização para o trabalho mecanizado. Um terceiro grupo caracteriza-se pelos arrendatários, uma modalidade relativamente extensa no Brasil, mas desconhecida no Paraguai, pois seus interesses são comerciais e não de subsistência. Por último, há o grupo formado por ocupantes sem título de terra; terras inferiores a cinco hectares; por proprietários de títulos provisórios; por famílias agregadas que trabalham por contrato e assalariados bóias-frias, e que constituem na atualidade, o maior contingente de brasiguaios. No

---

<sup>74</sup> Apud ROESLER, M.; CESCONE TO, E. Políticas populacionais, migrações e desenvolvimento. **VIII Congresso Luso-Africano de Ciências Sociais**. Coimbra 16, 17 e 18 de setembro de 2004. Centro de Estudos Sociais. Faculdade de Coimbra. Coimbra/Portugal. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/LAB2004>>. Acessado em: 21 set. 2009.

<sup>75</sup> SALIM, C. A. A questão dos brasiguaios e o Mercosul. In: PATARRA, N. L. **Emigrações e imigrações internacionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: FNUAP, 1995.

<sup>76</sup> REYDON, B. P.; PLATA, L. A. Migrações e mercados de terra agrícolas no Cone Sul. In: PATARRA, N. L. **Emigrações e imigrações internacionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: FNUAP, 1995.

entanto, a maioria dos trabalhadores imigrantes é constituída por assalariados, trabalhadores por empreitada e por arrendatários sem contrato formal, sendo que, recebem salário inferior ao mínimo legal no Paraguai<sup>77</sup>.

Os emigrantes brasileiros representam 60% da população de Canindeyú. Destes, 90% estão vinculados à agricultura, pecuária e indústria madeireira. Segundo dados de 1995, 80% dos emigrantes brasileiros estavam em situação irregular no Paraguai devido à falta de documentação.

Dos principais problemas que afetam essa população, destacam-se: a falta de documentação completa, típico de todos os migrantes de baixo nível sócio-econômico que querem manter a nacionalidade e a identidade brasileiras, a falta de organização para exigir demandas legais e concretas, a deficiência de serviços públicos (educação, saneamento básico, eletricidade, telefonia) e de estradas.

Estes problemas têm motivado ações por parte da Pastoral do Migrante no Brasil e pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra, sendo motivo de retorno de muitas famílias brasileiras concentradas e assentadas no estado do Mato Grosso, nos municípios de Mundo Novo, Eldorado, Sete Quedas e Naviraí<sup>78</sup>.

Apesar de não existirem registros exatos das pessoas que entram no Paraguai na qualidade de imigrantes, sabe-se que chegam famílias inteiras de agricultores, em sua maioria com caminhões de carga para o transporte de todos os seus pertences, incluindo mobiliário em geral, algumas máquinas agrícolas e animais, como gatos, cães e vacas. No Paraguai, os brasileiros são responsáveis por 80% da produção de soja, que rende para aquele país cerca de 520 milhões de dólares em exportações.

## **Elementos que alimentaram o imaginário dos agricultores e motivaram a emigração**

Desde o século XIX, Brasil e Paraguai têm uma história marcada por

---

<sup>77</sup> ROESLER, M.; CESCNETO, E. Políticas populacionais, migrações e desenvolvimento. **VIII Congresso Luso-Africano de Ciências Sociais**. Coimbra 16, 17 e 18 de setembro de 2004. Centro de Estudos Sociais. Faculdade de Coimbra. Coimbra/Portugal. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/LAB2004>>. Acesso em: 21/9/2009. p. 11. Além da presença dos agricultores, há que se evidenciar a presença indígena, dramaticamente reduzida a pequenos tutelados na fronteira.

<sup>78</sup> Ibid., p. 12.



conflitos, principalmente por desacordos na demarcação de fronteiras. Os conflitos culminaram na Guerra do Paraguai (1865-1870), que envolveu ainda, além do Brasil, a Argentina e o Uruguai. Também foram firmados vários acordos, como o Tratado de Paz e Amizade, o Tratado Mangabeira-Ibarra e, mais recentemente, o condomínio para a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu.

Em 1954, o então presidente paraguaio Alfredo Stroessner iniciou uma aproximação com o Brasil, empreendendo a *Marcha al este*. Diversos fatos comprovam esta aproximação, dentre eles podemos citar a construção de estradas e da Ponte da Amizade. Em 1966, com a assinatura da Ata das Cataratas, o governo do Paraguai promoveu a venda de terras na fronteira com o Brasil a grupos financeiros, empresas e particulares brasileiros.

Nesse contexto, os interesses envolvidos na aproximação entre Brasil e Paraguai foram de ambas as partes: a transformação dos portos de Santos e Paranaguá em portos francos ao país vizinho. É uma demonstração da coincidência de interesses entre os dois países.

Por outro lado, diversas empresas brasileiras compraram grandes extensões de terra, concentrando suas atividades na instalação de grandes serrarias para, em seguida, negociar toda a produção no Brasil. No entanto a madeira serrada passava sem controle alfandegário do Paraguai para o Brasil. Uma vez esgotada a madeira, as empresas promoveram a venda das terras e, em pouco tempo, surgiram diversas colônias de agricultores.

As terras da fronteira paraguaia com o Brasil pertenciam, na sua maioria, a grandes empresas brasileiras, como a Karapá SRL, cujas propriedades são calculadas em 100 mil hectares, e a Companhia Americana, do ex-chanceler brasileiro Mario Gibson Barbosa, proprietária de 80.000 hectares<sup>79</sup>.

Assim, os brasileiros adquiriram suas terras de grandes empresas ou companhias imobiliárias. Muitas dessas companhias agiam como grileiras, ou seja, obtinham terras sem documentação, ilegais ou como comumente se afirma: terras frias, pois conseguiam títulos nos cartórios do governo de forma fraudulenta. Para o pequeno proprietário brasileiro era vantajoso comprar terras no Paraguai, pois elas valiam até oito vezes menos do que as do extremo oeste paranaense.

Além disto, os custos da produção agrícola eram subsidiados pelo governo

---

<sup>79</sup> LAINO, D. **Paraguai**: fronteiras e penetração brasileira. São Paulo: Global, 1979, p. 79-80.

paraguaio, viabilizando a construção de uma infra-estrutura na propriedade. Muitos agricultores quando chegavam ao Paraguai compravam o máximo de terras que podiam e, muitas vezes, nem lhes sobrava o mínimo necessário para preparar a terra para o plantio ou até mesmo mecanizar a produção<sup>80</sup>. Logo, o auxílio governamental, nesse sentido, era um atrativo para os migrantes.

À pauperização do agricultor paraguaio, cuja forma de produção era ainda rudimentar, soma-se a maciça migração brasileira, fator que provocou a valorização da terra. Este aumento no valor da terra passou a ser um forte instrumento de expulsão do pequeno agricultor paraguaio, bem como dos indígenas, tornando-os grupos marginalizados naquela sociedade. O agricultor imigrante brasileiro, nesta situação, passou a ser hostilizado e considerado como um invasor.

Como apontam Marli Roesler e Eugênia Cesconeto, o processo de acumulação de capital, por meio da apropriação rápida das terras por parte dos brasileiros, trouxe como principais consequências a ampla devastação das florestas, a especialização da produção agrícola, a desarticulação da economia de sustentação dos camponeses paraguaios, o aumento do contingente de trabalhadores rurais sem-terra, a expulsão de indígenas do território e o crescimento do trabalho assalariado, inclusive entre os migrantes brasileiros<sup>81</sup>. Esta situação demonstra que o Paraguai não tinha condições para absorver e continuar recebendo tamanha quantidade de imigrantes, o que gerou conflitos internos entre brasileiros e paraguaios.

Em certas regiões paraguaias, o imigrante brasileiro podia adquirir até 130 alqueires com o dinheiro da venda de um alqueire no Brasil. Esta informação é corroborada no livro de Domingos Laino escrito na época em que os fatos estavam acontecendo: “na cidade de Hernandarias existem três imobiliárias que vendem terras só para brasileiros [...]. No Brasil, vendi em Toledo, no Paraná, um alqueire por 15.000 cruzeiros e com este dinheiro comprei na fronteira paraguaia 120 alqueires”<sup>82</sup>.

Pode-se dizer que os brasileiros compravam as terras que eram oferecidas.

<sup>80</sup> LIMA, I. C. de. **Itaipu: as faces de um mega projeto de desenvolvimento (1930-1984)**. Marechal Cândido Rondon: Germânica. 2004. p. 113.

<sup>81</sup> ROESLER, M.; CESCNETO, E. Políticas populacionais, migrações e desenvolvimento. **VIII Congresso Luso-Africano de Ciências Sociais**. Coimbra 16, 17 e 18 de setembro de 2004. Centro de Estudos Sociais. Faculdade de Coimbra. Coimbra/Portugal. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/LAB2004>>. Acesso em: 21/9/2009.

<sup>82</sup> Relato do agricultor Waldomiro Krindges, apud LAINO, D. **Paraguai: fronteiras e penetração brasileira**. São Paulo: Global, 1979.

Isso porque, o baixo custo das terras, os impostos reduzidos, a possibilidade de dispor de dois mercados para comercializar a produção, foram fatores atrativos. Assim, muitos vendiam suas terras no Brasil para adquirir no Paraguai extensões muito maiores por preços menores, começando rapidamente a desmatar, cultivar e prosperar<sup>83</sup>.

A ocupação do território paraguaio pelos agricultores brasileiros acompanhou a lógica das políticas estatais que visavam o povoamento daquelas áreas englobadas pela *Marcha al este*. Além dos grandes empresários, o público alvo de uma campanha assentada no lema das terras férteis e com preços baixos, foram os trabalhadores agrícolas que possuíam, no Brasil, áreas inferiores às necessárias para a produção, ou os que se encontravam sem terra para cultivar.

Muitos agricultores brasileiros viram naquele momento; a possibilidade de migrar e continuar a manter contatos comerciais, familiares e de amizade no Brasil. Ainda que, vivendo no Paraguai conservariam idioma, hábitos e tradições que mantinham vivas no Brasil.

Mesmo com inevitáveis percalços, o estabelecimento de laços entre os dois lados da fronteira vinha de longe e teria condições de subsistir, amadurecendo os intercâmbios, que iam do comércio às relações familiares, da culinária à linguagem. Por outro lado, alguns outros se lançaram para o interior do Paraguai, em busca de novas aventuras e expectativas. Para Domingos Laino,

os agricultores brasileiros foram atraídos para o Paraguai por uma série de fatores, os quais acabaram gerando Grandes latifúndios, terra virgem e fértil, riquezas florestais, cafezais, plantações de erva e serrarias alienadas em favor dos brasileiros. E como complemento, a moeda, os costumes e muitas vezes até a educação e o idioma das fronteiras nacionais com o Brasil já não são paraguaias<sup>84</sup>.

Sobre Domingos Laino, Tão Gomes Pinto ao escrever a obra Itaipu: integração em concreto ou uma pedra no caminho, destaca a atuação de Domingos Laino como líder opositor paraguaio contra o governo de Stroessner. Em seus discursos, aparecia o temor que o Paraguai estaria sendo ameaçado pela presença

---

<sup>83</sup> LAINO, D. **Paraguai: fronteiras e penetração brasileira**. São Paulo: Global, 1979.

Destacamos que a obra de Domingos Laino foi escrita há trinta anos. Naquela época não era possível visualizar resultados, uma vez que o processo migratório estava em sua fase inicial.

<sup>84</sup> Id.

de latifúndios brasileiro.<sup>85</sup> Na obra Paraguai: fronteira de e penetração brasileira é evidente o viés ideológico seguido por este autor. Político atuante no cenário paraguaio, seu posicionamento teve importante papel na construção da ideia de que todo agricultor imigrante brasileiro instalado no Paraguai é latifúndio. Neste sentido, as outras categorias de imigrantes, empreiteiros, pequenos proprietários, arrendatários, e até mesmo trabalhadores temporários são, de forma generalista, classificados como latifúndios.

---

<sup>85</sup> PINTO, Tão Gomes. **Itaipu: Integração em concreto ou uma pedra no caminho?** São Paulo: Manole, 2009.

## **CAPÍTULO 2: A PRESENÇA DOS IMIGRANTES AGRICULTORES BRASILEIROS NO PARAGUAI**

Desde o início da década de 1950, assiste-se na região Oeste do Paraná a um sistemático processo de ocupação. Em pouco mais de meio século esta região foi desmatada e ocupada pela iniciativa de projetos de colonização privados. Ali se instalaram trabalhadores rurais oriundos dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul cujas trajetórias são marcadas por ascendências étnicas de origem europeia e bagagens culturais diversas.

Milhares de agricultores sulistas imigraram quando a fase de exploração da erva mate no estado do Paraná já estava extinto; este movimento populacional foi motivado pela possibilidade de exploração da madeira e pelas oportunidades econômicas atreladas às mudanças ocorridas no setor da agricultura. Nesse processo, muitos desses imigrantes tornaram-se pequenos proprietários de terras.

A partir das décadas de 1970 e 1980, com a expansão do agronegócio, muitos destes agricultores, há pouco fixos no oeste paranaense, passaram a vivenciar mudanças significativas nas relações de trabalho no campo, sendo impelidos, no contexto de modernização agrícola, a reimigrarem para outras regiões, inclusive para o Paraguai. Esta mobilidade foi engendrada em meio a múltiplos processos e, como já foi exposto no capítulo anterior, o processo de construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu exerceu notável influência nesse contexto. Assim, pretende-se dar visibilidade à heterogeneidade das experiências sociais vividas por estes migrantes, apontando as diversidades e contradições deste movimento.

Para embasar a compreensão das mudanças nos modos de vida e de trabalho dessa população, utilizamos um conjunto de entrevistas realizadas com imigrantes (e seus descendentes) residentes na localidade Curva da Lata, no município de Katueté, Província de Canindeyú/Paraguai, e na localidade Gleba 11, no município de Mbaracayu, Província Alto Paraná/Paraguai.

Ou seja, buscou-se conhecer a trajetórias socioculturais dos imigrantes agricultores brasileiros radicados no Paraguai, privilegiando experiências vividas por estes sujeitos, considerando que suas rotinas de trabalho, por vezes, geram conflitos com a configuração produtiva anteriormente existente na região ou com os objetivos

e planos das relações de produção dominantes<sup>86</sup>.

## ESPAÇOS OCUPADOS POR IMIGRANTES BRASILEIROS NO PARAGUAI

Para melhor visualizar a dimensão dos espaços ocupados por imigrantes agricultores brasileiros no Paraguai, cabe observar que:

A província de Canindeyú ocupa uma extensão de 14.667 Km<sup>2</sup>, limita-se ao norte com a província de Amambay e com o Brasil, país com que também se limita ao leste e ao sul com as províncias de Alto Paraná, Caaguazú e São Pedro. As terras baixas apresentam grande quantidade de cursos fluviais. O clima é tropical úmido com uma temperatura média anual de 21° C. Estas características do clima e fisiográficas dão lugar a zonas de floresta alta e média (araucária, cedro) e com fauna rica e variada (manducu, salmão, jacaré, pato serrucho, papagaios, araras). É uma região propícia para a agricultura.

A província de Alto Paraná, possui 14.895 Km<sup>2</sup>, limita-se ao norte com a província de Canindeyú e ao leste com o Brasil e a Argentina. Ao sul com Itapuá e ao oeste com Caazapá e Caaguazú. O clima na região é tropical e úmido com temperatura média anual de 23° C. O clima e as características do solo favorecem o desenvolvimento de uma densa floresta com grande riqueza de flora (caroba, cedro, jacarandá) e fauna (pássaro campana, camaleão, jacaré, cobra coral).<sup>87</sup>

Em linhas gerais, o mapa político-administrativo do território paraguaio se configura pelas seguintes províncias: Alto Paraguay, Alto Paraná, Amambay, Boquerón, Caaguazú, Caazapá, Canindeyú, Central, Concepción, Cordillera, Guairá, Itapuá, Misiones, Ñeembucú, Paraguarí, Presidente Hayes e São Pedro como se pode ver na figura seguinte.<sup>88</sup>

<sup>86</sup> ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

<sup>87</sup> ENCICLOPÉDIA DEL PARAGUAY: **Oceano**, v. 2, s/d, p. 57.

<sup>88</sup> ENCICLOPÉDIA DEL PARAGUAY: **Oceano**, v. 2, s/d, p. 57.



Figura 2 - Divisão político-administrativa do Paraguai

Fonte: Enciclopédia del Paraguai, p. 56. As setas acima indicam a localização aproximada dos povoados pesquisados. Estas informações foram adicionadas ao mapa original.

A partir dos anos de 1970, a extração de madeira e a agroindústria da soja foram as grandes responsáveis pela ocupação desordenada de vastas regiões do território paraguaio, especialmente nas áreas para as quais uma grande parte de agricultores brasileiros emigraram, somando-se aos que lá já viviam.

A figura que segue mostra a dinâmica e os espaços ocupados pelos movimentos migratórios de agricultores brasileiros, alcançando as terras paraguaias.



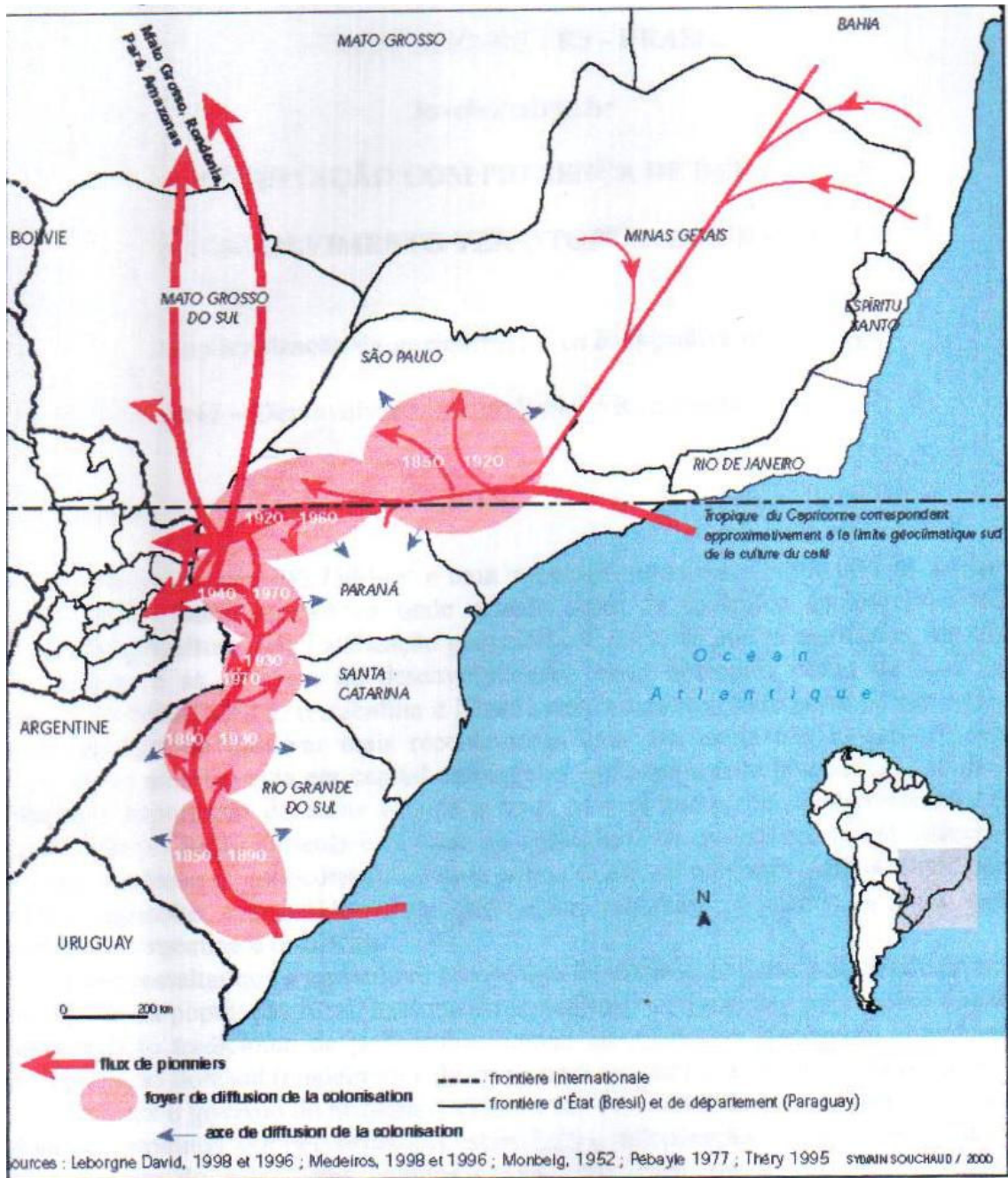


Figura 3 - Sucessivas migrações no interior do Brasil em diferentes momentos históricos  
 Fonte: SOUCHAUD (2001, p. 20).

A fronteira entre Brasil e Paraguai identificava-se com o leito de um caudaloso rio, trecho que abrange o estado do Paraná, até que boa parte dela foi recoberta pelas águas do Lago da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Com a inundação das terras para a formação do lago da hidrelétrica, estima-se que aproximadamente 40 mil brasileiros deixaram o estado do Paraná para ocupar terras no Paraguai, inseridos na estrutura de produção agrícola paraguaia como agregados, parceiros,



arrendatários, assalariados ou ainda como pequenos, médios e grandes proprietários.

A presença desses trabalhadores e agricultores brasileiros, a partir da década de 1970, modificou profundamente a economia, a cultura e até mesmo a geografia do Paraguai. A língua portuguesa, bem como italiano e alemão, trazido pelos descendentes de imigrantes europeus, passou a se misturar com a espanhola e as lavouras de soja passaram a dominar a paisagem.

Para entender melhor a formação dos núcleos de povoamento dos agricultores brasileiros no Paraguai é preciso também conhecer um pouco da geografia daquele país. O território paraguaio é dividido em duas grandes regiões, Oriental e Ocidental, com dezoito departamentos ou províncias, sendo três na região Ocidental e quinze na região Oriental, que concentra a maior parte da população (97,46%) e faz limite com o Brasil e a Argentina.

Uma observação importante é que “a presença brasileira se estabelece em núcleos, são colonizadores, desbravadores que saem do Brasil geralmente em grupos de familiares ou conhecidos de uma mesma localidade”,<sup>89</sup> conforme demonstrado no mapa a seguir:

---

<sup>89</sup> MENEGOTTO, R. **Migrações e fronteiras**: os imigrantes brasileiros no Paraguai e a redefinição da fronteira. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004. p. 60.

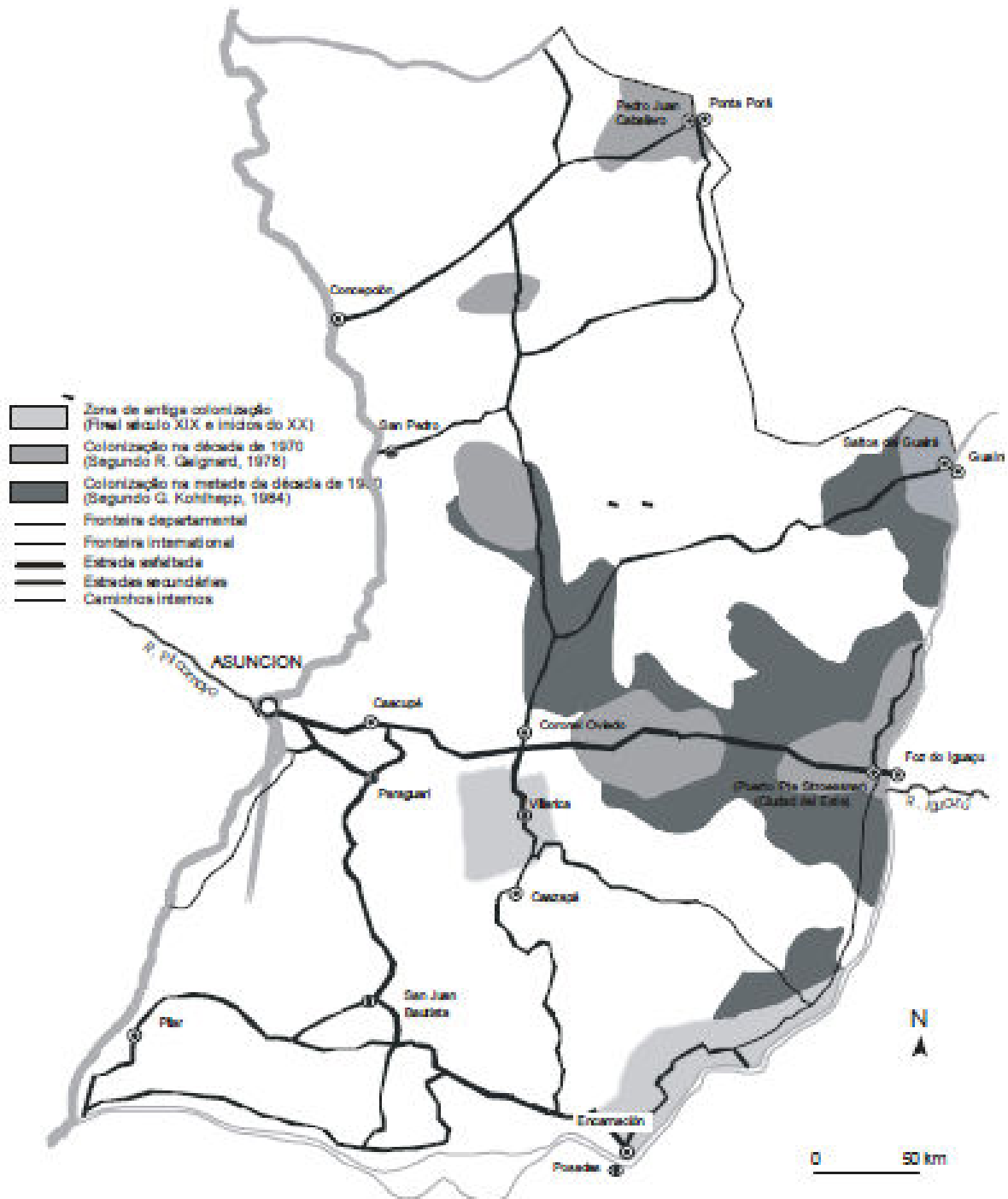


Figura 4 - Colonização interna no Paraguai oriental (Governo de Stroessner)

Fonte: SOUCHAUD (2002), p. 113.

Quando se fala da história do Paraguai, é preciso também falar da sua exploração colonial, do seu processo de independência, da guerra de 1865-1870 e de sua posterior estagnação econômica. Nesse sentido, o governo do General Alfredo Stroessner (1954-1989), apresentou-se um governo marcado por medidas que alteraram o contexto agrário paraguaio.

A emergência deste personagem está fortemente relacionada à situação fundiária após a *Guerra da Triple Alianza* (contra Brasil, Argentina e Uruguai). Uma das principais consequências de derrocada paraguaia foi a formação de extensos latifúndios de exploração florestal a cargo do capital estrangeiro, sem melhorar as condições de vida da população do país<sup>90</sup>.

No governo de Stroessner, foi estimulada a colonização por estrangeiros na parte leste e sudeste daquele país, em sua maioria por agricultores brasileiros. Este processo teve início com a extração florestal e produção de madeiras nobres destinadas ao mercado brasileiro. Posteriormente, instauraram uma agricultura moderna baseada na revolução verde (motomecanização, melhoria genética das plantas e insumos químicos industriais), com destaque para o cultivo da soja e do trigo, já amplamente difundidos no Brasil<sup>91</sup>.

Inicialmente, o governo paraguaio priorizou uma política de propaganda que atraiu trabalhadores rurais para a derrubada das matas. Em seguida, procurou-se atrair imigrantes de origem europeia, utilizando um discurso “que pregava a importância destes agricultores para que ensinassem os negros e os índios a trabalharem”<sup>92</sup>.

Como informam atuais moradores da Gleba 11, estes estrangeiros não foram os primeiros imigrantes agricultores a ocuparem terras nessa área, que já haviam recebido outros brasileiros na primeira fase de ocupação, atraídos pelos títulos de posse e exploração da madeira.

Havia muitos moradores por aqui (...). Não havia mecanização ainda. Em cada colônia havia três a quatro famílias. (...) Depois muitos começaram a comprar terra, então essas famílias iam embora. Eles iam para o Brasil de novo, acho que para Minas [Gerais] para derrubar mato, porque aqui já tinham derrubado. Então começou a destoca. Havia muitos peões ainda para juntar raízes e tudo que se precisava, mas depois começaram a sumir. Agora há menos gente do que quando chegamos aqui.<sup>93</sup> [Em 1983]

Observa-se que a chegada dos novos agricultores brasileiros provocou a

<sup>90</sup> JARA, F. A. **Paraguay: ciclos adversos y cultura política**. Assunción: Servilibro, 2004. p. 33.

<sup>91</sup> FIGUEIREDO, O. A. T.; MIGUEL, L. A. **Desenvolvimento territorial e ruralidade: a modernização da agricultura e os brasiguaios no Paraguai**. Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre: UFRGS, 2002. p. 1.

<sup>92</sup> SONDA, V. J. **Os brasiguaios nos caminhos e descaminhos da fronteira**. Centro de Estudos GeoHistóricos e do Movimento Humano: Marechal Cândido Rondon, 1996. p. 28. Esta informação serve de evidência para demonstrar a visão de quem estava a frente da política agrária paraguaia, à respeito dos negros e índios, vendo-os como preguiçosos e avessos ao trabalho.

<sup>93</sup> LEICHTWEIS, L. **Entrevista**. Gleba 11 (Maracadyú-Py), 30 de Janeiro de 2009.

saída de outros brasileiros que haviam chegado primeiro, mas que vieram para realizar atividades que não necessitavam de investimentos pesados, como extrair madeira, plantar menta e praticar a agricultura de subsistência. Quando a madeira acabava, acabava também sua principal fonte de renda.

Esses imigrantes (considerados a primeira leva), sem posses, deixaram as terras para os novos imigrantes (os da segunda leva), muitos deles capitalizados pelos recursos obtidos com as indenizações pagas pela Usina Hidrelétrica de Itaipu ou pela venda de suas pequenas propriedades no local de origem.

Havia uns nordestinos que já moravam lá. (...) depois foram todos embora, um caminhão cheio de gente. Todos pobres. E nós [a família; pais e irmãos] compramos aquelas terras da Firma Mbaracayu. (...) Eles todos tinham comprado o direito de posse e depois, quando não saiu a escritura, eles não tinham mais dinheiro e venderam a posse. A firma os indenizou, mas não sei quanto.<sup>94</sup>

Os primeiros brasileiros a ocupar essas terras no Paraguai constituíam uma categoria distinta dos imigrantes agricultores brasileiros das décadas de 1970 e 1980, pois aqueles não tinham capital para se adequar à mecanização agrícola e, uma vez que já tinham cumprido seu papel – desbravamento das matas – no contexto da política agrária do governo paraguaio, cederam seu lugar a outros que podiam fazer a destoca e iniciar o plantio de novas culturas, como a soja e o trigo.

Este movimento estava de acordo com os objetivos do governo Stroessner que,

expressos em *la paz social, bienestar de la población e integración territorial*, se basearam em estratégias de “incremento de las exportaciones, la agroindustria y la sustitución de importaciones, definiendo al sector agropecuario y forestal como soportes fundamentales del desarrollo basado en el uso de los recursos naturales, uso de las aguas, praderas y otros.”<sup>95</sup>

A palavra *desarrollo* (desenvolvimento) faz referência ao aumento das terras cultivadas em detrimento das áreas de floresta nativa, ao incentivo à ocupação de novas fronteiras agrícolas e à necessidade de aumentar a exportação de grãos, especialmente da soja, considerada o ouro branco da década de 1970. Como já indicado, o fator atrativo para os brasileiros migrarem para estas áreas foram os

<sup>94</sup> SCHNEIDER, Nildo. **Entrevista**. Toledo, 12 de outubro de 2009.

<sup>95</sup> PARAGUAY. Secretaria Técnica de Planificación (STP). **Perfil ambiental del Paraguay**. Asunción: STP, 1985. p. 18.

preços baixos e as terras férteis, além da proximidade geográfica ao local de origem. O público-alvo foram os trabalhadores agrícolas encontrados em propriedades agrícolas com áreas inferiores às necessárias à sua produção ou os que não possuíam terra para cultivar.

Ressalte-se que os agricultores paraguaios ficaram à margem destas iniciativas sendo inseridos apenas em projetos de agricultura familiar; limitados ao cultivo do milho, feijão e da mandioca para subsistência e do fumo e algodão para venda. Desta forma, “a agropecuária de exportação passa a ser assim a prioridade para o poder público paraguaio, relegando a um segundo plano os aspectos sociais como a infraestrutura em serviços e o acesso aos meios de produção, como seria a agricultura familiar e a luta contra a informalidade”<sup>96</sup>.

Sobre a não-presença do homem do campo paraguaio na colonização da região que estamos focalizando (a parte oriental daquele país), as informações são controversas. Esta situação pode estar relacionada às subjetividades dos observadores. Para o agricultor Marcelo Schneider: “trabalhando na lavoura só se viam brasileiros”<sup>97</sup>. Opinião compartilhada por outro agricultor brasileiro, Eduino Moh: “tinha um morador paraguaio, era um tal de Cido (...). Ele era professor na Curva da Lata. Esse era o único paraguaio que tinha na nossa linha”<sup>98</sup>. Entretanto, para o agricultor Nildo Schneider, referindo-se à Gleba II, afirma que havia muitos paraguaios trabalhando na região:

Nos primeiros anos em que roçávamos o mato, **havia muitos paraguaios** que trabalhavam por empreita. Inclusive, nos primeiros anos de soja, havia muitos índios que vinham se oferecer para trabalhar. Eles não sabiam manejar uma enxada, era só no *machete*, um tipo de facão que eles usavam sempre. O pagamento tinha que ser feito na hora do meio dia e no fim da tarde. Eles gastavam tudo no bolicho<sup>99</sup> no mesmo dia<sup>100</sup>.

Como vemos, havia sim, paraguaios na região que estava sendo ocupada por estes agricultores imigrantes brasileiros. Contudo, percebe-se que eles estavam à margem do processo de colonização que estava sendo ali implementado. A sua

<sup>96</sup> MARIÓ E. G.; SILVA-LEANDER, A.; CARTER, M. **Paraguay**: temas de desarrollo social para el alivio de la pobreza – Análisis Social del País. Banco Mundial, Documento de trabalho nº 4/04, 2004. Disponível em: <www.bancomundial.org.ar>. Acesso em: 24 set. 2009. p. 14.

<sup>97</sup> SCHNEIDER, Marcelo. **Entrevista**. Curva da Lata (Katueté, Py) 28 de Janeiro de 2009.

<sup>98</sup> MOH, Eduino. **Entrevista**. Curva da Lata (Katueté, Py) 8 de Julho de 2009.

<sup>99</sup> Refere-se a estabelecimento comercial em que se vendia um pouco de tudo: gêneros de primeira necessidade, bebidas, ferramentas etc.

<sup>100</sup> SCHNEIDER, Nildo. **Entrevista**. Toledo, 12 de outubro de 2009. (grifo nosso)

invisibilidade pode ser atribuída ao fato de não fazerem parte da categoria de agricultores que estavam se instalando (agricultores com posses).

Neste contexto, é possível visualizar um confronto entre o modelo da agricultura empresarial e o modelo da agricultura de subsistência, fato que gerou uma dicotomia no espaço rural do Paraguai, apresentando-se em duas realidades bem diferenciadas. Ou seja, houve uma profunda alteração no sistema agrário daquele país, com a inserção de novas formas de produção que retiravam o espaço para agricultura de subsistência.

Impelidos a migrar e muitas vezes seduzidos pela propaganda, em especial veiculada pelo rádio, jornais e – por que não mencionar – pelo contato com vizinhos, amigos e parentes que acabavam influenciando na decisão em emigrar: “Havia uns conhecidos brasileiros que vieram para o Paraguai e contaram como era o Paraguai”<sup>101</sup>.

Ou ainda: “Muita gente vinha! Então eu disse: “vamos olhar também”. Lá de Toledo, Quatro Pontes havia uns amigos que já estavam aqui. Viemos olhar, achamos a terra bonita e boa”<sup>102</sup>.

No Paraguai, em sua parte oriental, existiam empresas de colonização privada de origem brasileira que facilitavam a instalação de seus concidadãos. Percebe-se, assim, que empresas brasileiras e autoridades paraguaias estiveram juntas neste processo<sup>103</sup>. O conveniente ou vantajoso para ambos os lados (paraguaio e brasileiro) era que o Paraguai aumentava as suas divisas e o Brasil alongava o seu mercado de bens industriais e agropecuários<sup>104</sup>.

O processo de mecanização do campo paraguaio, na parte oriental, contou também com “as bênçãos do governo brasileiro, tendo em vista um acordo com empresas multinacionais, orientando para a produção em larga escala avançada através do uso de maquinários que passaram a realizar o trabalho de vários homens”.<sup>105</sup> Isto, por sua vez, foi a vertente propulsora da migração de inúmeros

<sup>101</sup> MOH, Eduino. **Entrevista**. Curva da Lata (Katueté, Py) 8 de Julho de 2009.

<sup>102</sup> SCHNEIDER, Renato. **Entrevista**. Gleba 11 (Mbaracayu -Py), 30 de Janeiro de 2009.

<sup>103</sup> FIGUEIREDO, O. A. T.; MIGUEL, L. A. **Desenvolvimento territorial e ruralidade: a modernização da agricultura e os brasiguaios no Paraguai**. Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre: UFRGS, 2002. p. 8.

<sup>104</sup> SOUCHAUD, S. Dinámica de la agricultura de exportación paraguaya y el complejo de la soja: una organización del territorio al estilo brasileño. In: FOGEL, R.; RIQUELME, M. **Enclave sojero merma de soberanía y obreza**. Asunción: Centro de Estudios Rurales Interdisciplinarios, 2005. p. 15-34.

<sup>105</sup> SCHLOSSER, M. T. S. **Nas ondas do rádio: a viabilidade da modernização agrícola no oeste do Paraná (1960-1980)**. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Geografia. Universidade Estadual de Maringá: Maringá, 2001. p. 07.

agricultores do campo no lado brasileiro.

Lá no Brasil não tinha mais terra. A terra era muito cara. Lá na minha região, em Santa Rosa, um alqueire de terra era na base de 800 a 900 sacas de soja, e isso eu não tinha condições de pagar. Então com 900 sacas de soja que eu ganhei lá quando vendi, comprei dez alqueires aqui e ainda me sobrou um dinheirinho.<sup>106</sup>

Os imigrantes agricultores brasileiros, ao ocuparem terras no Paraguai, enfrentaram todo tipo de dificuldade, típicas de movimentos de abertura de fronteiras agrícolas, como: inexistência de estradas adequadas, moradias precárias, trabalho de sol a sol, falta de recursos médicos e uma série de outros obstáculos a serem transpostos.

No começo a principal renda era o dinheiro que **vinha das roças do Brasil** [risos]. Porque lá os primeiros anos foram muito difíceis. Dinheiro não se obtinha, às vezes plantava-se milho e o custo da colheita do milho era mais alto que valia o milho. Não tinha quem comprava as coisas, só a madeira. E quebrar milho era um sacrifício, porque nós ainda não tínhamos colhedeira, tinha que passar tudo na trilhadeira. Começou a melhorar um pouco quando entrou a mecanização e o cultivo da soja. Antes mesmo de terminar a destoca já se plantava soja em meio as raízes de árvores derrubadas. Debulhávamos na trilhadeira e vendíamos.<sup>107</sup>

Por outro lado, a fertilidade dos solos, o apoio direto do governo na concessão e compra de terras e a atuação das agências de crédito; representavam um estímulo em meio a tantas dificuldades.

(...) os brasileiros todos sabem que eles vieram praticamente sem nada, para se aventurar. Hoje estão bem graças ao suor e o sacrifício do serviço. E muitas das pessoas daqui não estão, talvez não tivessem essa facilidade ou conhecimento de como se pratica a agricultura. Então eles vêem que você tem uma casa um pouco melhor, um carro um pouco melhor e existe uma certa inveja. Mas é uma coisa que vai muito da cultura.<sup>108</sup>

Em consonância com o progresso financeiro desses agricultores também ocorreu a formação e a consolidação do modelo agroexportador paraguaio, a

<sup>106</sup> MOH, Eduino. **Entrevista**. Curva da Lata (Katueté, Py) 8 de julho de 2009.

<sup>107</sup> SCHNEIDER, Nildo. **Entrevista**. Toledo, 12 de outubro de 2009. (nosso destaque). Nildo Schneider foi proprietário de terras na Gleba XI durante 20 anos (1978 a 1998). Acompanhou os pais e os irmãos, no processo de compra de terras mas não se radicou no Paraguai, nem vendeu sua pequena propriedade no Brasil.

<sup>108</sup> FRIGUETTO, Áureo. **Entrevista**. Gleba 11 (Mbaracayu-Py), 31 de Janeiro de 2009.

construção da Ponte da Amizade e da Usina Hidrelétrica de Itaipu que influenciaram neste processo. Os estímulos que o governo brasileiro concedia, mediante créditos subsidiados e garantia de preços mínimos também incidiram relativamente neste contexto histórico de ocupação de terras no Paraguai por parte de emigrantes brasileiros<sup>109</sup>.

Estes aspectos postos em prática pelos governos e empresários aparecem em discursos ideológicos da modernidade que foram revigorados “como mito para justificar o desenvolvimento de técnicas, levando muitas pessoas a acreditarem que o moderno traria o desenvolvimento e a melhoria das condições da população”<sup>110</sup>.

A introdução do cultivo da soja e do trigo foi um exemplo marcante de como ocorreu a articulação do Estado-ideologia-capital. Uma articulação que promoveu a modernização em função das necessidades do capital industrial instalado recentemente no país: promover a venda de insumos, máquinas agrícolas e a compra de produtos agrícolas por meio da troca<sup>111</sup>.

Como se pode ver, havia estímulos por parte da política agrária paraguaia para a colonização brasileira, como declara o agricultor Renato Schneider:

Sim, muito! Tinha tudo. Para soja e para milho. Eu te digo: quando eu comprei essa terra aqui, eu tinha um milhão e meio de Guaranis e a terra custava seis milhões. (...) Aí o cara\* falou: ‘vamos ao banco’... Dentro de três dias saiu o financiamento para comprar e fazer minha plantação e todo o restante. Depois, mais tarde, só piorou, piorou...<sup>112</sup>

Como já dito anteriormente, os bancos paraguaios davam prioridade para essa categoria de agricultores imigrantes brasileiros que, de certa forma, vinham capitalizados do Brasil com a venda de suas propriedades. Já aqueles que não tinham posses, também não possuíam o poder de barganha mencionado pelo agricultor acima. Ou seja, não tinham acesso aos financiamentos.

Neste contexto, é pertinente observar que em um território paraguaio que

<sup>109</sup> FIGUEIREDO, O. A. T.; MIGUEL, L. A. **Desenvolvimento territorial e ruralidade: a modernização da agricultura e os brasiguaios no Paraguai**. Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre: UFRGS, 2002. p. 6.

<sup>110</sup> MEINERZ, L. R. **Brasiguaios e a inclusão subordinada: as condições de vida no município de Pato Bragado**. Unioeste/Centro de Ciências Humanas de Educação e Letras: Marechal Cândido Rondon, 2005. p. 19.

<sup>111</sup> ZAAR, M. H. **A produção do espaço agrário da colonização à modernização agrícola e a formação do lago de Itaipu**. Cascavel: Edunioeste, 1999. p. 30.

\* Refere-se ao corretor que estava intermediando o negócio.

<sup>112</sup> SCHNEIDER, Renato. **Entrevista**. Gleba 11 (Mbaracayu -Py), 30 de Janeiro de 2009.



antes tinha pouca presença populacional, formou-se um espaço ocupado por brasileiros que registram fortes vínculos com seu país, dando origem ao hoje denominado espaço brasiguai. Esta expressão pode ser entendida hoje como um conceito operativo, dando a entender que a sua base socioeconômica e produtiva é brasileira, mas em território paraguaio<sup>113</sup>.

## EXPERIÊNCIAS DOS PRIMEIROS TEMPOS

Ao acompanhar os relatos dos imigrantes brasileiros no Paraguai, nota-se que a vontade de migrar em busca de trabalho e de melhores condições de vida, em geral, é reproduzida através da condição de agricultor proprietário de terra. Esta perspectiva é testemunhada pela moradora de Gleba 11, a agricultora Lourdes Leitchweis:

Deu-me um pouco de medo quando eu saí do Brasil. Eu gosto do Brasil, mas não vou dizer que eu amo de paixão, porque ele não me deu tanta chance de progredir na vida. Eu não tive lá a chance que eu tive aqui para fazer um pouco de patrimônio.<sup>114</sup>

Neste sentido, também temos a fala de outro morador da Gleba 11, o agricultor Renato Schneider afirma que:

(...) francamente, lá no Brasil, a minha porta para fazer um futuro não estava assim tão aberta. Com cinco alqueires vendidos lá, nós comprávamos quarenta, cinquenta aqui. Então são fatores que eu digo. Francamente, eu sempre achei que seria melhor.<sup>115</sup>

Considerando os relatos em questão, é preciso ter em mente que esses imigrantes agricultores brasileiros instalados no Paraguai saíram de lugares e culturas distintos e que vivenciaram um movimento de desterritorialização. Estes imigrantes (em sua maioria de origem gaúcha e catarinense; ou descendentes de migrantes daquelas regiões) constituem subjetividades fronteiriças.

De certa forma, o migrante não é um sujeito totalmente desterritorializado.

<sup>113</sup> FIGUEIREDO, O. A. T.; MIGUEL, L. A. **Desenvolvimento territorial e ruralidade: a modernização da agricultura e os brasiguaios no Paraguai**. Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre: UFRGS, 2002. p. 7.

<sup>114</sup> LEICHTWEIS, Lourdes. **Entrevista**. Gleba 11 (Mbaracayu-Py), 30 de Janeiro de 2009.

<sup>115</sup> SCHNEIDER, Renato. **Entrevista**. Gleba 11 (Mbaracayu -Py), 30 de Janeiro de 2009.

Bhabha nos fala que se o migrante não ocupa um território simbólico bem definido, ocupa, por certo, uma região de fronteira. Trata-se de uma sensação que manifesta um entre-lugar, um momento “de trânsito em que espaço e tempo se cruzam para produzir figuras complexas de diferença e identidade”<sup>116</sup>.

Nos primeiros tempos, os imigrantes agricultores tinham dificuldades em comercializar os seus produtos no Paraguai e, frequentemente, transportavam os seus produtos para serem vendidos no Brasil. Isto não acontecia sem antes pagar altas taxas para os comissionários locais no Paraguai, mesmo não havendo impostos a serem pagos, pois naquele país “não se onera nenhum produto agrícola, não há impostos sobre a circulação de mercadorias, nem sobre a venda e nem sobre nada. Nos primeiros cinco anos, não se paga imposto pela terra e, além disso, o crédito é fácil.”<sup>117</sup>

No processo de emigrar, na maioria das vezes, os homens averiguavam antes se o que era alardeado pela propaganda conferia com a realidade, ou seja, se as terras eram abundantes e de qualidade: “(...) primeiro eu vim sozinho, morava lá e trabalhava aqui. Então, devagarzinho eu fui conhecendo tudo aqui e aumentando o capital. Compramos mais uma área aqui. Digo: ‘agora é hora de mudar com a família!’ (...)”<sup>118</sup>

Na década de 70, as colonizadoras levaram todos os dias dezenas de famílias para conhecer as terras paraguaias. Numerosas famílias passavam pela fronteira, viajavam em meio a sonhos e pesadelos, trilharam caminhos em direção a um lugar capaz de alimentar a si e aos familiares.

Llegaban utilizando cualquier medio de locomoción, desde camiones hasta carritos jalados por caballos y desde tractores hasta a lomo de burro cargando sus bártulos, perros, chanchos y gallinas. La caravana era interminable. Unas otras iban llegando y se internaban en las numerosas picadas abiertas en la selva por los antiguos mineros y obrajeros.<sup>119</sup>

A permissão de entrada, ou *permiso de ingreso*<sup>120</sup> era provisória a todos que chegaram. A emissão custava cinco dólares, devendo ser renovada a cada 90 dias.

<sup>116</sup> BHABHA, H. K. Disseminação: o tempo, a narrativa e as margens da nação moderna. In: **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998. p. 198-238.

<sup>117</sup> LAINO, D. **Paraguai**: fronteiras e penetração brasileira. São Paulo: Global, 1979. p. 213.

<sup>118</sup> SCHNEIDER, Renato. **Entrevista**. Gleba 11 (Mbaracayu-Py), 30 de Janeiro de 2009.

<sup>119</sup> FELIÚ, F. **Los brasiguaios**. Canindeyú/Zona Alta, s/d. p. 46.

<sup>120</sup> Permiso: é um documento provisório emitido nas aduanas (que corresponde às alfândegas) e exigido de pessoas com mais de 16 anos.

A carteira de migrante, válida por dez anos, custava cerca de 30 dólares. Também havia policiais que permitiam a entrada ilegal dos brasileiros. Conforme Fernanda Feliú

los encargados de controlar el ingreso de esa gente en poco tiempo se volvieron millonarios, o sea que nadie controlaba nada pero todos los responsables, cobraban una tasa de acuerdo a su capricho sin otorgar ningún documento legal.<sup>121</sup>

Percebe-se que os recém chegados não tiveram vida fácil, precisaram lutar contra as dificuldades naturais do novo ambiente e ainda suportar a prepotência, as injustiças e atitudes de corrupção da polícia paraguaia. Sobre as dificuldades do novo ambiente veja o que diz o técnico em agropecuária Áureo Friguetto:

(...) você era estrangeiro, sem conhecimento de nada. Você está desbravando um lugar, então tudo era difícil, tudo, tudo era difícil. Saúde era difícil, escola era difícil, transporte, não tinha luz elétrica. Você, na verdade, fazia o papel de bandeirante. Colonizando as coisas.<sup>122</sup>

Já sobre os mandos e desmandos da polícia paraguaia temos a fala do agricultor Eduino Moh, também se referindo as dificuldades iniciais:

Gastei bastante na entrada, pois os paraguaios comiam bastante da gente. No começo era difícil aqui. Não tinha nada para vender. Se queria vender um porco era difícil. Nós trouxemos umas vacas e daí, se tinha um pouco de nata vendia. Leite e queijo não tinha para quem vender.<sup>123</sup>

Entre as inúmeras dificuldades enfrentadas desde os primeiros tempos está a questão da documentação dos imigrantes. Segundo estimativas levantadas “em 1995, cerca de 80% dos imigrantes brasileiros estavam ainda em situação irregular no país, e mais de 50% não possuía a documentação de origem exigida para tramitar o pedido de carnê de imigrantes.”<sup>124</sup> Para trafegar nas estradas de carro, bicicleta, carroça, motocicleta ou a pé era exigida a *libreta*, cuja renovação era anual a um custo de 3 dólares.

O valor cobrado pelos documentos impossibilitava há muitos legalizar sua

<sup>121</sup> FELIÚ, F. **Los brasiguaios**. Canindeyú/Zona Alta, s/d. p. 47.

<sup>122</sup> FRIGUETTO, Áureo. **Entrevista**. Gleba 11 (Mbaracayu-Py), 31 de Janeiro de 2009.

<sup>123</sup> MOH, Eduino. **Entrevista**. Curva da Lata (Katueté, Py) 8 de Julho de 2009.

<sup>124</sup> ROESLER, M.; CESCNETO, E. Políticas populacionais, migrações e desenvolvimento. **VIII Congresso Luso-Africano de Ciências Sociais**. Coimbra 16, 17 e 18 de setembro de 2004. Centro de Estudos Sociais. Faculdade de Coimbra. Coimbra/Portugal. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/lab2004>>. Acessado em: 21 set. 2009. p. 12.

permanência no Paraguai. Essa situação foi denunciada em 1985, por meio de um documento assinado pelos brasiguaios acampados na cidade de Mundo Novo (estado do Mato Grosso, no Brasil):

A documentação era muito cara. A gente não tinha condições de fazer. Se não fizesse os documentos seria preso, espancado, depenurado. Era obrigado trabalhar de graça, sem comer e ainda tomavam as coisas da gente. Davam tiros para assustar e houve até casos de morte.<sup>125</sup>

O fato de viverem ilegalmente naquele país gerava nos imigrantes brasileiros, muita insegurança e medo. Somente algumas famílias conseguiram mudar sua condição de vida; a maioria vivia em suas terras, mas em condições instáveis, acuadas com a perseguição legal, principalmente as perseguições policiais. Estes imigrantes, bem ou mal, sempre tiveram condições financeiras para pagar as cobranças devidas, bem como as indevidas, mas isso não era o suficiente, havia a corrupção também.

Nesse aspecto, a relação com os policiais paraguaios sempre foi tensa, como aponta o agricultor Nildo Schneider:

(...) você já deve saber que quem manda sempre tem razão e são coisas passadas. Rememorar não faz bem. Prefiro me lembrar de coisas boas e em toda parte tem policiais que não são bons, mas com um *regalo*<sup>126</sup>, como eles falavam, se resolvia tudo muitas vezes.<sup>127</sup>

Sobre as dificuldades iniciais temos ainda o depoimento da jovem Joseli Dalke, filha de imigrantes brasileiros, moradora do município de Santa Rita, localidade próxima a Gleba 11:

Era tudo selva quando meus pais entraram no Paraguai. Eles armaram acampamento com lona no meio do mato. Alguém sempre vigiava a noite para se proteger dos animais selvagens. Logo após de armar o acampamento começaram de derrubar o mato. No começo foi com serrote e machado. Não tinha nada por perto para comprar arroz, feijão, sal e açúcar. Eles somente compravam o básico em uma cidade vizinha onde eles pegavam carona. Escola não tinha, nem hospital e quando precisavam ir ao medico eles iam até Foz do Iguaçu, pois lá havia recursos.<sup>128</sup>

<sup>125</sup> CARTA À POPULAÇÃO. Documento assinado pelos “Brasiguaios acampados em Mundo Novo”. Mundo Novo (MT/ Brasil), 21 jun. 1985. 1 p.

<sup>126</sup> Regalo significa presente na língua espanhola. Neste caso tem a significação de gorjeta ou suborno.

<sup>127</sup> SCHNEIDER, Nildo. **Entrevista**. Toledo, 12 de outubro de 2009.

<sup>128</sup> DALKE, Jozeli Debora Pudell. **Entrevista**. Toledo, 25 de novembro de 2009.

O sonho de permanecer como agricultor no Paraguai por meio da posse e/ou propriedade da terra desfez-se para muitos. A “posse da terra representa a possibilidade de trabalho, quesito fundamental para a reprodução de suas condições sociais de camponeses.”<sup>129</sup>. Por meio de escrituras de posse, adquiriram terras e radicaram-se naquelas comunidades. Cabe lembrar que no caso das duas comunidades focalizadas neste estudo, seus atuais moradores fazem parte da segunda leva de imigrantes a ocuparem a região.

### **Experiências de Negociação e Aquisição Legal de Terras no Paraguai**

A distribuição das terras no Paraguai foi bastante desigual durante todo o processo de abertura de fronteira agrícola. Os projetos de reforma agrária estiveram a cargo do Instituto de Bienestar Rural (IBR) desde a década de 1960, período em que foram distribuídas terras do Estado para os camponeses,<sup>130</sup> militares e estrangeiros.<sup>131</sup>

De acuerdo con los datos (...), la suma de las propiedades con menos de 20 hectáreas representa 83,4% del total de propiedades existentes en el país y sólo ocupan 6% del territorio total, mientras que los latifundios con más de 500 hectáreas representan 1,5% del total de propiedades y ocupan 81% del territorio. Además, 48% de la población del país es considerada pobre. Hay un fuerte éxodo rural hacia las periferias de las más grandes ciudades del país.<sup>132</sup>

Podia comprar uma propriedade aquele imigrante que tivesse acumulado algum capital no Brasil antes de migrar, obtido por meio da venda de uma pequena propriedade agrícola, geralmente insuficiente para o sustento de toda a família, principalmente os filhos. “O forte da imigração foi de 1975 em frente”, quando a Usina Hidrelétrica de Itaipu começou a pagar as indenizações aos pequenos agricultores brasileiros, “50 hectares de terra compravam 200 aqui e ainda sobrava

<sup>129</sup> PRIORI, A. A. Movimentos sociais no campo: perspectiva de abordagem e análise historiográfica. In: PELEGRINI, S. C. A.; ZANIRATO, S. H. (Org.). **Narrativas da pós-modernidade na pesquisa histórica**. Maringá: Eduem, 2005. p. 159.

<sup>130</sup> Camponeses: os camponeses paraguaios são trabalhadores rurais sem terra, que em sua maioria, descendem dos indígenas guaranis.

<sup>131</sup> FOGEL, R.; RIQUELME, M. **Enclave sojero, merma de soberanía y pobreza**. Asunción/Paraguay: Centro de Estudios Rurales Interdisciplinarios, 2005. p. 113.

<sup>132</sup> Id.

dinheiro para viver dois ou três anos”, segundo Willy Ludeke, um dos pioneiros deste movimento migratório.<sup>133</sup>

A migração brasileira se distingue dos demais movimentos migratórios no Paraguai pelos aspectos econômicos e de concentração geográfica. Este aspecto econômico se manifestou especialmente nas cidades de Alto Paraná, Canindeyú e Amambay. Os latifundiários brasileiros foram os primeiros a adquirir grandes propriedades de terra no Paraguai, incentivados e apoiados pelo Instituto de Bienestar Rural (IBR).

Também é preciso destacar que, com a crescente expropriação, resultante da modernização agrícola na década de 1960, “trabalhadores volantes, posseiros, meeiros e demais despossuídos da terra viam neste projeto de colonização paraguaia uma possibilidade de se tornarem proprietários de uma porção de terra.”<sup>134</sup> Durante a década de 1970, esse processo se avoluma e uma grande massa de pequenos proprietários, parceiros, arrendatários, trabalhadores permanentes e volantes optam por migrar.

A fronteira leste paraguaia, uma área de selva extremamente fértil, passou de fato a ser valorizada a partir de um complexo jogo geopolítico que incluiu alianças e disputas entre ditaduras militares, grandes projetos oficiais e a repressão das organizações camponesas pré-existentes. A sua colonização recebeu forte impulso com a *Marcha al este*, iniciada em 1961. O governo promoveu loteamentos em terras fiscais dos departamentos fronteiriços de Caaguazú e Alto Paraná – que em 1973 seria desmembrado para a criação do departamento de Canindeyú – supostamente para beneficiar camponeses sem terra paraguaios. Na prática, o governo alterou o Estatuto da Terra, abrindo caminho para brasileiros e empresas transnacionais.<sup>135</sup>

De modo geral, o processo de aquisição legal de terras no Paraguai era

<sup>133</sup> Em 1973, Willy Ludeke, com a experiência de quem já havia trocado o Rio Grande do Sul pelo Paraná, percebeu que aquela terra encoberta pelas árvores era especial, com “uma topografia favorável, muito rica de água.” CORRÊA, A. **Expansão agrícola modifica economia de países vizinhos.** Disponível em: <[http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/03/printable/080304\\_ams\\_par.](http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/03/printable/080304_ams_par.)>. Acesso em: 25/2/2009.

<sup>134</sup> FERRARI, C. A. **O avanço do agronegócio e a exploração dos brasiguaios no município de San Alberto:** departamento de Alto Paraná/Paraguai. Centro de Ciências Humanas e Letras: Marechal Cândido Rondon, 2006. p. 13.

<sup>135</sup> FRIGÉRIO, A.; RIBEIRO, G. L. **Argentinos e brasileiros:** encontros, imagens e estereótipos. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 194.

simplificado por corretores, que podiam tanto, ser brasileiros como paraguaios. Estes corretores providenciavam os papéis necessários e cuidavam da tramitação dos documentos até a obtenção da escritura.

Na Gleba 11, havia um corretor chamado Capitão Fernandes, que havia adquirido glebas do governo paraguaio e as revendia. Ele também seguia as diretrizes da política agrária paraguaia: primeiro, incentivou a vinda de brasileiros posseiros, aos quais vendia títulos de posse com tempo de validade pré-fixado. Esses posseiros abriam clareiras na densa floresta, extraíam madeira e plantavam menta, mas como não conseguiam se capitalizar, o título de posse vencia sem que eles pudessem comprar ou fazer a aquisição legal da terra. Então, ocorria o segundo movimento: o posseiro era forçado a se retirar da terra, pois ela seria vendida a quem pudesse pagar.<sup>136</sup>

A informação acima é corroborada por Silvana Leite, que afirma que no Paraguai os agricultores brasileiros tinham acesso a terra por meio “da compra; do direito de posse, garantido por um documento provisório chamado *permiso* que dá ao colono o direito de usar a terra mediante o pagamento de uma taxa anual, mas não lhe dá a propriedade desta terra e nem direito do arrendamento.”<sup>137</sup> Conforme Nildo Schneider:

Na Gleba 11, compramos uma terra (...). Essa área da Gleba 11 foi vendida pela Firma Mbaracayu que era do Capitão Fernandes, (...). Não recebíamos a escritura, a daí nós descobrimos quando nós já tínhamos feito bastante desmatamento, quando já tinha investido um monte em cima, que essa terra era ilegal. Daí começou a correria para Assunção, com advogado, e daí fomos para o consulado brasileiro em Stroessner; aí deu bastante correria. (...) conseguimos recuperar um tanto que a firma deu a umas pessoas<sup>138</sup> que não pagaram na Gleba 11, um tanto recebemos dali, e a outra parte não. (...). E daí as primeiras escrituras da Gleba 11, fomos nós que conseguimos em Assunção.<sup>139</sup>

Na localidade de Curva da Lata a situação não foi diferente, como aponta o hoje arrendatário Cláudio Chiossi:

<sup>136</sup> “Um tal de Capitão Fernando” seria o representante da colonizadora Mbaracayu e teria colonizado toda a região ao norte de Mbaracayu e San Alberto. MENEGOTTO, R. **Migrações e fronteiras**: Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004. p. 66. Abaixo, o agricultor Nildo Schneider faz menção a um “capitão Fernandes” agindo em Mbaracayu; provavelmente, trata-se da mesma pessoa, e que teve seu nome aportuguesado por Menegotto.

<sup>137</sup> LEITE, S. C. **Os brasiguaios**: nem brasileiros nem paraguaios. São Paulo: Loyola, 1992. p. 115-116. Leite informa ainda que uma das maiores dificuldades e uma das questões mais sérias era a dificuldade na obtenção do título de posse.

<sup>138</sup> Refere-se aos posseiros.

<sup>139</sup> SCHNEIDER, Nildo. **Entrevista**. Toledo, 12 de outubro de 2009.

Era terra de firma, de imobiliária (...). Era área tudo legal, saía escritura e tudo. (...) quando estava quase terminado de pagar, perdemos tudo. Tinha pago a metade e o cara tocou para frente. Como meu pai só tinha contrato e não escritura, então perdeu tudo. Aquilo que tinha pagado perdemos. (...) ele pegou e tocou para frente, sem avisar o pai. Nós íamos pagar, mas daí ele vendeu (...).<sup>140</sup>

A respeito da estrutura fundiária, o tamanho da propriedade dos agricultores brasileiros no Paraguai variava entre 20, 50 e 200 ha, podendo atingir até 2.000 ha, conforme o capital inicial do imigrante. Se por um lado, o preço da terra no Paraguai era bastante atrativo, por outro lado houve a prática da grilagem, já conhecida no Brasil e que se repetia no território paraguaio.

O Sr. Elizário Corrêa vendeu 4 alqueires no Brasil e com metade do dinheiro comprou 16 alqueires no Paraguai. A família do Sr. Levino vendeu 5 alqueires em Marechal Cândido Rondon/Pr e comprou 130 alqueires no Paraguai e um trator CBT. Entretanto, estes camponeses adquiriram terras griladas e os grileiros foram os que mais lucraram com a negociação.<sup>141</sup>

Nos exemplos acima, nota-se o difícil caminho e as mazelas que os agricultores imigrantes enfrentaram no que se refere à aquisição legal de terras. Ademais, quanto aos pequenos agricultores, a qualquer momento poderia aparecer uma companhia loteadora fazendo uma oferta melhor sobre as mesmas terras que haviam sido adquiridas por eles, como indicou Cláudio Chiossi.

Cabe ressaltar que o projeto de desenvolvimento agrário do governo Stroessner contemplava dois formatos:

(1) Ocupar as terras do leste da bacia do rio Paraguai com assentamentos para agricultores familiares, distribuindo lotes agrícolas entre 10 e 20 ha por família; (2) disponibilizar terras situadas nas fronteiras (bacia do rio Paraná) para produtores estrangeiros, por serem estes considerados mais aptos para ocupar espaços e introduzir a agricultura moderna.<sup>142</sup>

Nas províncias paraguaias de Canindeyú e Alto Paraná, a política agrária de disponibilizar terras a estrangeiros aptos a implantarem uma agricultura moderna, foi

<sup>140</sup> CHIOSSI, Cláudio. **Entrevista**. Curva da Lata (Katueté-Py), 07 de Julho de 2009.

<sup>141</sup> BATISTA, L. C. **Brasiguaios na fronteira**: caminhos e lutas pela liberdade. p 163f. Dissertação (pós-graduação em geografia) – FFLCH/USP, São Paulo, 1990. p. 69.

<sup>142</sup> FIGUEIREDO, O. A. T.; MIGUEL, L. A. **Desenvolvimento territorial e ruralidade**: a modernização da agricultura e os brasiguaios no Paraguai. Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre: UFRGS, 2002. p. 6.



o pano de fundo de todo processo de negociação e aquisição legal de terras. Como já mencionado, estes migrantes dos anos 1970, não foram os primeiros moradores dessas localidades a obterem um título de posse legal dessas terras.

Primeiramente, elas passaram pelas mãos dos posseiros, que haviam adquirido títulos de posse sem direito à escritura. Esses posseiros em um segundo momento, tiveram que sair de suas propriedades e dar lugar para os imigrantes que compravam a terra com título escriturado. Esses agricultores que adquiriram a terra com escritura, como os posseiros que chegaram antes deles, eram homens do campo em busca de uma vida melhor: venderam suas pequenas propriedades no Brasil sonhando em comprar mais terras e melhorar de vida. A diferença era que a segunda categoria tinha em mãos o capital adquirido com a venda de suas pequenas propriedades no Brasil. Acabaram sendo o pivô do desalojamento dos posseiros. Mas, se não fossem esses agricultores, seriam outros no lugar deles, pois este era o projeto da política agrária do governo paraguaio.

Além de caracterizarem momentos diferentes na ocupação de terras, a diferença entre estas duas categorias (posseiros e agricultores) está no fato de que os segundos vinham capitalizados pela venda de suas terras, em um lugar em que as mesmas possuíam grande valor. Atraídos pelo baixo valor das terras paraguaias, estes pequenos proprietários, já inseridos no processo de modernização agrícola, mostravam-se como os mais indicados a atenderem os anseios da política agrária paraguaia, assim como os acordos bilaterais do Brasil-Paraguai.

Grandes latifúndios conforme Laino, terra virgem e fértil e riquezas florestais são alienados em favor dos brasileiros. Além de tolerar com a maior complacência toda esta situação, o regime de Stroessner através das instituições encarregadas dos “créditos e do regime de terras concedia todo o tipo de ajuda e facilidades as empresas e agricultores do Brasil.”<sup>143</sup>

No entanto, os créditos só eram concedidos a proprietários que detinham a escritura da propriedade e aos que concentravam a sua produção em produtos destinados à exportação. Desta forma, os posseiros ficaram excluídos do acesso aos recursos oferecidos pelo governo.<sup>144</sup> Logo, descapitalizados e sem acesso a

---

<sup>143</sup> LAINO, D. **Paraguai: fronteiras e penetração brasileira**. São Paulo: Global, 1979. p. 35.

<sup>144</sup> SOUCHAUD, S. **Pionniers brésiliens au Paraguay**. Paris: Karthala, 2002. Apud FIGUEIREDO, O. A. T.; MIGUEL, L. A. **Desenvolvimento territorial e ruralidade: a modernização da agricultura e os brasiguaios no Paraguai**. Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre: UFRGS, 2002. p. 06.

financiamentos, foram obrigados a deixar suas terras.

Eles todos tinham comprado direito de posse e depois, quando não deu escritura, eles não tinham mais dinheiro, nada. Então eles venderam a posse. A firma os indenizou, não sei quanto. Eu sei que uma vez eles foram embora em umas quarenta pessoas de uma só vez.<sup>145</sup>

Esta situação propõe uma reflexão sobre as construções sociais referentes à distribuição de terras e de riquezas criando, inclusive, enfrentamentos entre produtores, camponeses e policiais. As comunidades indígenas e camponesas foram, sem dúvida, excluídas deste modelo socioeconômico. Não houve um planejamento sobre o uso da terra em função dos grupos sociais e da sua capacidade produtiva, ocasionando uma distribuição desigual da riqueza e, conseqüentemente, apresentando problemas sociais e ambientais. Com isso surgiram agricultores familiares em crise, pobres e marginalizados.

Para compreender melhor as experiências de aquisição legal de terras por parte de agricultores brasileiros é preciso ter em mente que havia diferentes categorias de imigrantes. Sobre a definição dessas categorias tem-se que, parte destes imigrantes passou a formar uma espécie de burguesia agrária, oriundos do sul do Brasil e estabelecidos na região de Alto Paraná, de Canindeyú, do norte de Itapúa e de Caaguazú.

Roesler e Cesconeto entendem que havia um grupo constituído de agricultores médios, porém descapitalizados frente à necessidade do trabalho mecanizado, e outro grupo caracterizado pelos arrendatários (burguesia agrária), uma modalidade relativamente extensa no Brasil, mas desconhecida no Paraguai. Os agricultores descapitalizados (porém proprietários de suas terras) concederam ao arrendatário (dono das máquinas e implementos) o direito de uso da terra para o plantio da soja ou a criação de pastagem para a criação de bois.<sup>146</sup>

Além dos agricultores médios e dos arrendatários, Roesler e Cesconeto também identificaram grupos de agricultores formados por: ocupantes sem título de terra (inferior a cinco hectares), proprietários de títulos provisórios, famílias agregadas que trabalhavam por contrato e assalariados fixos (bóias-frias) e que

<sup>145</sup> SCHNEIDER, Nildo. **Entrevista**. Toledo, 12 de outubro de 2009.

<sup>146</sup> ROESLER, M.; CESCONETO, E. Políticas populacionais, migrações e desenvolvimento. **VIII Congresso Luso-Africano de Ciências Sociais**. Coimbra 16, 17 e 18 set. 2004. Centro de Estudos Sociais. Faculdade de Coimbra. Coimbra/Portugal. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/LAB2004>>. Acesso em: 21/9/2009.

constituem o maior contingente.<sup>147</sup>

Além da falta de documentos pessoais, um problema típico de todos os migrantes de baixo-nível sócio-econômico ou dos que pretendiam manter sua nacionalidade, havia a questão dos títulos de terra, sempre questionados quanto à sua validade:

A gente comprava a terra e pagava. Recebia um título. Depois de algum tempo vinha alguém dizendo que o documento não valia. Tinha que pagar a terra de novo. Teve companheiros que pagaram a terra três vezes, cinco vezes, até oito vezes. No final muitos companheiros foram despejados, presos e, para completar, foram expulsos, perdendo tudo.<sup>148</sup>

Além desse tipo de situação, um mesmo pedaço de terra podia ser vendido várias vezes porque as transferências eram feitas por meio de contratos privados (não havia cartórios) e quem os redigia cobrava para a sua redação. Assim, por vezes, existia mais de um dono para a mesma propriedade, como ocorreu com o agricultor Valdecir Lecheta na Curva da Lata: “três anos depois apareceu outro dono para o pedaço que eu comprei.”<sup>149</sup>

Los mismos funcionarios del IBR, anteriormente Instituto de Reforma Agraria – I.R.A., se prestaban a estas confusiones porque aceptaban dinero de dos o más solicitantes de un mismo lote al mismo tiempo, o cobraban y daban recibos de la institución, pero no registraban el pago en la misma.<sup>150</sup>

As extensas florestas de outrora, fonte de renda para os primeiros imigrantes (os posseiros), deram lugar à agricultura mecanizada da soja e do trigo. Neste processo participaram grupos de brasileiros proletarizados originários da região nordeste do Brasil que, após o terreno pronto migraram, para outros lugares, caracterizando desta forma a terceira leva de migrantes.

### **A rotina dos agricultores e a adaptação às condições do lugar**

No Paraguai, a agricultura campezina praticada por índios e posseiros durante séculos a atividade principal da população rural, como herança da

<sup>147</sup> Id.

<sup>148</sup> CARTA À POPULAÇÃO. Documento assinado pelos “Brasiguaios acampados em Mundo Novo”. Mundo Novo, 21 jun. 1985. 1 p.

<sup>149</sup> LECHETA, V. **Entrevista**. Curva da Lata (Katueté-Py), 08 de Julho de 2009.

<sup>150</sup> FELIÚ, F. S. **Los brasiguaios**. Canindeyú/Zona Alta, s/d. p. 47.

agricultura das populações guaranis. Este sistema caracterizou-se pela policultura manual em pequenas propriedades, complementado pela exploração florestal (madeira e erva-mate) e a pecuária extensiva de bovinos.<sup>151</sup>

La colonización y la economía (...) estuvieron muy marcadas por la explotación de la yerba mate, vegetación natural que crecía entre los grandes árboles de las selvas del Alto Paraná y el Canindeyú. (...) Los indígenas apreciaban mucho esta planta por sus valiosas propiedades medicinales y la consumían en diferentes formas, ya mucho antes de la llegada de los conquistadores.<sup>152</sup>

Por outro lado, com os jesuítas, fez-se comum o cultivo em grandes propriedades utilizando-se mão-de-obra indígena. Em finais do século XIX e início do século XX, grandes empresas se instalaram naquela região do Alto Paraná e exportaram erva-mate: em terras brasileiras, a empresa Mate Laranjeiras e, no Paraguai, a empresa *La Industrial Paraguaya*.

Nos primeiros tempos, a erva mate era levada até o rio Paraguai para seu embarque em direção à Argentina. “Los pocos pobladores eran indígenas explotados como esclavos en los yerbales y algunos otros desahuciados que venían huyendo a esconderse en la densa selva su vez se convertían en mensus o mineros”.<sup>153</sup>

*Mensus* ou *mineros* era como se chamavam os trabalhadores que se ocupavam da erva-mate. Eram pagos por seu trabalho e, a exploração da erva-mate e da madeira era uma excelente ocupação aos que se encorajavam a adentrar na floresta densa e perigosa. À medida que a exploração da erva-mate foi deixando de ser um negócio rentável, a madeira tornou-se uma valiosa alternativa.

Assim sendo, no século XX, os grandes latifundiários protegidos pelo governo do General Alfredo Strossner dilapidaram “um patrimônio avaliado em milhões de dólares em madeira de lei, como ipê-roxo, angico preto, mogno, além de jatobás e outros tantos espécimes...”<sup>154</sup>

Os primeiros aventureiros do século XX sentiram-se então atraídos pelos palmitais, pela erva-mate e pelas pedras preciosas. Até o começo do século XX, as

<sup>151</sup> FIGUEIREDO, O. A. T.; MIGUEL, L. A. **Desenvolvimento territorial e ruralidade: a modernização da agricultura e os brasiguaios no Paraguai.** Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre: UFRGS, 2002. p. 1.

<sup>152</sup> FELIÚ, F. S. **Los brasiguaios.** Canindeyú/Zona Alta, s/d. p. 22.

<sup>153</sup> Ibid., p. 24.

<sup>154</sup> ALVES, J. L. **Brasiguaios: destino incerto.** São Paulo: Global, 1990. p. 43.

únicas vias de acesso eram apenas os caminhos indígenas e as picadas abertas pelos *mensus*.

Em 1940, quando da exploração da madeira em grande escala, as pequenas estradas abertas ou as picadas se alargaram para dar espaço aos carros e carretas que transportavam provisões para os acampamentos:

Con el correr de los años fueran llegando los primeros camiones Ford, modelo 1930, duros e fuertes para aguantar el maltrato en los improvisados caminos en medio de la selva. Las distancias para el acarreo eran cada vez más grandes.<sup>155</sup>

Cácia Cortêz faz uma descrição bastante viva do meio físico daquela região:

É uma terra gosmenta, vermelha arroxeadada que, sob a chuva abundante, escorre feito sangue e avermelha o caminho dos rios, dos córregos, picadas e clareiras abertas na mata virgem – feridas expostas pela derrubada de árvores centenárias. A caminho das madeireiras, as toras exalam o perfume doce-amadeirado de suas seivas, que saem em forma de resinas transparentes dos círculos dos anos, revelados nos cortes das lâminas moto serras.<sup>156</sup>

Pode-se dizer que até 1965 não havia núcleos importantes de população na região. “No había caminos, carreteras, aeropuertos ni, mucho menos, servicios básicos como luz eléctrica, agua y teléfono.”<sup>157</sup> Somente a partir de 1973, quando ocorreu o ingresso massivo e ilegal de brasileiros, formaram-se pequenas colônias agrícolas, as quais, com o decorrer dos anos, foram se convertendo nos principais centros populacionais.

A abertura de novos caminhos e a ampliação dos já existentes se dava conforme as necessidades de se instalar novos acampamentos para o trabalho dos *obrajeros*. Essa colonização teve também o objetivo de nacionalizar áreas que eram ocupadas pelas *obrages*, que eram latifúndios de capital estrangeiro, que extraíam da área produtos como a erva-mate e a madeira com objetivo de exportá-los através do rio Paraná.

O governo paraguaio priorizou a expansão das fronteiras econômicas, buscando aumentar as exportações e ocupar a fronteira como medida de segurança nacional. Para atingir estes objetivos o governo lançou mão de uma série de

<sup>155</sup> FELIÚ, F. S. **Los brasiguaios**. Canindeyú/Zona Alta, s/d. p. 27.

<sup>156</sup> CORTÉZ, C. **Brasiguaios**: os refugiados desconhecidos. Pelotas/RS: Brasil Agora, 1993. p. 14.

<sup>157</sup> FELIÚ, F. S. **Los brasiguaios**. Canindeyú/Zona Alta, s/d. p. 2

incentivos, como os financiamentos e créditos para a aquisição de terra barata.<sup>158</sup>

A partir de 1968, foram construídas numerosas rodovias, inúmeras pontes e a navegabilidade do rio Paraná tornou-se possível, constituindo-se numa das mais importantes vias de comunicação.

Não foi nada fácil para os agricultores imigrantes brasileiros no Paraguai enfrentarem tantas condições adversas. Veja o que diz o agricultor Marcelo Schneider, morador da Curva da Lata, sobre a submissão às condições do lugar:

O que mais me marcou foi chegar num lugar estranho, sozinho, sem ninguém da família. Tudo que eu quisesse tinha que buscar com as próprias mãos. (...) era muito difícil, não tinha infraestrutura. Não tinha nada! Tive que morar de favor até construir a própria casa. Derrubar um pedaço do mato pra poder morar. Não tinha nada, só a terra. A estrada principal era de chão. No mesmo ano que eu vim chegaram três novas famílias. E todos se ajudavam muito entre si porque todos se sentiam sozinhos. (...) se alguém ficava doente não tinha recurso, chegar até no Brasil era difícil. (...) A falta da família e a falta da energia elétrica. A gente que era acostumado com energia elétrica parecia que estava sem um braço. Tudo que você precisava tinha que ser feito a mão porque não tinha nada elétrico. (...).<sup>159</sup>

Cabe ressaltar que quanto à investigação das condições de vida dos agricultores imigrantes e a adaptação às condições do lugar, os moradores da localidade Curva da Lata e Gleba 11 relatam as suas experiências vividas nos primeiros anos de colonização. Estes relatos trazem importantes subsídios para compreender a sua rotina diária.

Para muitos imigrantes, a viagem deixou lembranças em que à esperança por uma nova vida mesclava-se o receio pelo que poderia advir.

(...) Eu lembro quando a gente chegou no Paraguai e passou a Ponte da Amizade de ônibus, que era de madeira, os bancos eram de madeira. Você sentava no banco e olhava para baixo, ou seja, você via o cardan girando. Para você sair da Cidade de Leste até Hernandarias<sup>160</sup> (...) era uma viagem! Era uma alegria, o passeio durava um dia inteiro. Ônibus cheio de gente, porco, galinha, verdura... Nossa! Era... Só de lembrar daquilo chega me dar um frio. (...).<sup>161</sup>

Uma vez chegados às terras, as condições de moradia eram as primeiras a serem enfrentadas, como recordou Valdecir Lecheta: “Ficamos dois anos em baixo

<sup>158</sup> STERLING, G. **Abordagens historiográficas na fronteira**. Foz do Iguaçu: Uniamérica, 2006. p. 154-155.

<sup>159</sup> SCHNEIDER, Marcelo. **Entrevista**. Curva da Lata (Katueté-Py), 28 de Janeiro de 2009.

<sup>160</sup> Refere-se a uma distância de 25 km.

<sup>161</sup> FRIGUETTO, Áureo. **Entrevista**. Gleba 11 (Mbaracayu-Py), 31 de Janeiro de 2009.

de lona, lona amarela. Comia mandioca e cabeça de caraguatá. Então, quando começamos a nos levantar um pouquinho, o pai ficou doente”.<sup>162</sup> Há ainda a fala de Lurdes Schneider esposa do agricultor Renato Schneider, moradores da Gleba 11:

Eu vou falar a verdade. Antes de vir para o Paraguai ai tinha muito medo. Fiquei aqui uns dois ou três anos com bastante medo (...). Tinha que fechar bem a casa com todo tipo de tranca nas portas. Falavam que no Paraguai só tinha bandido. Que era perigoso. Que eles assaltavam os colonos. Então ficávamos sempre desconfiados. Tinha muito mato, a gente não sabia o que podia ter dentro daquele mato. Podia ser animais ferozes ou bandidos esperando para pegar a gente num momento de distração. Mas com o passar do tempo tudo foi melhorando.<sup>163</sup>

Neste depoimento nota-se que as dificuldades da chegada não se limitaram somente a questões ligadas ao trabalho, mas também àquelas dificuldades diretamente relacionadas à subjetividade. No depoimento acima podemos ver que a agricultora se submeteu à nova realidade (residir em um lugar isolado), submetendo-se a uma nova vida, tudo em busca de uma vida melhor enquanto mulher do campo.

No mesmo contexto, sobrevieram dificuldades com o trabalho em que todo tipo de adversidades colocaram à prova a capacidade desses indivíduos de enfrentar a nova realidade. Muitas vezes sem muita escolha, lançaram mão das ferramentas ao seu alcance, como nos conta o agricultor Renato Schneider da Gleba 11:

Olha, a gente lutava dia e noite, isso eu te digo. Quando a gente é novo não tem medo de serviço (...) Vou te dizer: a gente era pobre! Quando eu vim do Brasil, eu era pobre! O meu pai tinha um tratorzinho Walmet 80 e fomos indo com aquele tratorzinho. Então, meu horário de trabalhar com o trator era da meia noite até as seis da manhã. Para mim servia esse horário porque eu não tinha dinheiro para pagar outros peões,<sup>164</sup> ou para pagar hora de trator. Nem para pagar alguém para ajuntar raiz na roça, essas coisas; então, eu fazia isso praticamente sozinho.<sup>165</sup>

O agricultor Eduino Moh nos fala sobre as dificuldades com o fornecimento dos insumos necessários às plantações:

(...) Com a soja, o primeiro ano era ruim, porque a gente comprava adubo achando que era um adubo bom e não era. (...) eles faziam um cambalacho no rótulo do adubo. Pegavam o adubo mais barato no Brasil e vendiam

<sup>162</sup> LECHETA, Valdecir. **Entrevista**. Curva da Lata (Katueté-Py), 08 de Julho de 2009.

<sup>163</sup> SCHNEIDER, Lurdes. **Entrevista**. Gleba 11 (Mbaracayu-Py), 30 de Janeiro de 2009.

<sup>164</sup> O entrevistado está se referindo ao serviço de diarista, um tipo de mão-de-obra remunerada.

<sup>165</sup> SCHNEIDER, Renato. **Entrevista**. Gleba 11 (Mbaracayu-Py), 30 de Janeiro de 2009.

como se fosse um adubo caro. A gente notava que a soja não crescia. (...) Depois, começaram a fazer isso com a semente de soja também. Pegavam e misturavam tudo que é tipo de soja. Quando nascia a gente via que tinha três, quatro tipos de variedades de soja misturados. (...) O calcário pior eles vendiam e não prestava nada.<sup>166</sup>

Aos poucos, as condições foram-se modificando, mas sempre dependendo do interesse e dos recursos dos próprios agricultores. Lourdes Leichtweis, moradora da Gleba 11, recorda-se que,

para fazer a escola e a igreja, (...) cada morador que tinha filhos na escola ficava com o professor um mês na sua casa. E ajudava a pagar o professor, porque um pouquinho do salário ele ganhava do governo e as pessoas ajudavam a melhorar o seu salário.<sup>167</sup>

Esses relatos, nos quais as experiências de cada indivíduo evidenciam-se, nos fazem compreender que a imigração para o Paraguai, por si só, não levava nem ao céu nem ao inferno. É certo que esses agricultores, embora submetidos à política agrária paraguaia, também estavam submetidos a vontade própria, ao contexto socioeconômico do local de origem e principalmente, ao sonho de ter uma vida melhor.

A assistência médica era precária no Paraguai. Não existiam campanhas de vacinação nesta região fronteiriça, bem como eram inexistentes ou ineficientes os serviços públicos básicos: saneamento, água encanada, eletricidade e telefonia. Era necessário deslocar-se na busca de assistência médica, compra de utensílios agrícolas e domésticos, além de mantimentos, enfrentando as precárias condições de estradas vicinais até chegar às rodovias asfaltadas.

A mobília das casas era rústicos e muitas vezes produzidos ali mesmo, com a madeira extraída das propriedades e as donas de casa adaptaram-se à nova realidade, como nos conta a moradora de Gleba 11, Lourdes Leichtweis: “Não tinha energia elétrica. Frango tinha que matar todos os dias se queríamos comer carne. Tinha porco, mas não era só ir à geladeira e pegar, como era no Brasil.”<sup>168</sup> Ou ainda, Sinaide Backes, também moradora de Gleba 11:

No Brasil a gente tinha uma vida tranquila, era tudo fácil. Mas aqui não. A

<sup>166</sup> MOH, Eduino. **Entrevista**. Curva da Lata (Katueté, Py) 8 de Julho de 2009.

<sup>167</sup> LEICHTWEIS, Lourdes. **Entrevista**. Gleba 11 (Mbaracayu-Py), 30 de Janeiro de 2009.

<sup>168</sup> Id.



gente teve que pegar no batente. Não podia mais estudar (...). Tinha a responsabilidade de levantar cedo de manhã e ir trabalhar. Ir para a roça, ou trabalhar na lida de casa. Quando minha mãe ia para a roça eu ficava no lugar dela em casa. Era tudo difícil, não tinha luz elétrica, tinha que puxar água no balde. Era tudo na mão. Era complicado, não era fácil não!<sup>169</sup>

Outro aspecto importante sobre a adaptação às condições do lugar diz respeito às relações dos imigrantes com as autoridades paraguaias. Se o imigrante não estivesse com a documentação legal e fosse pego pela polícia, essa o obrigava a fazer a documentação no mesmo instante, além de pagar multa. Do contrário o imigrante era preso. Quando os imigrantes já estavam instalados em sua residência era comum paraguaios passarem fazendo documentos que muitas vezes eram falsos.<sup>170</sup>

Conforme Marli Batista Leonardon, “eram, e ainda hoje são, comuns os relatos de denúncia e indignação de que quando os imigrantes passavam pela polícia, tinham que se abaixar e a cada passo que davam, tinham que dar dinheiro para a polícia”.<sup>171</sup>

Veja o que nos diz o agricultor Marcelo Schneider, morador da Curva da Lata, a respeito de problemas com documentação e autoridades paraguaias:

Temos problemas principalmente com relação à documentação e com locomoção de veículos pelas estradas. É sempre difícil a parte de documentação. Para conseguir um documento, o brasileiro paga muito mais que um paraguaio. É diferente! (...) a gente sente uma grande represália em cima do brasileiro.<sup>172</sup>

Nos testemunhos dados pelos agricultores entrevistados, nota-se que abrir fronteira agrícola em um país estrangeiro implicava transpor percalços que exigiam muito mais que o conhecimento da lida com a lavoura. Eles também tinham que se submeter à discriminação por viver em uma pátria que não era a sua. Além de todas as outras dificuldades inerentes a uma região de abertura de fronteira agrícola, era preciso saber lidar com outros tipos de dificuldades. Discriminação, humilhação e outros sentimentos que os mesmos tiveram que se submeter em nome da busca por uma vida melhor.

Veja o que respondeu a agricultora da Gleba 11, quando indagada sobre se

<sup>169</sup> BACKES, Sinaide. **Entrevista**. Gleba 11 (Mbaracayu-PY), 02 de Janeiro de 2010.

<sup>170</sup> LEONARDON, M. B. **Sem terra e sem pátria**: um estudo dos brasiguaios, 2003. p. 21.

<sup>171</sup> Id.

<sup>172</sup> SCHNEIDER, Marcelo. **Entrevista**. Curva da Lata (Katueté, Py). 7 jul. 2009.

sofreu algum tipo de discriminação:

Olha, automaticamente sim. Você não consegue andar como se estivesse no seu país. A Gleba 11 era uma colônia de brasileiros, então ali era tranquilo para viver. (...) Mas quando você saía para a cidade para fazer negócios, documentação e outras coisas, você sempre esbarrava em problemas por ser brasileiro. (...) Eles falavam: O que os brasileiros estão fazendo em nosso país? Era comum ouvir a expressão *brasileño de mierda*. Até hoje a gente ouve isso.<sup>173</sup>

Muitos brasiguaios procuraram obter a dupla cidadania, como forma de resistência à insegurança pelo que poderia lhes acontecer. Segundo Valdemir Sonda: a “dupla nacionalidade adotada pelos brasiguaios é uma forma de defesa e resistência de quem já perdeu muito.”<sup>174</sup> No entanto, é apenas uma minoria que consegue e conseguiu essa documentação.

#### CRIANDO “RAÍZES” EM SOLO ESTRANGEIRO

Como já indicado, o fluxo migratório em direção ao Paraguai ocorreu primeiramente com os agricultores sem a posse de terra ou com pouca terra e, posteriormente, com pequenos proprietários. No caso do primeiro grupo, provenientes principalmente da região norte do Paraná, a migração para o Paraguai aconteceu pela contratação por meio de colonizadoras ou por fazendeiros que necessitavam de mão-de-obra para a abertura de novas áreas.

No caso do segundo grupo, formado por pequenos proprietários ou com pouca terra, a motivação se deu pela ação das colonizadoras, principalmente brasileiras, que apresentavam disponibilidade “de terras de boa qualidade a preços baixos (em relação ao Brasil), sendo possível, assim, com a venda de suas propriedades no Paraná, comprar uma área bem maior no Paraguai.”<sup>175</sup>

O que atraiu os imigrantes brasileiros ao Paraguai a priori foi o clima tropical que se caracterizava pela presença da densa floresta, com solos profundos e férteis; esses fatores já faziam parte do cotidiano e da experiência desses agricultores no Brasil. Ao longo dos anos esses imigrantes foram construindo seus espaços

<sup>173</sup> BACKES, Sinaide. **Entrevista**. Gleba 11 (Mbaracayu-PY), 02 de Janeiro de 2010.

<sup>174</sup> SONDA, V. J. **Os brasiguaios nos caminhos e descaminhos da fronteira**. Centro de Estudos GeoHistóricos e do Movimento Humano: Marechal Cândido Rondon, 1996. p. 44.

<sup>175</sup> BRACAGIOLI NETO, A. **A fronteira dos excluídos: a trajetória social dos brasiguaios**. Porto Alegre/RS: Cadernos de Sociologia PPGS/UFRGS, 1994. p. 1.

individuais e coletivos, por vezes integrados à sociedade paraguaia e por vezes reproduzindo a cultura do país de origem em território estrangeiro.

Uma vez imigrados do Brasil, só lhes restava equilibrar as referências que levaram de seus locais de origem mesclando com os novos valores sócio-culturais da nova terra, no Paraguai. Sobre esta situação Alberto Bracagioli Neto, afirma que “É preciso perceber que ao lado da globalização existe a localização”,<sup>176</sup> na qual pessoas de diferentes procedências tiveram que negociar entre si e com a cultura local, gerando um equilíbrio sobre a vida social e cultural.

Por localização entende-se os “movimentos individuais ou coletivos que procuram valorizar seus lugares de pertencimento afirmando tais espaços como base identitária”.<sup>177</sup> Nesse sentido, é interessante observar a permanência da língua portuguesa em solo paraguaio. Sobre isso, tem-se o testemunho da agricultora Sinaide Backes que chegou ao Paraguai em 1982, com 12 anos de idade:

(...) demorou muito para a gente aprender a falar o castelhano. Estávamos em um país estranho, de outra língua, mas continuamos falando português. Ninguém era obrigado a aprender o castelhano ou o guarani, a não ser na escola. Nós formamos uma colônia de brasileiros e ali só se fala o português.<sup>178</sup>

Como os brasileiros superavam amplamente em número os habitantes locais, aos poucos foram impondo seu idioma, a sua cultura, suas danças e tradições. Como, por exemplo, comer feijão com arroz, dançar em bailes gauchescos e servir um bom chimarrão, ainda que tenham adotado o hábito paraguaio *del tereré*. A presença da língua portuguesa deve-se também a serem sintonizadas emissoras de rádio e televisão brasileiras. Através da programação radiofônica “existe um permanente contato entre brasiguaios e parentes, amigos ou conhecidos que ficaram no Brasil.”<sup>179</sup>

Aos poucos, os laços dos imigrantes com a nova terra foram se estreitando. Eles construíram igrejas, escolas, deram origem a muitos clubes esportivos e se reuniam para dançar, jogar baralho, prestigiar casamentos, batizados, eucaristia, aniversários e etc.

---

<sup>176</sup> Id.

<sup>177</sup> BARBALHO, A. **Estado e cultura no Brasil**. Unijuf: UFC, 1998. p. 40.

<sup>178</sup> BACKES, Sinaide. **Entrevista**. Gleba 11 (Mbaracayu-PY), 02 de Janeiro de 2010.

<sup>179</sup> SONDA, V. J. **Os brasiguaios nos caminhos e descaminhos da fronteira**. Centro de Estudos GeoHistóricos e do Movimento Humano: Marechal Cândido Rondon, 1996. p. 41.

Foram sendo construídos significados por meio do qual a ordem cultural e emocional foi vivenciada em todas as suas formas, assumindo um papel essencial em sua constituição. Aqui a possibilidade de quem pode trafegar em dois territórios diferentes (brasileiro e paraguaio) e ser marcado por ambos. No depoimento que segue a agricultora Lourdes Leichtweis nos fala sobre atividades cotidianas por ela vivenciadas, dando-nos visibilidade sobre as constantes comparações, no campo do imaginário, entre a realidade que ficou para trás e a nova realidade.

Nos primeiros tempos, em dia de missa, a gente via dois carros na frente da igreja. No Brasil a gente ia a uma missa era um carro atrás do outro. Mas agora a gente vê e se admira: Nossa quanto carro na frente da igreja! Às vezes (...) a gente pensa que seria melhor estar no Brasil. Como quando eu vou a uma loja ou a um lugar onde falam em castelhano ou guarani, a gente pensa que pode ser passado pra trás, enganado. Mesmo assim, eu nunca fui muito prejudicada.<sup>180</sup>

Com o tempo os imigrantes foram radicando-se no Paraguai, deixando para trás a pátria mãe enquanto lugar para viver. Radicaram-se no Paraguai criando raízes patrimoniais e sentimentais. Do ponto de vista demográfico, a radicação de imigrantes brasileiros no Paraguai tornou-se mais visível com a publicação de estatísticas oficiais. Tais estatísticas apontam aproximadamente 112 mil pessoas, mas dados oficiosos apontam 1 milhão. As informações sobre a povoação brasileira são parciais e, muitas vezes, contraditórias, em função dos registros incorretos, das características do fenômeno migratório e das deficiências de pessoal. Teoricamente os imigrantes são registrados ao solicitarem seu ingresso no país, no escritório da Divisão de Imigração.

Conforme Domingo Laino,

deve-se notar que por volta de 1972 este registro foi colocado em dúvida em consequência de terem sido fabricados papéis falsos para imigrantes. Ficou comprovada a existência de papéis concedidos a pessoas que não reuniam documentos necessários para ingressar no Paraguai.<sup>181</sup>

Este registro das pessoas que entravam no Paraguai na qualidade de imigrantes era realizado na Província do Alto Paraná, por meio do único canal de acesso na Ponte da Amizade colocada sobre o rio Paraná e que une as cidades de

<sup>180</sup> LEICHTWEIS, Lourdes. **Entrevista**. Gleba 11 (Mbaracayu-Py), 30 de Janeiro de 2009.

<sup>181</sup> LAINO, D. **Paraguai: fronteiras e penetração brasileira**. São Paulo: Global, 1979.

Foz do Iguaçu e Ciudad del Este. Outros lugares de acesso dos imigrantes brasileiros são as cidades de Pedro Juan Caballero e Salto del Guairá.<sup>182</sup>

Difícil saber, de fato, quantos brasileiros vivem em território paraguaio. O certo é que esse número não é pequeno. Segundo dados levantados por Souchaud, são 500 mil (contando os brasileiros e seus descendentes, que podem ter nacionalidade paraguaia), o que representa cerca de 10% da população daquele país.<sup>183</sup> Em muitas localidades da região leste, os brasileiros são mais numerosos que os paraguaios. É o que podemos notar na fala da Sinaide Backes que diz:

Eu acho que para nós brasileiros era muito cômodo ter vizinhos brasileiros, não tínhamos necessidade de se misturar com os paraguaios. (...) E devagar, os poucos paraguaios que havia, eles foram saindo da Gleba 11 porque eles não se adaptavam com os brasileiros.<sup>184</sup>

Conforme o Censo paraguaio de 1986, “os brasileiros concentravam-se principalmente em cinco Departamentos fronteiriços do Paraguai: Alto Paraguay, Concepción, Amambay, Canindeyú e Alto Paraná.”<sup>185</sup> A maioria dos brasileiros fixou-se em 13 colônias ao longo da fronteira com o Brasil, principalmente nas províncias de Canindeyú, Amambay e Alto Paraná, representando, em 1972, 18% da população local. O último departamento citado, recebeu a maior afluência de brasileiros, 50.000 até 1973.<sup>186</sup>

Em se tratando das localidades de Curva da Lata e Gleba 11, estas são zonas estritamente de imigrantes brasileiros e descendentes muitos deles nascidos no Paraguai. São distritos de formação recente, onde os migrantes brasileiros prepararam uma colonização essencialmente baseada no cultivo da soja e na produção extensiva e intensiva de bovinos, passando por produtos de subsistência (legumes, frutas e hortaliças) e também comerciais, como a venda de leite, carne e ovos. Nas localidades de Katueté e Mbaracayu, a questão da modernização agrícola foi apontada como a principal causa da emigração de brasileiros, rumo ao Paraguai.

O mapa que segue mostra os focos de povoamento brasileiros no Paraguai. Nele podemos observar as proporções tomadas pela ocupação dos imigrantes

<sup>182</sup> Ibid., p. 65-66.

<sup>183</sup> SOUCHAUD, S. **Geografía de la migración brasileña en Paraguay**. Asunción/Paraguay: UNFPA, 2001.

<sup>184</sup> BACKES, Sinaide. **Entrevista**. Gleba 11 (Maracadyú-PY), 02 de Janeiro de 2010.

<sup>185</sup> LEITE, S. C. **Os brasileiros**: nem brasileiros nem paraguaios. São Paulo: Loyola, 1992. p. 115.

<sup>186</sup> Id.

brasileiros em vasta área do território paraguaio.

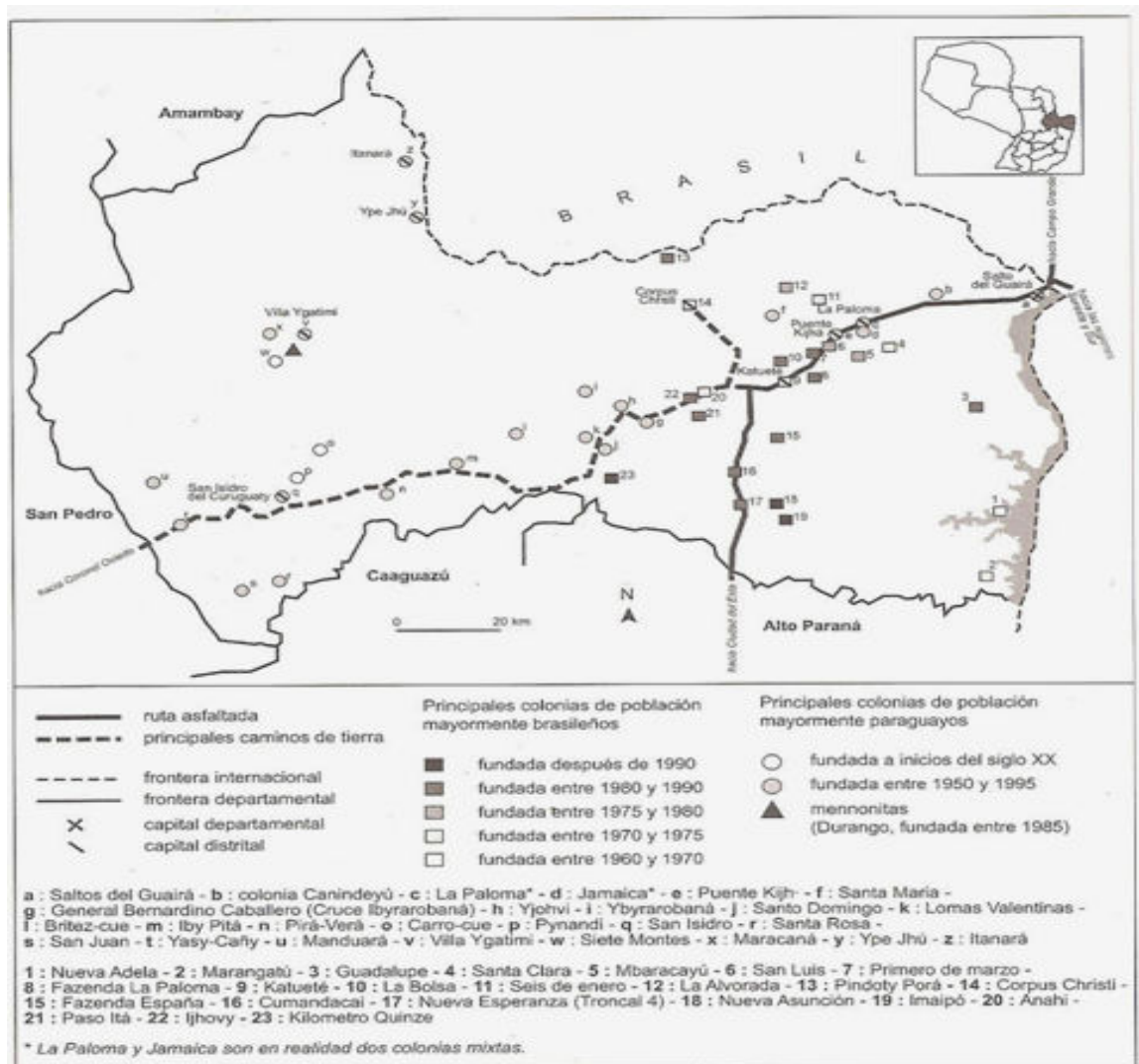


Figura 5 - Principais focos de povoamento paraguaio e brasileiro em Canindeyú em fins de 1990

Fonte: SOUCHAUD (2001, p. 156).

Cabe salientar que, “en el año 1948, el empresario brasileño Jeremías Lunardelli, aprovechando los bajísimos precios, compró de La Industrial Paraguaya, alrededor de 100.000 hectáreas de tierra en el Canindeyú.”<sup>187</sup> Mais tarde, esse terreno foi fracionado em lotes ou glebas e negociados pelas colonizadoras que mantiveram áreas para escolas, igrejas, cemitérios, campos de futebol e centros de saúde. O Lote 8, com 18.000 hectares, corresponde ao município de Katueté.

De acordo com Feliu, os imigrantes brasileiros se encantaram pelas terras da região.

<sup>187</sup> FELIÚ, F. S. **Los brasiguaios**. Canindeyú/Zona Alta, s/d. p. 72.

Fue un amor a primera vista el que surgió entre los rudos colonos y la rica tierra de Katuete. Acostumbrados al duro trabajo en las montañas y valles gaúchos y catarinenses, se enamoraron apasionadamente de esta tierra tan fértil donde todo que se sembraba producía abundantes frutos.<sup>188</sup>

Já no mapa a seguir pode-se visualizar a zona de povoamento de imigrantes brasileiros na província de Alto Paraná, onde esta localizada a Gleba 11.

---

<sup>188</sup> Ibid., p. 73.

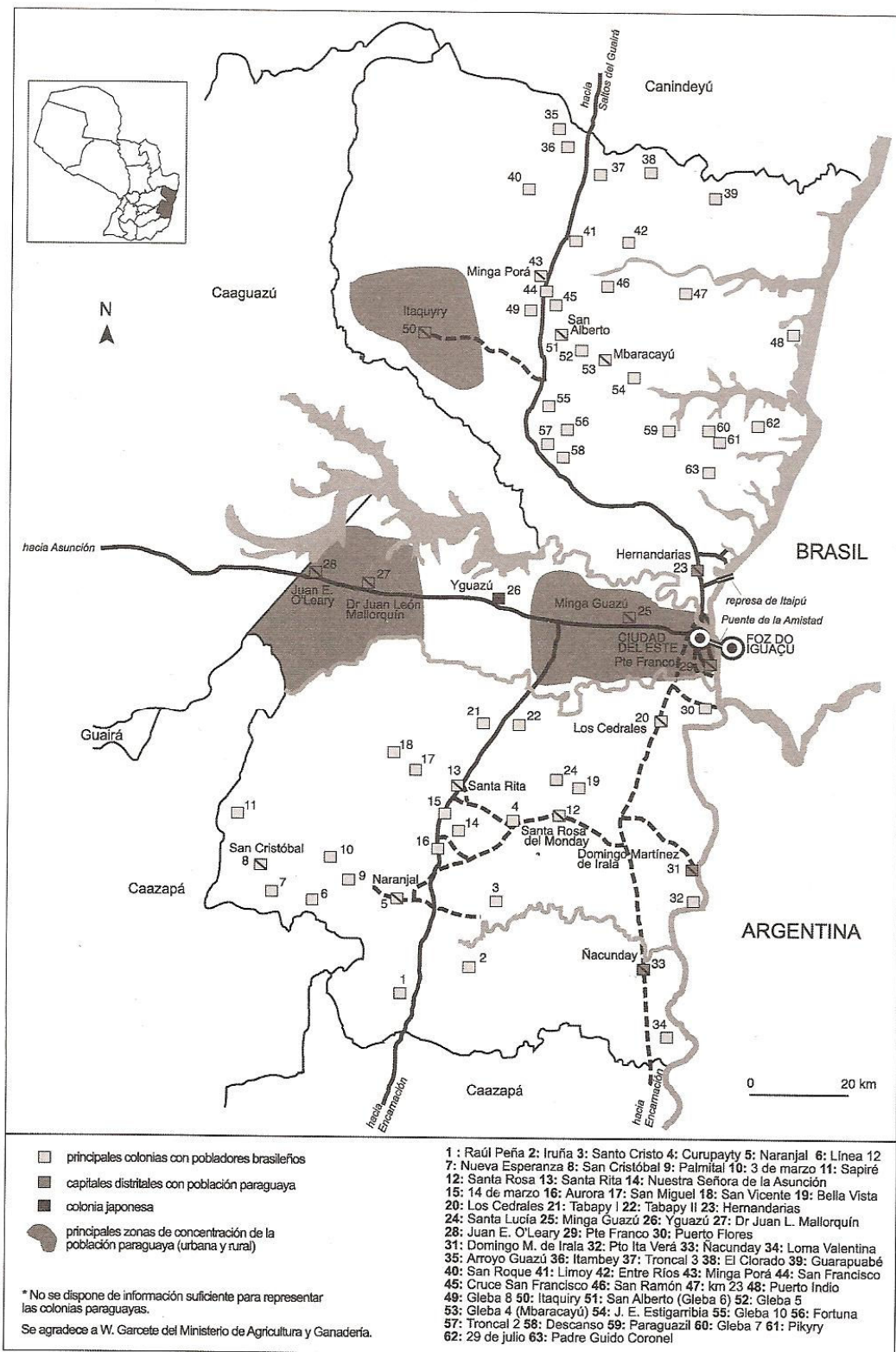


Figura 6 - Principais focos de povoamento brasileiro em Alto Paraná em fins de 1990

Fonte: SOUCHAUD (2001, p. 155).

No município de Mbaracayú, província de Alto Paraná, brasileiros são a maioria da população (50,09 %) no pequeno núcleo urbano. O centro urbano possui



507 moradores. Mbaracayu encontra-se a 60 Km ao norte de Ciudad Del Este.

O solo nesta região é constituído de terra roxa, derivado da decomposição do basalto em área de clima quente e úmido, sendo considerado de excelente qualidade para o cultivo da soja, milho, trigo, café, etc. A qualidade do solo foi determinante no processo de radicação dos imigrantes agricultores brasileiros no Paraguai. O solo é uma das garantias de investimento com retorno certo, o que, por sua vez, gera mais investimentos e mais planos para o futuro. Aos poucos solidifica-se a ideia de não mais sair do lugar escolhido para viver. Como testemunha o casal Lurdes e Renato Schneider que reside na Gleba 11 há três décadas:

Nós vivemos muito bem aqui para pensar em voltar para o Brasil. Eu digo francamente, quando vou passear para o Brasil, na viagem de volta, quando chegamos para cá de *Ciudad del Este*, no lado paraguaio, já nos sentimos em casa. É bem melhor.<sup>189</sup>

Neste contexto, temos ainda a fala de Aureo Frigueto que chegou ao Paraguai em 1971, aos quatro anos de idade: “(...) os brasileiros, todo mundo sabe, eles vieram praticamente sem nada, para se aventurar. Hoje, estão bem, graças ao suor e o sacrifício do serviço.”<sup>190</sup>

As dificuldades enfrentadas, a abertura da mata, a convivência em uma nação estrangeira, a necessidade de sobrevivência com poucos recursos financeiros, a falta de infraestrutura, dificuldades inerente a subjetividade como medo, expectativas frustradas, insegurança e outros, estiveram presentes na trajetória de imigração desses indivíduos. Em contrapartida, juntamente com as dificuldades, vieram as compensações. Veja o que diz a jovem Joseli Dalcke, cuja família mudou-se para o Paraguai em 1973, quando ela ainda não era nascida: “(...) do pouco conseguiram muito, formaram e sustentaram suas famílias no Paraguai. Assim acabaram ficando.”<sup>191</sup> A jovem não se refere somente a seus pais, mas a maioria das famílias de pequenos agricultores que rumaram ao Paraguai em busca de uma vida melhor reproduzida na condição de homem do campo.

Estes agricultores imigrantes brasileiros vieram de uma tradição familiar de propriedade da terra, possuindo um pequeno capital para mudar-se de país.

<sup>189</sup> SCHNEIDER, Renato e SCHNEIDER, Lurdes. **Entrevista**. Gleba 11 (Mbaracayu-Py), 30 de Janeiro de 2009.

<sup>190</sup> FRIGUETTO, Áureo. **Entrevista**. Gleba 11 (Mbaracayu-Py), 31 de Janeiro de 2009.

<sup>191</sup> DALKE, Jozeli Debora Pudell. **Entrevista**. Toledo, 25 de novembro de 2009.

Repetindo uma imigração que fora feita por seus avós, tendo experiência em mudanças e adaptação a novas culturas. Preocupavam-se em adquirir os documentos necessários para sua fixação no Paraguai e lutaram muito para abrir as novas colônias. Não foi, no entanto, um povoamento fácil. Os mesmos, bem ou mal, tiveram que se adaptar às condições do lugar que, de certa maneira, escolheram para morar, sem que nos esqueçamos dos motivos que os levaram – a maneira deles – a deixarem suas antigas terras.

### CAPÍTULO 3: ATUAL DINÂMICA SOCIAL DOS IMIGRANTES AGRICULTORES BRASILEIROS NO PARAGUAI

Conhecer a configuração da dinâmica social, em que os imigrantes agricultores brasileiros no Paraguai estão inseridos na atualidade, implica compreender a história do tempo presente. Implica também reconhecer diferentes esferas do mundo social dos indivíduos, bem como, o papel do indivíduo ou grupo de indivíduos, em uma mesma sociedade. Após mais de três décadas vivendo em solo paraguaio, esses imigrantes, de certa forma, já podem ser considerados parte integrante daquela sociedade.

É o que demonstra Áureo Friguetto, brasileiro que reside no Paraguai há trinta e nove anos: “nossos filhos são paraguaios, são filhos de imigrantes, mas são paraguaios”.<sup>192</sup> Partindo deste pressuposto, aborda-se as implicações dessa idéia na vida cotidiana desses indivíduos.

Nota-se que a migração de brasileiros alterou a visão do mapa político do Paraguai, modificou a rigidez dos seus limites políticos e redefiniu a sua representação nacional. Regiões que há trinta anos apresentavam baixa densidade demográfica, hoje possuem fortes núcleos de povoamento. Novas formas culturais, políticas e sociais foram postas em movimento, tanto no sentido histórico, como espacial.

Os imigrantes brasileiros concentram-se principalmente nos departamentos limítrofes com o Brasil (Alto Paraná, Canindeyú e Amambay) e também nos departamentos de Itapua, Caaguazu e Caazapá. Conforme dados do censo do Paraguai de 2002, “somente 81.592 imigrantes brasileiros foram registrados, destes 72.795 vivem nesses departamentos, sendo: 37.226 no Alto Paraná, 16.171 em Canindeyú, 5.954 em Amambay, 5.253 em Itapua, 4.184 em Caaguazu e 2.308 em Caazapá.”<sup>193</sup>

A fronteira do Brasil aparece ampliada, tornando-se um espaço singular, uma área com novas relações políticas, sociais e culturais dentro do Paraguai. A presença significativa desses imigrantes, por vezes a torna um pedaço do Brasil no Paraguai. Eduino Moh, agricultor residente no município de Katueté nos fala sobre a

---

<sup>192</sup> FRIGUETTO, Áureo. **Entrevista**. Gleba 11 (Mbaracayu-Py), 31 de Janeiro de 2009.

<sup>193</sup> PARAGUAY. (2004). Resultados finales. Censo Nacional de Población y Viviendas. Año 2002-Total País, p. 179.

presença dos brasileiros na região em que reside: “aqui há poucos paraguaios. No comércio também, são quase todos brasileiros. (...) Pode-se dizer que 20% são paraguaios.”<sup>194</sup>

Cabe lembrar que essa complexidade está sendo estudada a partir dos deslocamentos e das experiências vivenciadas pelos agricultores brasileiros imigrantes que vivem em municípios do departamento de Alto Paraná (Mbaracayu) e Canindeyú (Katueté), na região leste do Paraguai. Esses agricultores fronteiriços, que se deslocaram para o outro lado do limite político brasileiro, principalmente a partir da década de 1970, criaram variadas formas de circulação na região do Brasil e do Paraguai, caracterizando-se como uma região de confluência entre duas nações.

Ao mesmo tempo em que esse amplo território é uma fusão de culturas entre duas nações, é também, um lugar de disputas políticas e econômicas entre dois países com nível de desenvolvimento econômico desigual. O desequilíbrio da estruturação social tende a refletir nas relações entre brasileiros e paraguaios, tornando visíveis as diferenças entre as duas nações. Esse fato evidencia-se na fala do técnico em agropecuária, que atua na Gleba 11, Áureo Friguetto:

(...) a maioria do povo daqui (Paraguaios) não tem, ou talvez não teve conhecimento de como se faz uma agricultura. Então eles veem que você tem uma casa um pouco melhor, um carro um pouco melhor e existe uma certa inveja (...). Não sei! Essa discriminação não acontecia e agora está acontecendo. Eu vejo assim, um trabalha mais, e o outro, não é que não trabalha, é que não gosta de trabalhar.<sup>195</sup>

É preciso lembrar que na época em que se iniciou a ocupação das terras paraguaias por parte dos imigrantes brasileiros, essas terras não possuíam o valor imobiliário que têm hoje. Eram regiões inóspitas. Na atualidade, são regiões com uma economia pujante, com progresso e desenvolvimento econômico, o que desperta interesses de todo tipo e de toda ordem.

Como já mencionamos anteriormente, o território paraguaio já se encontrava parcialmente ocupado por camponeses, posseiros, indígenas e se deparou com um intenso fluxo migratório vindo do Brasil. Do Brasil, vieram agricultores, empresários, empresas multinacionais que, num movimento planejado e organizado, modificaram

<sup>194</sup> MOH, Eduino. **Entrevista**. Curva da Lata (Katueté-Py) 8 de Julho de 2009.

<sup>195</sup> FRIGUETTO, Áureo. **Entrevista**. Gleba 11 (Mbaracayu-Py), 31 de Janeiro de 2009.

culturas e visões de mundo. A frente de expansão no território paraguaio não modificou apenas a dimensão econômica e política, mas se configurou como um complexo de contatos culturais e simbólicos.

Criaram-se vários sentidos e formas no contexto da imigração brasileira no Paraguai. Conforme Áureo Friguetto:

O que de fato acontece é que nossos filhos estudam aqui. Então queira ou não, você se adapta e vai se acostumando com a música, a comida, a culinária. Não somente a minha família mas todas as pessoas com quem a gente convive sempre tem alguma comidinha paraguaia na mesa. É uma mistura mesmo.<sup>196</sup>

No entanto, a cultura não é homogênea, ela se cria e recria em todos os momentos e lugares; o que existe são mesclas ou hibridismos culturais. Apesar dos vários conflitos e das afirmações das diferenças culturais e políticas entre brasileiros e paraguaios há também no espaço paraguaio, como vimos no depoimento anterior, integração e muitas misturas. Esta idéia de hibridismo e simbiose cultural também é corroborada pela agricultora residente na Gleba 11, há vinte e sete anos:

tem muita coisa que a gente já pegou daqui [refere-se a incorporar, assumir como prática], com o tempo a gente pega alguns costumes dos paraguaios. Mas eles também já pegaram bastante dos nossos costumes, principalmente da nossa comida, que eles gostam muito.<sup>197</sup>

No que se refere à língua, os brasileiros continuam se comunicando em português no espaço familiar, aprendem o espanhol na escola e algumas palavras em guarani no convívio com os paraguaios. Neste sentido, temos a experiência da família da agricultora residente na Gleba 11, Lourdes Leichtweis:

Minha neta fala só em castelhano com a mãe dela. Então ela vem aqui em casa e fala tudo em português comigo. Ela é filha de uma paraguaia (...). Tem muitos paraguaios comerciantes que falam tudo em português, porque nós achamos muito difícil aprender a falar o castelhano.<sup>198</sup>

As relações entre os brasileiros e os paraguaios têm produzido novas formas de identificação das dinâmicas étnico-nacionais, das representações sobre o outro e de diferenças sociais e de hibridismos culturais nessa complexa configuração.

<sup>196</sup> Id.

<sup>197</sup> LEICHTWEIS, Lourdes. **Entrevista**. Gleba 11 (Mbaracayu-Py), 30 de Janeiro de 2009.

<sup>198</sup> Id.

Constroem-se variados sentidos, movimentações, redefinições e negociações que fazem com que novas áreas sejam construídas através da agricultura, comércio, amizades, lazer e diversos costumes. Esses aspectos ultrapassam a estaticidade e os aspectos meramente políticos, produzindo uma pluralidade de organizações. Nesta nova organização social, política, jurídica e cultural, constroem-se novas regras de inclusão e exclusão.

Veja-se o que diz a agricultora Sinaide Backes a respeito da integração entre brasileiros e paraguaios:

No começo era muito difícil, não havia proximidade entre brasileiros e paraguaios. Não se visitavam, havia muito pouco contato um com o outro. (...) Na Gleba 11, não. Eu acho que para nós era cômodo ter vizinhos brasileiros, não tínhamos necessidade de buscar integração com os paraguaios.<sup>199</sup>

Ao discutir este depoimento em relação ao que foi mencionado anteriormente, observa-se que, de certa forma eles se contradizem. Há que se considerar a temporalidade das afirmações. A fala de Lourdes Leichtweis refere-se aos seus descendentes (neta) no Paraguai, já na década atual onde uma atitude de integração surgiu com o hibridismo cultural, a fala de Sinaide Backes se refere aos primeiros tempos, ou seja, na década de 70, um período de grandes dificuldades e desafios próprios da geografia do lugar.

Demonstra-se o contato/conflito das peculiaridades neste espaço. Não há como separar a socialização e a língua sem falar de um corpo simbólico. Aí se esboçam as relações entre brasileiros e paraguaios na sua vida social e histórica. Falar em português, espanhol ou guarani é uma escolha que está relacionada ao conjunto de relações de uma vida em sociedade e da maneira como se constituem as relações entre estas pessoas.

Na realidade das relações entre brasileiros no Paraguai há que se contemplar as diferentes situações de bilinguismo existente, especialmente neste contexto de imigrações. A pluriculturalidade e a multilinguística ultrapassa os limites geográficos e não pode ser desprezada.

---

<sup>199</sup> BACKES, Sinaide. **Entrevista**. Gleba 11 (Mbaracayu-PY), 02 de Janeiro de 2010.

## IMIGRANTES AGRICULTORES BRASILEIROS E A INTEGRAÇÃO SOCIOCULTURAL PARAGUAIO-BRASILEIRA

Cabe lembrar que a emigração brasileira para o Paraguai, nos anos de 1970, iniciou-se com a expectativa dos agricultores brasileiros de continuarem como agricultores, além da esperança de levarem uma vida melhor naquele país. A emigração para o Paraguai também se explica dentro de um contexto de desigualdades sociais e econômicas geradas pelo modelo sócio-econômico extremamente conservador e concentrador que historicamente tem predominado no Brasil e também no Paraguai.

Esses agricultores brasileiros constituíram, juntamente com os habitantes do Paraguai, uma sociedade articulada com desdobramentos econômicos, sociais, culturais e políticos. Estabeleceram-se interações que vão além dos aspectos de produção, e que vão do comércio às relações familiares, da culinária à linguagem, decorrentes de uma necessidade de sobrevivência e de adaptação de brasileiros e paraguaios. Partindo desse olhar, é possível perceber a relação entre brasileiros e paraguaios que emerge em situações de interação e situações de tensões sociais, revelando novas identidades e representações.

Os descendentes dos agricultores imigrantes brasileiros no Paraguai experienciam um universo cultural diferente do que viveram os seus pais. Eles estudam em escolas paraguaias e convivem mais com os paraguaios que com seus pais. Os laços de proximidade entre as duas culturas vão se estreitando para essa geração. Na prática isso é muito mais complexo do que aparenta.

É, sobretudo, o encerramento ou a delimitação de um espaço com a fixação de um conteúdo com significados específicos. Nesta medida, estabelecem-se “domínios daquela construção simbólica de pertencimento a que chamamos identidade e que corresponde a um marco de referência imaginária que se define pela diferença e alteridade em relação a outros.”<sup>200</sup> Os filhos desses imigrantes, aqueles que nasceram e foram escolarizados no Paraguai tem como referência identitária valores culturais pertinentes ao universo cultural de seus pais pelo convívio familiar e do universo cultural da sociedade Paraguai pelo convívio escolar e social. Veja-se o depoimento da agricultora Sinaide Backes: “meus filhos gostam

---

<sup>200</sup> PESAVENTO, S. J. (Org.). **Fronteiras do milênio/organizado**. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 2001. In: STERLING, G. (Org.) Foz do Iguaçu: Uniamérica, 2006. p. 155 e 156.

do pessoal daqui. Eles se misturam com os paraguaios na escola, no futebol, nos bailes, em todo lugar que vão. Eles gostam daqui. O Brasil não é a terra natal deles e eu já me acostumei com isso porque eles nasceram aqui!”<sup>201</sup>

### **Olhares sobre a idéia de pertencimento dos imigrantes brasileiros em relação à sociedade paraguaia**

Os imigrantes brasileiros e seus descendentes são frequentemente acusados de formarem núcleos ou agrupamentos etnoculturais na sociedade paraguaia. Tal fato se comprova na medida que observamos a dinâmica da colonização, ainda na época de formação das primeiras colônias. No entanto, ao estudar a fixação dos brasileiros no Paraguai, nota-se que esse fato (agrupamentos etnoculturais) foi determinado, principalmente, pela geografia do lugar. Esses agrupamentos se encontravam em regiões distantes dos núcleos de povoamento paraguaios. Logicamente, essa realidade mudou com o passar do tempo, principalmente por causa do crescimento populacional e do progresso econômico que esses núcleos de povoamento alcançaram.

O agricultor Renato Schneider, residente na Gleba 11 há trinta e três anos, afirma que sempre teve facilidade de integrar-se com todos os segmentos da sociedade paraguaia e que o fato de estar em um país estrangeiro não foi um impedimento para à integração:

Em qualquer lugar que eu ia sempre era bem recebido. Nunca ninguém me destratou por ser brasileiro. Eu sempre tive muitos amigos aqui no Paraguai, em Hernandárias (núcleo de povoamento paraguaio). Eles sempre estavam do meu lado quando precisava.<sup>202</sup>

Cabe neste ponto, refletir sobre quem fala e de onde fala. Ou ainda, a partir de que experiências vividas o depoente fala. Como agricultor, o círculo social certamente está vinculado a atividades pertinentes ao ramo da agricultura. Os contatos sociais com a sociedade paraguaia, em grande medida, se restringem aquelas instituições cujo interesses estão direta ou indiretamente ligados a esta

<sup>201</sup> BACKES, Sinaide. **Entrevista**. Gleba 11 (Mbaracayu-PY), 02 de Janeiro de 2010.

<sup>202</sup> SCHNEIDER, Renato. **Entrevista**. Gleba 11 (Mbaracayu-Py), 30 de Janeiro de 2009.



atividade (agricultura). Como por exemplo, casas agropecuárias, bancos, silos, oficinas mecânicas, madeireiras, comunidades ou povoados de agricultores (paróquias diversas), comunidades esportivas e etc. De uma forma ou de outra o imigrante agricultor é visto como agente de geração de emprego e fonte renda. Isto devido ao poder de compra dos agricultores ser elevado, contrapondo-se com a realidade de uma sociedade onde a pobreza e a falta de recursos é um grande limitador.

Mas esta relação de boa vizinhança, mencionada acima pelo agricultor Renato Schneider, vem sendo colocada em “xeque”. O fato é, que na atualidade, a hegemonia econômica e cultural dos brasileiros é um dos principais agentes geradores dos conflitos entre agricultores e determinados segmentos sociais paraguaios. Para esses segmentos os brasileiros que vivem no Paraguai seriam empresários ricos, imperialistas, atraídos pelos baixos preços das terras e pela abolição da proibição de compra de terras por estrangeiros (promovida por Stroessner, em 1967), introdutores da monocultura da soja, responsáveis pela expansão da soja transgênica no país, expulsos de camponeses sem terra e índios e devastadores das florestas e do meio ambiente.<sup>203</sup> São produtores majoritários da cota de exportação de soja e donos de 4,5 milhões de cabeças de gado.<sup>204</sup> Seriam a classe dominante, muitos já sendo considerados cidadãos paraguaios, com grande mobilidade transfronteiriça, ligada à sua inserção em circuitos comerciais, financeiros e políticos da região.

Foi possível notar que a realidade mencionada no parágrafo anterior, não se aplica, em parte, à realidade das localidades em estudo. Todos os entrevistados eram pequenos proprietários no Brasil, sujeitos ao cenário agroexportador. No Paraguai também tiveram que se sujeitaram á este cenário. Estando também sujeitos às forças dominantes desse sistema, como em qualquer parte do mundo capitalista. Seria ledó engano acreditar que todos os agricultores brasileiros radicados no Paraguai são grandes latifundiários, ou ainda, que os imigrantes agricultores brasileiros no Paraguai são os únicos responsáveis pela histórica expoliação do povo paraguaio, pela política agrária excludente vigente naquele país. Mas é sob esse discurso, que esses segmentos da sociedade paraguaia, apóiam a

---

<sup>203</sup> ALBUQUERQUE, J. L. C. **Fronteiras em movimento e identidades nacionais**. A imigração brasileira no Paraguai. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2005.

<sup>204</sup> ALVES, J. L. **Brasiguaios**: destino incerto. São Paulo: Global, 1990.

idéia de expulsão dos imigrantes brasileiros do Paraguai. Sobre o complexo contexto atual, diz o agricultor Nildo Schneider:

Tem gente inculindo nos paraguaiois a idéia de que se os brasileiros forem expulsos do Paraguai, eles [refere-se principalmente aos membros do movimento campesino] vão ganhar nossas terras. Então, isso é muito ruim! E com os brasileiros fazem a mesma coisa, eles [refere-se a autoridades políticas paraguaias] falam que temos que procurar nossos direitos para não sermos mandados embora. Então ficam uns contra os outros. (...) A gente não sabe ao certo o que tem por trás de tudo isso.<sup>205</sup>

Ainda sobre esse complexo contexto tem-se o testemunho de Áureo Frigueto: “(...) uns dizem que vão tirar as terras dos brasileiros, outros dizem que não vão tirar. Então a gente sempre procurou informações sobre as leis. (...) eu penso que ninguém vai tirar o que é seu porque existe a lei.”<sup>206</sup>

Nota-se que a dinâmica de interação paraguaio-brasileira está em clima de instabilidade. Ou seja, alguns segmentos da sociedade paraguaia estão questionando a presença dos imigrantes agricultores brasileiros em seu território. Esse fato tem gerado desdobramentos práticos que podem interferir, para os imigrantes e seus descendentes, o processo de interação em andamento a praticamente quarenta anos.

Cabe observar que é justamente neste contexto de instabilidade que emerge a discussão sobre identidade nacional ou sobre a noção de pertencimento desses indivíduos aquela sociedade. É sabido que o Paraguai não é sua terra natal, mas a medida que os anos foram passando, passou a ser lugar escolhido para viver. Seus descendentes, por sua vez, tem o Paraguai como sua terra natal. Nasceram lá, são parte integrante daquela sociedade. Estão em pleno exercício da cidadania, pois possuem registro de nascimento no Paraguai, trabalham, contribuem, votam e podem ser votados. Isso é fato, “tenho três filhos. Os três nasceram aqui. Um é falecido. Faleceu com 19 anos. Está enterrado aqui no cemitério da Gleba 11. Eles foram registrados aqui. Foram batizados e casaram aqui. Os três são paraguaiois, vamos dizer assim!”<sup>207</sup> Afirma a agricultora Lourdes Leichteweis de 55 anos, que imigrou para o Paraguai recém casada, há 27 anos.

De certa forma, o conturbado contexto atual levou os imigrantes e seus

<sup>205</sup> SCHNEIDER, Nildo. **Entrevista**. Toledo, 12 de outubro de 2009.

<sup>206</sup> FRIGUETTO, Áureo. **Entrevista**. Gleba 11 (Mbaracayu-Py), 31 de Janeiro de 2009.

<sup>207</sup> LEICHTWEIS, Lourdes. **Entrevista**. Gleba 11 (Mbaracayu-Py), 30 de Janeiro de 2009.

descendentes a uma crise de identidade. Diversos segmentos da sociedade paraguaia, e também os próprios imigrantes e seus descendentes, passaram a refletir sobre a idéia de pertencimento. Neste contexto aparecem questões como, esses indivíduos são brasileiros ou paraguaios? Teriam assumido uma identidade híbrida? Quais seriam as implicações na prática sociocultural?

### **A dinâmica dos espaços ocupados pelos imigrantes brasileiros no Paraguai**

Sylvain Souchaud defende a existência de um novo espaço na América do Sul, a fronteira paraguaia-brasileira. Segundo ele, na fronteira leste do Paraguai, os brasileiros estruturaram um espaço original, chamado atualmente de brasiguai: um espaço que já não é totalmente paraguaio, tampouco é uma mera extensão do oeste do Brasil meridional. É um território de contato entre estruturas territoriais locais, nacionais, macrorregionais e até mundiais. Em seu trabalho, afirma que a colonização brasileira favorece a integração econômica e política do Paraguai, ao mesmo tempo em que aprofunda sua dependência externa. Souchaud entende que a região de fronteira é hoje o principal ponto de discussão sobre o lugar do Paraguai no Mercosul.<sup>208</sup>

A expansão agrícola modificou a economia e a geografia do leste do Paraguai. As lavouras de soja passaram a dominar a paisagem (províncias de Canindeyú e Alto Paraná) e revelaram a importância desta cultura no cenário econômico. Até a chegada dos brasileiros, em 1970, a soja era desconhecida, e hoje é uma das principais atividades econômicas. Por meio do cultivo da soja, as técnicas do plantio direto, a rotação de culturas e todo o complexo de grãos também se implantaram.

Pode-se observar como o território brasiguai, citado por Souchaud, influencia na dinâmica territorial e nos aspectos produtivos do Paraguai oriental. Acontecimentos, como a recessão econômica, a elevada dívida externa durante a década de 1980, o final das obras da Usina Hidrelétrica de Itaipu, influenciaram no deterioramento socioeconômico de grande parte da população dos dois países.

---

<sup>208</sup> SOUCHAUD, S. **Nouveaux espaces en Amérique du Sud**: la frontière paraguay-brésiliense. Paris, Mappemonde, v. 61, n. 1, 2001.

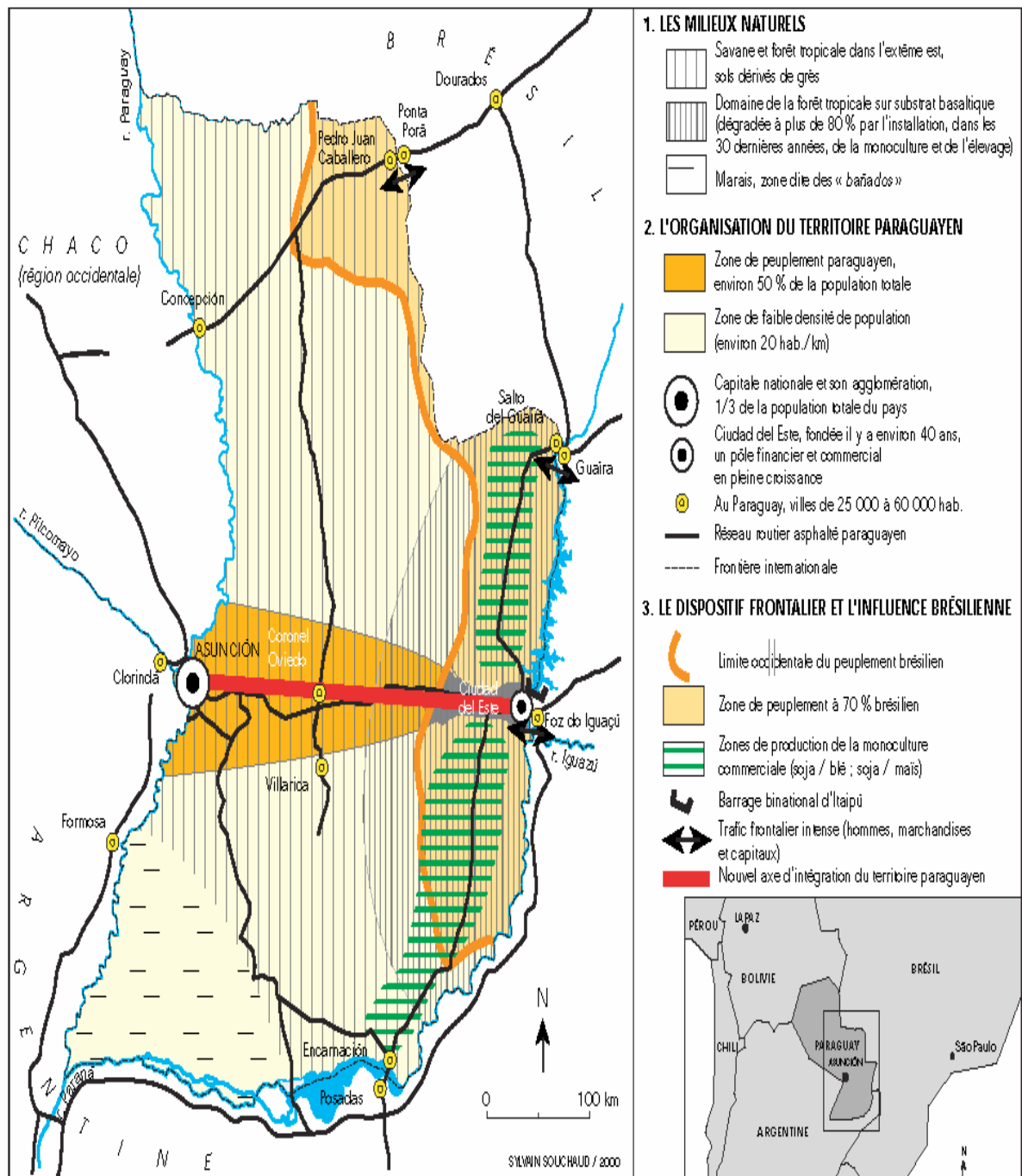


Figura 7 - Organização do Paraguai oriental e a influência brasileira

Fonte: SOUCHAUD (2001, p. 21).

Na atualidade, a região do Mercosul aparece como a zona de maior produção de soja do mundo. E, na economia paraguaia representou em 2003/2004, o cultivo de maior competitividade, representando 90% das exportações agrícolas no Paraguai. A figura 8, apresenta uma ilustração da área expressiva do cultivo da soja no Paraguai.<sup>209</sup>

<sup>209</sup> SOUCHAUD, S. **Nouveaux espaces en Amérique du Sud: la frontière paraguayenne-brésilienne.** Paris, Mappemonde, v. 61, n. 1, 2001.

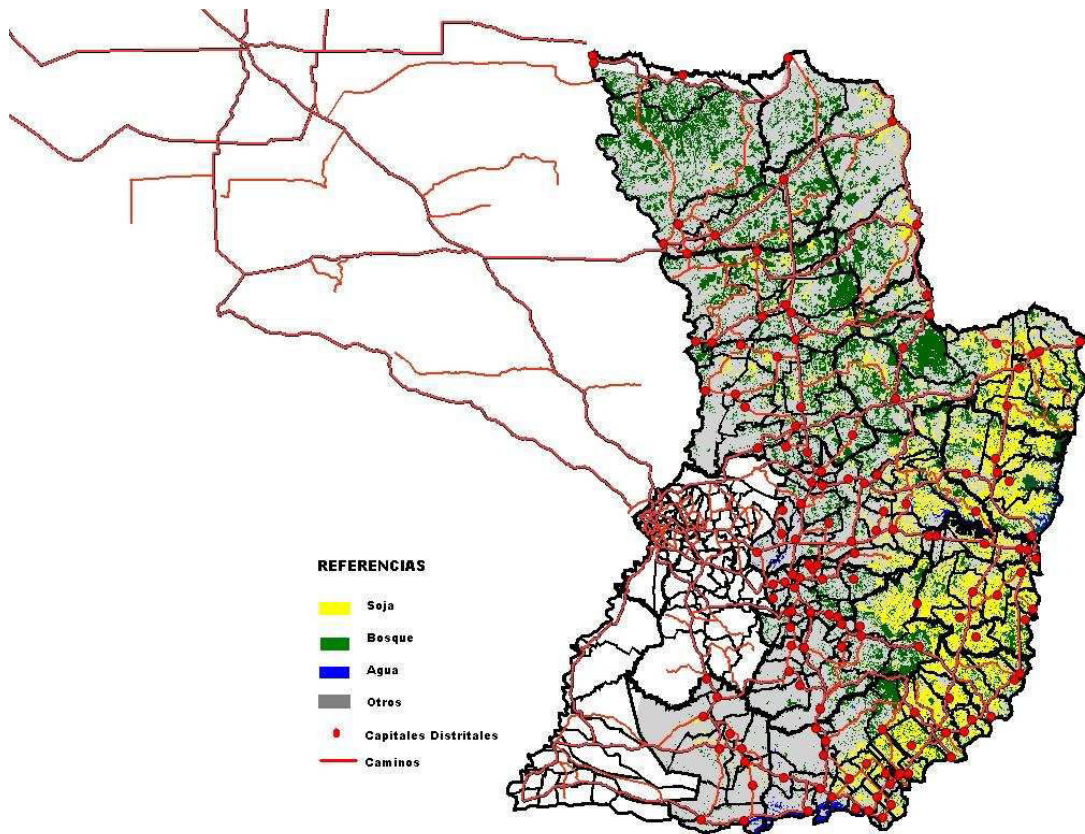


Figura 8 - Imagem de satélite do cultivo da soja no Paraguai oriental, safra 2003/2004  
 Fonte: FIGUEREDO (2004, p.10).

Este êxito econômico, trazido pela irrupção brasileira nesta região, traz um futuro incerto, com características de dependência de uma economia fortemente direcionada para o exterior e com graves problemas internos a serem resolvidos, como: novas articulações econômicas mais sustentáveis e equilibradas, articulações comerciais e financeiras visando mais a legalidade do que a ilegalidade, maior integração e comunicação com os países vizinhos no sentido da simetria econômica, política e social.

A atual realidade socioeconômica do Paraguai e os percalços para uma maior integração entre brasileiros e paraguaios

Além do aspecto econômico, os imigrantes brasileiros também manifestam a sua influência no aspecto político, tornando-se candidatos a cargos públicos. Em 2005, existiam quatro prefeitos de origem brasileira em pequenas cidades, e vários vereadores nos departamentos de Alto Paraná e Canindeyú. Esse fato ocorreu na

medida em que, no contexto democrático (1990 em diante), várias colônias e vilas fundadas por brasileiros se tornaram municípios. Desde então, os brasileiros (devidamente legalizados) começaram a se candidatar e eleger um número crescente a cada eleição, com a promessa de moralização da política no Paraguai.

É fato notório que os agricultores brasileiros trouxeram desenvolvimento econômico para o “território brasiguai”<sup>210</sup> e, conseqüentemente para o Paraguai como um todo. Mas, as críticas a essa infiltração também são alardeadas. O historiador Guido Rodríguez Alcalá, analisa que

as críticas aos brasileiros na medida em que ocorrem são em função das tensões sociais no campo. Tensões sociais que não tem nada a ver, digamos, exclusivamente com a presença brasileira. É o sistema de produção, o *agribusiness*, que desaloja o agricultor tradicional. E, num momento assim, pode-se manipular, desviar o descontentamento para o estrangeiro.<sup>211</sup>

Sem dúvida, o tema é delicado, porque há uma presença muito forte dos brasileiros na economia e, sobretudo, na ativação e na ocupação dos territórios. “Os paraguaios não tiveram os meios humanos e materiais e nem a estrutura empresarial para ocupar e integrar essas regiões que foram ocupadas e integradas pelos colonos brasileiros”.<sup>212</sup> Nesta mesma reflexão, “temos um modelo muito vinculado ao Brasil, mas sem que isso signifique melhorar a qualidade de vida do Paraguai.”<sup>213</sup> Assim, a soja traz muitas divisas, é um grande negócio. No entanto, não se percebe efeito sobre o emprego e a melhoria da qualidade de vida de modo geral.

Fazendo uma breve retrospectiva identifica-se na história do Paraguai quatro sistemas produtivos, desde o início de sua história até os dias atuais. Sinteticamente: a primeira fase e a mais antiga é a agricultura indígena; a segunda fase, a predominância da agricultura familiar até o começo do século XX; a terceira fase também no início do século XX foi a exploração florestal por parte de grandes empresas agrícolas, sem controle por parte do Estado; e a quarta fase, imbuída do espírito capitalista, a do latifúndio monocultor com a deterioração do pequeno

<sup>210</sup> Referindo-se ao espaço ocupado por brasileiros radicados no Paraguai.

<sup>211</sup> ALCALÁ, G. R. apud CORRÊA, A. **Expansão agrícola modifica economia de países vizinhos.** Disponível em: <[http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/03/printable/080304\\_ams\\_par](http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/03/printable/080304_ams_par)>. Acesso: 25/2/2009. p. 2.

<sup>212</sup> *Ibid.*, p. 3.

<sup>213</sup> *Id.*

produtor rural.<sup>214</sup>

Esta evolução histórica dos sistemas da agricultura paraguaia revela suas contradições. Contradições, aliás, que se manifestam em todo o território paraguaio e que geram situações conflitivas, em particular o crescimento da pobreza rural, a má distribuição da terra, com mais de 80.000 famílias de paraguaios sem terra no país, a ocupação de terras e o nível praticamente irreversível de destruição ambiental.

Existe uma visível heterogeneidade em relação ao acesso aos recursos produtivos. A agricultura familiar que representa mais de 80% dos estabelecimentos rurais, detem apenas 6,2% da superfície cultivada. E, inversamente, o latifúndio com apenas 1,5% dos estabelecimentos, concentra 79% da superfície total. A mesma relação se estabelece com média e grande empresa agrícola: nesse caso, representa somente 0,1% dos estabelecimentos e concentra 6% da superfície total – quase a mesma porção pertencente aos agricultores familiares do país.<sup>215</sup>

No território paraguaio existe uma das maiores concentrações fundiárias do mundo que avança indiscriminadamente, o que tem contribuído para a expulsão dos brasileiros do Paraguai em todo o Departamento de Alto Paraná, como no município de San Alberto, que é um dos principais locais onde a população é formada por 80% de brasileiros e brasiguaios. Todavia, a geografia do município mudou sistematicamente nos últimos quinze anos, fazendo diminuir a população de pequenos agricultores brasiguaios no campo paraguaio. Hoje, a região está cercada por grandes fazendas de brasileiros produtores de soja transgênica, principalmente.<sup>216</sup>

O modelo agroexportador cresceu, a partir de 1990, e se prolonga até os dias de hoje, adotando novas formas ou composições. A democracia não representou, na prática, mudanças sociais na esfera do Estado paraguaio e de políticas públicas em favor dos pequenos agricultores ou dos trabalhadores rurais e das outras camadas da população. Segue uma orientação oligárquica, em favor de grupos de empresários agrícolas, que se apoderaram das terras dos pequenos agricultores através dos “silos”. Estas que são as empresas semelhantes à cerealistas e espécies de bancos, que emprestam dinheiro ao agricultor para a

<sup>214</sup> ENCICLOPÉDIA DEL PARAGUAY: **Oceano**, v. 2, s/d, p. 265.

<sup>215</sup> *Ibid.*, p. 266.

<sup>216</sup> FERRARI, C. A. **O avanço do agronegócio e a exploração dos brasiguaios no município de San Alberto**. Marechal Cândido Rondon: Unioeste (Centro de Ciências Humanas de Educação e Letras), 2006, p. 23.

compra de máquinas, insumos, etc.<sup>217</sup>

O “silo”, de propriedade de grandes fazendeiros empresta dinheiro aos agricultores em dificuldade num prazo de pagamento de até dois anos, tendo a propriedade da terra como garantia. Se o agricultor não conseguir honrar seu compromisso, o silo fica com a propriedade como forma de pagamento, pois não existe renegociação das dívidas.

Logo, esta situação representa a crise do pequeno agricultor que ocorre em contraste com os bons resultados da política macroeconômica. Esta visa exportação e despreza as políticas de médio prazo tais como as políticas agrárias que ativem e desenvolvam também as pequenas e médias propriedades.

O agricultor Renato Schneider demonstra ter consciência de que o cenário da política agrária atual mudou e que os agricultores já não possuem mais os incentivos governamentais que existiam na época da colonização, na década de 70 e que isso independe da nacionalidade do agricultor. Conforme este agricultor:

Eu já sabia que tinha que “dar duro” naquele tempo (início da colonização). Aproveitar. Agora não adianta, se a gente quer alguma coisa, precisa ir para longe novamente. Só que agora eu já estou com 64 anos. Se meus filhos quiserem se aventurar de novo em outro lugar, podem ir. Eu não irei mais.<sup>218</sup>

Uma das causas mais esclarecedoras da situação da pequena propriedade rural talvez seja a vulnerabilidade do sistema produtivo que está acometido pelas oscilações dos preços internacionais e pelas variações do clima, além da falta de diversificação produtiva, que expõe a economia interna a fatores externos de mercado, não controlados e desestabilizadores.

Frente a isso, a baixa capacidade das reservas financeiras do Estado do Paraguai para enfrentar as adversidades adjacentes do sistema de mercado e as frequentes adversidades acabam, invariavelmente, causando o maior empobrecimento dos moradores e trabalhadores agrícolas. Esta idéia é corroborada pelo agricultor Cláudio Chiossi, quando afirma que “Muitos colonos brasileiros “quebraram”. Se obrigaram a ir embora, pois não tinham como sobreviver aqui.”<sup>219</sup>

A conseqüência da rápida expansão da agricultura de exportação entre os

<sup>217</sup> Ibid., p. 22.

<sup>218</sup> SCHNEIDER, Renato. **Entrevista**. Gleba 11 (Mbaracayu-Py), 30 de Janeiro de 2009.

<sup>219</sup> CHIOSSI, Cláudio. **Entrevista**. Curva da Lata (Katueté-Py), 07 de Julho de 2009.



pequenos agricultores tem sido a decomposição da pequena propriedade familiar, principal meio de sobrevivência das camadas mais pobres da população. “Em quase todos os departamentos do país diminuíram os preços do milho e da mandioca, no entanto, aumentaram os de exportação como a soja e o algodão”.<sup>220</sup>

O maior impacto desta política agrária se faz sentir na variedade e qualidade da alimentação, a diminuição do autoconsumo e a diminuição da criação de animais como, por exemplo, as aves, por falta de matéria-prima agrícola. Desembocando na baixa qualidade alimentar da população em geral, tanto pelos produtos advindos da agricultura como da produção animal.

A produção da soja em áreas como Alto Paraná, Itapuá e Canindeyú; também estimulou a sua expansão para outros departamentos, aprofundando ainda mais os problemas para a agricultura familiar em outras regiões, além dos ambientais, como por exemplo, o uso de agrotóxicos. Esse “alongamento” do território paraguaio se deu em função da segunda geração de brasileiros instalados no leste do Paraguai.<sup>221</sup> E, novamente, a expansão do cultivo da soja forçou os pequenos proprietários brasileiros e paraguaios descapitalizados a venderem as suas propriedades, ou tê-las invadidas e griladas indiscriminadamente.

Diante disso, observa-se a falta de políticas na busca de uma estrutura fundiária equilibrada. As conseqüências já são conhecidas: aumento das invasões de terras, conflitos entre agricultores familiares e latifundiários e, implicitamente, a construção de um imaginário em que os brasileiros são vistos como agentes de desestruturação da produção e das vidas de uma infinidade de camponeses paraguaios.

São latentes os reflexos de toda essa complexidade, onde conflitam diferentes visões de mundo. O testemunho do agricultor Renato Schneider, morador da Gleba 11, evidencia a forma singular de interpretar a realidade conflituosa a respeito das relações de trabalho e da posse da terra:

O problema são aqueles que não querem trabalhar. Esse é o maior problema. Mas tem gente (refere-se à agricultores sem terra paraguaios) que está junto conosco e trabalha como nós. Mas existem pessoas que não tem jeito. Nós vivemos próximos a uma área indígena. Nota-se que não há sequer um pé de banana plantado! Eles estão praticamente esperando tudo do governo. Em 30% da área indígena há soja plantada. Eles (os nativos)

<sup>220</sup> ENCICLOPÉDIA DEL PARAGUAY: Oceano, v. 1, s/d, p. 108. Tradução Nossa.

<sup>221</sup> CÁMARA Paraguaya de Exportadores de Cereales y Oleaginosas (CAPECO). Asunción: CAPECO, 2004. Disponível em: <[www.capeco.org.py](http://www.capeco.org.py)>. Acesso em: 20/9/2009.

arrendam a terra para os brasileiros (imigrantes).

Nota-se que o agronegócio impõe-se com toda força nos diversos segmentos agrícolas do Paraguai, inclusive em áreas indígenas. Há ainda o fato de que a economia agroexportadora tem provocado o êxodo rural, que faz parte da estratégia de sobrevivência de muitas famílias que vivem na região de fronteira: procurar por serviço ou trabalho no outro lado da fronteira (Brasil) sempre que consideram melhores possibilidades de assistência social básica ou melhores empregos.

Este quadro desolador forçou a migração do pequeno agricultor (tanto brasileiro como paraguaio) do campo para os centros urbanos, há pouco formados, e sem estrutura de serviços de saúde e de segurança indispensáveis. “O crescimento da população urbana pobre constitui uma característica e um sinal das novas condições socioeconômicas da sociedade paraguaia”.<sup>222</sup>

O deslocamento do campo para a cidade desencadeou o crescimento das periferias nas cidades e o aumento da pobreza urbana nas cidades no Paraguai. As informações que seguem demonstram os fatores relacionados a aspectos políticos e estruturais que desencadearam a pobreza:

Em 1992 a pobreza se manteve em torno de 66,3 por cento... A indigência cresceu drasticamente... em 1992 chegou a 47,1 por cento... Há quatro causas econômicas da pobreza no Paraguai. A primeira tem sido a expansão das relações de mercado sobre uma estrutura de distribuição desigual dos recursos (terra e crédito), da inflação (salário e preços agrícolas) e das oportunidades (educação, saúde, moradia e emprego)... Um segundo fator gerador da pobreza, em contraste com os bons resultados da política de curto prazo (controle da inflação), tem tido pouco êxito as políticas econômicas de médio prazo, principalmente a falta de implementação de políticas agrárias que apontam a falta de desenvolvimento rural. Uma terceira causa da pobreza consiste na expansão das atividades especulativas, principalmente a especulação financeira e fundiária. Durante a década de 1980, período de estagnação econômica, os setores que mais se expandiram foram os bancos, as financiadoras, a bolsa de valores e as imobiliárias. O resultado da atividade especulativa refletiu no incremento dos custos de produção (interesses e rendas mais elevadas) e a redução dos recursos financeiros para as atividades produtivas. O incremento dos preços tanto das propriedades urbanas e rurais como de dinheiro, apesar da liberação do mercado financeiro, provocou um crescente empobrecimento das pessoas da cidade e do campo. Um quarto fator gerador da pobreza está associado à corrupção e a deficiência de políticas sociais do Estado (saúde, moradia e educação).<sup>223</sup>

<sup>222</sup> ENCICLOPÉDIA DEL PARAGUAY: **Oceano**, v. 1, s/d, p. 94. Tradução Nossa.

<sup>223</sup> *Ibid.*, p. 120-121.

Em um aparente paradoxo, denota-se que a população pobre das cidades paraguaias começou a se multiplicar paralelamente ao crescimento econômico, que na década de 1970 caracterizava a economia paraguaia. A deteriorização da condição socioeconômica desta parte da população, e a falta de perspectivas fazem com que iniciem processos de movimentos sociais, exigindo-se um sistema adequado de distribuição de água e recolhimento periódico do lixo, constituindo-se sem dúvida alguma, aspectos que geram a degradação humana e ambiental. Ao lado destas questões unem-se outros problemas sociais, como a falta de oportunidade de emprego formal e o analfabetismo da maioria da população.

A escassez e dificuldades do mercado de trabalho são características negativas do modelo socioeconômico adotado no Paraguai. Interessante destacar, que

na década de setenta – isto é, em plena etapa de crescimento econômico –, o valor do salário mínimo real diminuiu em comparação ao valor real da década anterior. Consiste em afirmar que junto ao processo de incremento da produção de bens e serviços, antes de beneficiar-se com esta situação o fator trabalho sofreu um impacto negativo.<sup>224</sup>

Por outro lado, na década de 1990 aconteceu um estreitamento ainda maior das vagas e condições de trabalho, gerando o aprofundamento maior e impondo uma situação de pobreza crítica, com mendigos nas ruas e trabalho de crianças e jovens. São situações às quais estão expostos os desalojados da zona rural por falta de terra, de crédito, trabalho ou simplesmente por indigência.

A pobreza, portanto, é uma consequência do modelo estrutural econômico e de desenvolvimento adotado no Paraguai. Não há preocupação com o social, como no caso da saúde, em que brasileiros excluídos pelo sistema paraguaio, precisam recorrer à cidade de Foz do Iguaçu e outras cidades da fronteira, como Marechal Cândido Rondon, Pato Bragado, Santa Helena e Guaíra, superlotando os postos de saúde e hospitais mantidos pelos municípios.

Para se ter uma idéia aproximada do problema, em San Alberto existe um pequeno posto de saúde mantido pela Pastoral da Criança, com poucos recursos da municipalidade, onde, segundo alguns brasileiros, o atendimento é de péssima qualidade. Assim, muitos brasileiros têm esse

<sup>224</sup> ENCICLOPÉDIA DEL PARAGUAY: **Oceano**, v. 1, s/d, p. 96. Tradução Nossa.

atendimento negado no Paraguai e também no Brasil.<sup>225</sup>

Esta informação demonstra que é a falta da implementação de uma política agrícola efetiva que permite essas migrações e aos agricultores ou camponeses se fixarem em um país ou outro, sem assistência, controle ou orientação. Sobre essa realidade social, o agricultor Renato Schneider nos diz sobre o que tem observado sobre a realidade do camponês paraguaio:

meus filhos participam de campeonatos de motocross aqui no Paraguai. Então eu já visitei todas as regiões do Paraguai. (...) o Paraguai só não está mais desenvolvido [desbravado] porque o camponês paraguaio é muito pobre e não consegue se levantar. Eu fico admirado de ver lugares com terras de primeira qualidade que só falta falar: me planta que eu dô! E não tem nada plantado! As vezes tem umas galinhas e umas vaquinhas e mais nada. É que se a pessoa não é ensinada desde pequena, de como se lida com a terra, não adianta! A pessoa vive daquele jeito e acabou a história! Não tem recursos, não sabem trabalhar na técnica que precisa e o governo não investe neles.<sup>226</sup>

Grande parte dos percalços para uma maior integração entre paraguaios e brasileiros é, acertadamente, a disputa pela posse da terra entre imigrantes brasileiros (fazendeiros e pequenos proprietários) e os movimentos camponeses. A respeito dessa afirmação, algumas informações preliminares se fazem necessárias: 1) os movimentos camponeses embora ocupem predominantemente as propriedades dos brasileiros, também ocupam extensões de outros estrangeiros que vivem no Paraguai (alemães, árabes, chineses, norte-americanos) e dos próprios latifundiários paraguaios; 2) os conflitos de terra envolvendo pequenos agricultores brasileiros que perderam as suas posses e camponeses ou campesinos não se resumem somente à disputa pela terra, estão relacionados à falta de uma política agrária autossustentável, e que tenha critérios claros e rigorosos acerca da destruição das florestas, do uso indiscriminado de agrotóxicos nas lavouras de soja e das tensões com a corrupção na polícia paraguaia. O aumento extensivo e intensivo do plantio da soja e do uso de agrotóxicos afeta as áreas das pequenas propriedades e de colonização, dificultando sobremaneira o seu manejo e encarecendo os custos com a produção, inviabilizando a propriedade. Em função

<sup>225</sup> FERRARI, C. A. **O avanço do agronegócio e a exploração dos brasiguaios no município de San Alberto**. Marechal Cândido Rondon: Unioeste (Centro de Ciências Humanas de Educação e Letras), 2006. p. 23 e 24.

<sup>226</sup> SCHNEIDER, Renato. **Entrevista**. Gleba 11 (Mbaracayu-Py), 30 de Janeiro de 2009.

disso, as terras passam a ser arrendadas pelos vizinhos latifundiários e se tornam cada vez mais valorizadas nos departamentos onde se produz soja. No Alto Paraná, o preço por hectare em 2003 passou de 1.200 para 2.000 dólares. Não há mais terras novas e desocupadas a serem colonizadas nessa região; 3) nesse movimento de expansão os enfrentamentos entre camponeses e indígenas se ampliam em várias localidades dos departamentos de Caaguazu, Caazapá, San Pedro e Misiones.<sup>227</sup>

Os aspectos acima enumerados induzem à percepção da ocorrência de disputas, confrontos, choques ou ainda conflitos de classes, entre a visão do agronegócio e a cultura da propriedade familiar e a cultura indígena. Desta forma, os conflitos de terra existentes no Paraguai não podem ser olhados e analisados somente a partir dos confrontos de classe, etnia e nação. São conflitos em torno da posse da terra e das visões de cada grupo a respeito de sua utilização. São fazendeiros, paraguaios e estrangeiros (também brasileiros), versus camponeses e indígenas, situação que gera vários conflitos, arbitrariedades e injustiças.

A expansão das fazendas se dá sobre as terras dos camponeses (paraguaios e brasileiros) e dos indígenas, ocasionando conflitos com os movimentos agrários no Paraguai. São ações políticas da classe camponesa e indígena em defesa do direito de posse de suas propriedades ocupadas por fazendeiros do Paraguai e estrangeiros.

### **Olhares sobre as novas gerações: filhos de imigrantes brasileiros e o hibridismo cultural**

Albuquerque classifica os vários sentidos que já tomou o termo brasiguai: 1) ao imigrante pobre que foi para o Paraguai, que não conseguiu ascender socialmente e que, muitas vezes, regressou ao Brasil; 2) aos grandes fazendeiros brasileiros no Paraguai; 3) aos filhos dos imigrantes que já nasceram naquele país e têm a nacionalidade paraguaia; 4) aos imigrantes e seus descendentes que falam um idioma fronteiriço e mesclam outros elementos culturais dos dois países; 5) a

---

<sup>227</sup> ALBUQUERQUE, J. L. C. **Fronteiras em movimento e identidades nacionais: a imigração brasileira no Paraguai.** Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

todos os imigrantes brasileiros na nação vizinha.<sup>228</sup>

A palavra brasiguaiio deriva da junção das palavras brasileiro e paraguaio, podendo, sem uma análise mais detalhada, parecer demonstrar cruzamentos sociais e hibridismos culturais. E sim, uma identificação ambígua, que varia conforme a situação e conforme os interesses ocultados ou explicitados.

Neste sentido, brasiguaios são os filhos e netos dos imigrantes que nasceram no Paraguai. “Em poucos anos vamos ter aqui uma população que é toda paraguaia”, afirma o paranaense Edoard Schaffrath, há 14 anos no Paraguai.<sup>229</sup>

Hoje, dos 6 milhões de habitantes do Paraguai, estima-se que 500 mil sejam de origem brasileira. Desses, 60% estão radicados no país há 30 anos. Além disso, 90% dos seus descendentes nasceram lá e foram registrados como paraguaios.

Entende-se que a sociedade paraguaia passa por um período de transição tanto no aspecto político como no aspecto cultural. As proporções tomadas pela maciça presença de brasileiros em algumas regiões paraguaias têm chamado a atenção para uma série de fenômenos sociais, decorrentes desse cenário. Entre eles podemos citar as questões de identidade nacional, preconceito, discriminação, hibridismo cultural e outros.

O Estado Nacional do Paraguai construiu e oficializou o espanhol e o guarani como línguas nacionais. Nesse processo, a imprensa, os órgãos oficiais, a literatura, as escolas construíram um código linguístico hegemônico e contribuíram para a destruição de outras línguas classificadas como dialetos. Desta forma, a língua passou a ser um forte elemento de identificação nacional e passou a ser um elemento demarcador de fronteiras culturais e simbólicas.

No caso do Paraguai, considerou-se a língua falada pelos colonizadores espanhóis e pelos índios guaranis. As outras várias formas de comunicação indígenas e negras foram silenciadas com o objetivo de atender aos interesses e a consolidação da cultura européia, vista como mais civilizadora e à maioria de língua guarani.

O espanhol tornou-se língua oficial do país no contexto da independência em 1811, mas o guarani continuou sendo falado pela maioria da população. A

<sup>228</sup> ALBUQUERQUE, J. L. C. **Fronteiras em movimento e identidades nacionais: a imigração brasileira no Paraguai**. Tese (Doutorado em Sociologia)–Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

<sup>229</sup> Apud, CORRÊA, A. **Expansão agrícola modifica economia de países vizinhos**. Disponível em: <[http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/03/printable/080304\\_ams\\_par](http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/03/printable/080304_ams_par)>. Acesso em: 25/2/2009. p. 3.

história nos demonstra que esse fato ocorreu talvez pelo isolamento ou abandono do país pela elite crioula, ou pela resistência da cultura indígena e missioneira.

A maioria da população continuou se comunicando em língua guarani. O guarani só foi reconhecido oficialmente em 1992. Desde então, o Paraguai tornou-se oficialmente bilíngue e o único Estado latino-americano a reconhecer o estatuto de idioma nacional para uma língua de herança indígena.<sup>230</sup>

Para ilustrar essa idéia tem-se o caso brasileiro: ainda antes da independência, a política do Marquês de Pombal havia fortalecido a supremacia da língua portuguesa na colônia, especialmente após a expulsão dos jesuítas, em 1759, e da eliminação da língua geral ou tupi-guaraní de todos os currículos escolares.<sup>231</sup> O português tornou-se oficial e todas as línguas indígenas não foram reconhecidas.

Tanto no Paraguai como no Brasil, durante a construção do Estado Nacional, a partir do século XIX, ocorreu um forte processo de homogeneização linguística. Mas, apesar desse processo, não desapareceram as línguas indígenas, africanas e os idiomas e dialetos das inúmeras comunidades de imigrantes que vieram para a América do Sul, neste caso, para o Paraguai e para o Brasil.

A fixação de um número considerável de brasileiros no Paraguai fez com que o contato entre brasileiros e paraguaios apontasse para questões de identidade nacional em torno dos choques culturais. Um dos pontos mais evidentes refere-se aos três principais idiomas falados: português, espanhol e guarani. No movimento migratório brasileiro para o Paraguai produziram-se separações, mesclas e disputas em torno da legitimação da língua como fator determinante ou não da identificação nacional. É importante destacar que o guarani continua sendo a língua mais falada em todo o país, principalmente na zona rural.<sup>232</sup>

Este idioma é visto pela maioria dos paraguaios como a expressão máxima da nacionalidade. Mas para determinados setores da sociedade, o guarani é considerado pejorativamente coisa de índio ou de camponês, remetendo à herança de preconceitos deixada pelos espanhóis e pela elite cultural da capital acerca das línguas nativas. Pode-se afirmar que o guarani é visto como a língua de resistência nacional, da cultura popular e dos sentimentos familiares e nacionalistas paraguaios.

<sup>230</sup> ZUCCOLILLO, C. M. R. Paraguay “pluricultural y bilíngüe”: o como se dice mestizo em guarani?. **Revista Paraguaya de Sociología**, a. 37, n. 109, set/dic de 2000. p. 185-202.

<sup>231</sup> RODRIGUES, A. D. Política lingüística e educação para os povos indígenas. Apud SILVA, A. L. da. **A questão da educação indígena**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

<sup>232</sup> PARAGUAY. Resultados finales. Censo Nacional de Población y Viviendas. Año 2002- Total País. Fernando de la Mora: DGEEC, 2004.

Em contrapartida, o espanhol é percebido como a língua imposta pelo Estado Nacional, racional e artificial e que não representa uma unidade.

Nas escolas do Paraguai, públicas e privadas, os professores ensinam os dois idiomas nacionais. E, a partir desse processo histórico de reconhecimento e obrigatoriedade do guarani que se pode entender os discursos nacionalistas dos paraguaios em defesa do guarani. Como comenta Sturza,

o reconhecimento do guarani como língua oficial e o seu destacado lugar como língua materna da grande maioria da população é um ingrediente fundamental na configuração das línguas da fronteira, sobretudo pela importância étnica e identitária que o guarani ocupa frente a outras línguas, as dos imigrantes e a do Estado.<sup>233</sup>

Cabe ressaltar que, diante das migrações e das constantes trocas e misturas culturais, o guarani é um dos poucos elementos que identificam o Paraguai no contexto do Mercosul e do mundo globalizado. Neste sentido, o guarani se constitui como um limite entre paraguaios e os imigrantes de qualquer nacionalidade. É a expressão máxima da cultura e identidade do Paraguai.

Neste ponto cabe discutir a idéia de construção de identidade nacional, para Renato Ortiz a memória coletiva se distingue da memória nacional. Enquanto a primeira estaria voltada para uma vivência imediata, e se evidencia por meio do rito e do mito, a segunda define-se por uma ação politicamente orientada, por ordem da ideologia. Nesse caso, ocorre uma proposta consciente de implantar um projeto de identidade pelos agentes, como pelo Estado, por exemplo, ao procurar definir uma identidade para a nação, encontrando elementos para desenvolver laços identitários.<sup>234</sup> E, como já dissemos acima, o idioma é visto como a expressão máxima da nacionalidade, portanto um forte elemento identitário.

Veja-se o que diz a agricultora Sinaide Backes, moradora da Gleba 11, a respeito da língua utilizada nos diálogos cotidianos entre brasileiros e paraguaios:

Aqui na fronteira, em vez do paraguaio influenciar nos costumes brasileiros, os brasileiros é que influenciam os costumes dos paraguaios. Eu não falo bem o castelhano porque os paraguaios falam português comigo. Eles não me forçaram a falar o castelhano.<sup>235</sup>

<sup>233</sup> STURZA, E. R. Línguas de fronteira: o desconhecido território das práticas lingüísticas nas fronteiras brasileiras. **Ciência e Cultura**, n. 2, v. 57, São Paulo, abr./jun. 2005. p. 6. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php>>. Acesso em: 02/2/2010.

<sup>234</sup> ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

<sup>235</sup> BACKES, Sinaide. **Entrevista**. Gleba 11 (Mbaracayu-PY), 02 de Janeiro de 2010.



Sinaide Backes, ao afirmar que não a forçaram a falar o castelhano, infere-se que também não a forçaram a falar o guarani. Ou ainda o que diz o agricultor Marcelo Schneider, morador da Curva da Lata, também a esse respeito:

A gente vê claramente que, em vez do brasileiro se adaptar ao Paraguai, é o paraguaio que procura se adaptando ao costume do brasileiro. Nessa região se vê isso claramente! O costume brasileiro está dando o ritmo na cidade de Katueté. Não é o costume paraguaio. Na escola as crianças paraguaias tentam falar o português com nossos filhos. Na classe que meu filho estuda tem 15 alunos e apenas quatro são paraguaios<sup>236</sup>

Ainda de acordo com o agricultor Marcelo Schneider, a municipalidade de Katueté é uma das muitas localidades com presença maciça de imigrantes brasileiros.<sup>237</sup>

É interessante observar que os imigrantes brasileiros estão no Paraguai há mais de 30 anos e a grande maioria não aprendeu nem o espanhol e tão pouco o guarani. É preciso dizer que muito dessa realidade é resultado das próprias condições de infraestrutura e da geografia do lugar na época da instalação desses imigrantes. Os que haviam sido alfabetizados no Brasil, não iam para a escola no Paraguai, principalmente porque não tinham acesso a elas; ou seja, não havia escolas para seguir os estudos iniciados no Brasil nas regiões de abertura de fronteira agrícola onde essas famílias se fixaram. A dificuldade de acesso às escolas paraguaias foi um grande limitador para que houvesse uma maior integração lingüística entre brasileiros e paraguaios, desde o início da colonização.

O mesmo já não acontece com a maioria dos filhos de brasileiros nascidos no Paraguai. Na atualidade, a maioria dessas famílias possui uma condição de vida melhor que na época da chegada. Os pais estão conseguindo pagar estudo para os filhos, mesmo que seja em escolas distantes do lugar onde moram. É o caso das duas comunidades em foco (Curva da Lata e Gleba 11), em que, para cursar da quinta série em diante é preciso percorrer diariamente aproximadamente 20 km de estradas vicinais, com recursos próprios.

Diante desse quadro, observa-se que os descendentes dos imigrantes estão aprendendo os dois idiomas nacionais. Os pais admitem que se sentem estrangeiros

<sup>236</sup> SCHNEIDER, Marcelo. **Entrevista**. Curva da Lata (Katueté, Py) 28 de Janeiro de 2009.

<sup>237</sup> Id.

no Paraguai e têm dificuldade de aprender outro idioma que não o de sua origem, mas que os seus filhos, pelo fato de terem nascido no Paraguai, são paraguaios. E que eles, nas escolas, aprendem a se comunicar em espanhol e guarani e em casa mantêm o português como idioma, para melhor se comunicarem com os pais. Neste sentido, o técnico em agropecuária Áureo Friguetto, que chegou ao Paraguai aos quatro anos de idade, fala sobre a experiência que vivenciou:

Eu comecei a estudar com os paraguaios, então eu tinha muita dificuldade com a língua. Costumava-se ensinar em espanhol mas o que se falava na hora do recreio era só o guarani. Então eu ficava meio acanhado, eu ficava num canto meio quietinho, sem ter aquela integração com os colegas. Com o decorrer do tempo fui aprendendo. Depois que eu aprendi o espanhol e o guarani, ficou tudo mais fácil. Já não havia a discriminação. Existia discriminação com os brasileiros que não tinham facilidade de aprender, esses eram discriminados na escola.<sup>238</sup>

Não resta dúvida de que, no espaço escolar, os filhos e netos dos imigrantes brasileiros aprendem as línguas oficiais do país, e mais, aprendem também a história e a geografia paraguaia, cantam o hino nacional e debatem questões sobre o Paraguai, aprendem música, folclore e cultura paraguaia. Em contrapartida, esses descendentes recebem a influência cultural do Brasil no cotidiano de suas casas e nas imagens televisivas.

Buscando esclarecer melhor este aspecto, Stuart Hall define que o que ocorre com o imigrante radicado, é uma crise de identidade. Sua tese baseia-se na relação entre velhas e novas identidades, de forma que as últimas surgem para desestabilizar o homem de hoje, gerando o que ele chama de crise de identidade. Deste modo, Hall trata das mudanças de identidade como o resultado de um deslocamento devido à perda de um sentido de si, do seu lugar no mundo social e cultural o que acarreta a crise de identidade.

Hall nota que a identidade é formada através de processos inconscientes e que o sujeito não nasce com ela, mas a forma com o passar do tempo. Devido a isto, em vez de falar de identidade como um processo pronto e acabado, devemos falar em identificação, e sempre tratá-la como um processo em movimento.<sup>239</sup> Assim, os brasiguaios vão construindo a sua identidade, a partir da interação entre o eu e a sociedade, produzindo novas identificações.

<sup>238</sup> FRIGUETTO, Áureo. **Entrevista**. Gleba 11 (Mbaracayu-Py), 31 de Janeiro de 2009.

<sup>239</sup> HALL, S. **Identidades culturais na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

Portanto, ao passo que as identidades culturais estão em constante transição, eles mantêm vínculos com uma ou mais culturas, além daquela em que nasceram, formam e mantêm tradições negociando os seus valores com as novas culturas em que estão inseridos. Trazem os traços culturais e as tradições domésticas, mas isso não os unifica a cultura em que se inseriram; assim, são obrigados a produzir suas próprias tradições e a negociar entre elas. O hibridismo cultural representa uma adaptação da tradição, uma poderosa fonte criadora de novas formas de cultura, mais apropriadas ao contexto ou ao mundo atual.

De modo geral, os imigrantes transportam as culturas nacionais para diferentes destinos e, concomitantemente, incorporam novos valores e costumes dos países de destino, principalmente pelas novas gerações, no fluxo permanente de contatos (travessias e fluxos culturais) e choques culturais (barreiras).<sup>240</sup> Cabe lembrar aqui que os imigrantes brasileiros no Paraguai, continuam estabelecendo relacionamentos e laços sentimentais e comunicacionais com o Brasil; por meio do rádio, telefone, internet e televisão. Nesta forma de contato com o Brasil amplia-se o universo cultural, porém permanecendo fortes laços com o Brasil.

Neste sentido, tem-se a fala de um professor paraguaio que opina sobre o quadro sociocultural que se desenhou com o advento da imigração brasileira no Paraguai:

Como ellos son hijos de inmigrantes, la influencia en la casa, todos los días papá y mamá les hablan en portugués, entonces ellos se sienten brasileños. Miran las teles, los canales brasileños se exaltan el nacionalismo y esto lo que sale: el Brasil es el más grande del mundo. Todos los días es exaltación del nacionalismo, totalmente todos los días en todos los canales de televisión. Entonces ellos miran canales de televisión brasileña, se sienten brasileños, sus padres son brasileños, hablan en portugués. Pero viene a la escuela, a la institución escolar y tienen que hablar en castellano, tienen que hablar el guaraní, tienen que practicar costumbres y tradiciones paraguayas, entonces se sienten paraguayos, saben bien que nacieron en Paraguay, viven en Paraguay y que tienen que sentirse paraguayos, pero pertenecen, sus padres son inmigrantes.<sup>241</sup>

Por meio da narrativa acima, nota-se que há um sentimento de pertencimento ou de identificação nas situações de rotina cotidiana. Em

<sup>240</sup> ANDERSON, B. A nação no século XXI. Palestra de abertura. **Terceiro Encontro de Tensões Mundiais**. Encontro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, 19/07/2005.

<sup>241</sup> Professor de história, entrevistado em 25 de novembro de 2004. Apud ALBUQUERQUE, J. L. C. **Fronteiras em movimento e identidades nacionais: a imigração brasileira no Paraguai**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

contrapartida, a identificação com a cultura paraguaia está mais no âmbito social liminar e situacional. Grimson alerta, que os hibridismos culturais não se traduzem necessariamente em formas híbridas de identificação.<sup>242</sup> Existe, assim, uma zona de interstício em que a identificação brasileira está em trânsito e a identificação paraguaia ainda não está reconhecida pelos filhos de brasileiros nascidos no Paraguai, principalmente no aspecto do padrão linguístico.

Nota-se que é de reconhecimento da parte dos imigrantes que, falar o idioma local no Paraguai torna-se um fator importante de inserção na sociedade, daí admitirem que os filhos aprendam o castelhano e o guarani. Além da inserção, há também o motivo de evitar aspectos discriminatórios e de evitar a visão de que os brasileiros sejam invasores, diminuindo por meio do idioma, as diferenças culturais e sociais. Assim, a identidade dos imigrantes brasileiros passaria a ser reconhecida mediante a aprendizagem e a comunicação com o guarani.

Nas diferenças de cor dos paraguaios (morenos) e dos imigrantes brasileiros (brancos, loiros e com olhos azuis – descendentes em sua maioria de sulistas no Brasil) a língua aparece como um fator de superação racial. Aparece o “nós” e, do contrário, aparecem o “nós” e o “eles”.

O cenário descrito é típico do estranhamento e do deslocamento cultural das novas gerações de filhos de brasileiros no Paraguai. O idioma ou a maneira de falar aparece incorporado em suas vivências no Paraguai, ao mesmo tempo, quando vêm para o Brasil, são reconhecidos como brasileiros, pois também falam fluentemente o português. Aqui, revela-se uma forma de hibridismo linguístico. Eles vivenciam a contradição da afirmação e da negação da dupla cidadania ou nacionalidade. Pode-se também afirmar que existe uma tensão entre segregação e integração entre as novas gerações dos imigrantes brasileiros. Os imigrantes (pais) continuam mais separados e o preconceito, muitas vezes inviabiliza espaços comuns de convivência entre seus filhos e os demais moradores do Paraguai.

É certo que houve famílias de migrantes brasileiros que adotaram como estratégia o registro dos filhos como cidadãos paraguaios e promoveram a aprendizagem das línguas oficiais do país. Eles têm como primeiro idioma o português sem dominarem a língua portuguesa escrita e são alfabetizados no Paraguai na língua espanhola e guarani. Observa-se neste aspecto certo espaço

---

<sup>242</sup> GRIMSON, A. **Fronteras, naciones e identidades: la periferia como centro.** Buenos Aires: La Crujía, 2000.

para a resistência ou para o engendramento de um novo modo de vida.

Isto posto, é preciso lembrar que emigrar para o Paraguai não foi exatamente a escolha desses agricultores; eles; de certo modo, foram levados a isso. A opção pelo Paraguai se deu, antes, pela possibilidade do acesso a novas áreas para a prática da agricultura, pela qualidade da terra e ainda pela proximidade do Brasil. Sinaide Backes, ao ser indagada sobre se seus filhos se sentem brasileiros ou paraguaios, afirma:

Eles se sentem brasileiros! Mas eles também não gostam que se fale mal dos paraguaios. Não posso dizer que eles são paraguaios. Eles não se acham paraguaios, mas também não se pode falar que não são paraguaios porque eles nasceram aqui foram registrados aqui. Então, eles são paraguaios.<sup>243</sup>

Nesse relato observa-se a construção de uma sociedade híbrida, fundida entre a língua portuguesa e o castelhano (portuñol) ou da mistura de português, guarani e espanhol (portuguarañol).<sup>244</sup>

O mesmo acontece com os outros aspectos da relação entre brasileiros e paraguaios, em relação à música, à dança, à culinária, à religião; por vezes se misturam, por vezes, não. Isso depende muito da localização geográfica do povoamento. Quanto mais distante dos centros de ocupação paraguaia, maior a força da cultura brasileira e menor é a interação com a população paraguaia.

As músicas e os conjuntos musicais que tocam canções brasileiras nos bailes são contratados geralmente no Brasil. Os Centros de Tradições Gaúchas (CTG) existem em algumas cidades e promovem a dança, o vestuário e os costumes dos gaúchos. Nas festas da Exposoja (exposição agropecuária), que ocorrem nas localidades predomina a cultura brasileira, dos pratos típicos à música e o idioma.<sup>245</sup>

No entanto, é principalmente na questão de posse ou de propriedade da terra, que os conflitos afloram em algumas regiões. Nesse aspecto, observam-se desafios, misturas e separações, interações e conflitos, dominações e subordinações e zonas de disputas pelo poder. Nota-se que, como estratégias de luta e combate, criam-se estereótipos sobre o outro e que a identificação com as suas respectivas nações está muito presente. Todo este cenário caracteriza a

<sup>243</sup> BACKES, Sinaide. **Entrevista**. Gleba 11 (Mbaracayu-PY), 02 de Janeiro de 2010.

<sup>244</sup> FELIÚ, F. S. **Canindeyu-zona alta**: los brasiguayos. Asunción: Leo SRL, 1999.

<sup>245</sup> Id.

dinâmica social dos imigrantes brasileiros no Paraguai, na atualidade, como um espaço de grande complexidade e imbricações.

A tentativa de modernização ocasiona tensões sociais porque os brasileiros expressam uma imagem ou uma ideologia da nação brasileira como avançada, moderna e, portanto, superior à nação paraguaia. Esta que nessa mesma comparação e julgamento, seria classificada como terra de “chirus”<sup>246</sup>, preguiçosos, mandioqueiros, corruptos. Essas imagens simbolizam as assimetrias de poder e estes estereótipos só aumentam as tensões sociais já existentes com relação aos conflitos pela posse legítima da terra e por uma política agrária mais justa. A reação contra essas classificações pejorativas também faz parte da resignação e da luta dos grupos camponeses no vizinho país. Essas situações são menos comuns na cidade do que no campo ou na zona rural, onde são mais frequentes.<sup>247</sup>

Cabe destacar que é visível na experiência dos descendentes de imigrantes brasileiros no Paraguai, um processo simultâneo de hibridismo cultural. Este hibridismo é uma ruptura e uma associação ao mesmo tempo. É o mesmo, o outro e uma terceira coisa, o novo. Em contrapartida há também a busca de afirmação de identificações nacionais e preconceitos mútuos. Sob a ótica de Bhabha, “é teoricamente inovador e politicamente crucial”, a necessidade de ir além das narrativas subjetivas originárias e focalizar tensões ou processos produzidos na articulação de diferenças culturais, que, geram novas colaborações e contestações, no ato de definir a própria idéia de sociedade.<sup>248</sup>

A identidade é um processo relacional de referências cruzadas que é elaborada socialmente. Enquanto identidade social ou coletiva, ela é o imaginário de um grupo sobre suas origens comuns e os seus múltiplos laços culturais, históricos e geográficos partilhados. Este senso de compartilhamento identitário é que permite à população de determinado território a configuração de um projeto de continuidade histórica. Assim, a identidade emerge da dialética entre indivíduo e sociedade, como propuseram Berger e Luckmann<sup>249</sup>, quando notadamente se dá a transição entre os

---

<sup>246</sup> Expressão pejorativa utilizada para designar as etnias nativas, utilizada com freqüência por paraguaios de outra origem que não a indígena. Esta expressão acaba sendo adotada e, por vezes, empregada por imigrantes brasileiros.

<sup>247</sup> ALBUQUERQUE, J. L. C. **Fronteiras em movimento e identidades nacionais: a imigração brasileira no Paraguai**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

<sup>248</sup> BHABHA, H. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1998. p. 20.

<sup>249</sup> BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 130.

valores culturais de origem familiar e os valores paraguaios. Invoca-se a identidade deste sujeito em que aspectos étnicos e de nacionalidade se interseccionam, ocupando o mesmo espaço.

O olhar sobre as novas gerações dos imigrantes tem a possibilidade de captar, no aspecto da construção da identidade, a imagem simbólica de mundo e de sociedade que estes sujeitos possuem. Com certeza essa construção identitária ou da identidade é permeada por conflitos e contradições em que o outro (cultura paraguaia) está próximo e é familiar, mas não necessariamente objeto ou desejo de conhecimento e de convivência, tendo em vista as diferenças econômicas e os novos contatos estabelecidos entre brasileiros imigrantes e paraguaios.

Não se trata de uma construção de identidade tênue, e sim conflituosa aos que experimentam esse processo. O que nos parece ser uma característica ou um processo presente em todas as situações de migração para diferentes lugares. Vale lembrar, assevera Armstrong, que a construção da identidade não encontra padrões uniformes: “Cada sujeito dará sentido à sua identidade conforme o sentimento de pertencimento que mantém.”<sup>250</sup> É o que se evidencia na fala da imigrante brasileira, Lourdes Leichtweis, moradora da Gleba 11, ao expressar seu sentimento pela pátria mãe: “Eu gosto do Brasil mas não vou dizer que eu amo ele de paixão, porque ele não me deu tanta chance. Eu não tive lá [no Brasil] a chance que eu tive aqui para progredir.”<sup>251</sup>

Isto permite visualizar que as opções de cada sujeito podem ser diferentes em função do passado e dos aspectos psicológicos e interesses de cada um. Daí o caráter dinâmico e inovador e de adaptação à realidade. Talvez por isso, qualquer estudo sobre identidade deva ser localizado num espaço e tempo concreto, num contexto e não num conceito a ser examinado.

---

<sup>250</sup> POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. (Org.) **Teorias da etnicidade**. São Paulo: UNESP, 1998. p. 83.

<sup>251</sup> LEICHTWEIS, Lourdes. **Entrevista**. Gleba 11 (Mbaracayu-Py), 30 de Janeiro de 2009.

## CONCLUSÃO

O estudo deste tema efervescente e delicado, além de complexo, permitiu algumas conclusões e proporcionou algumas chaves para o entendimento das relações que se estabeleceram entre brasileiros e paraguaios, nos últimos tempos. Também mostrou algumas das transformações engendradas no espaço estudado. Enfim, as experiências dos imigrantes agricultores brasileiros radicados no Paraguai, ao longo de mais de trinta anos, forneceram os subsídios para a compreensão da atual dinâmica sociocultural paraguaio-brasileira.

O impacto da presença de agricultores imigrantes brasileiros no Paraguai fez-se sentir no efeito dinamizador da economia regional, combinando-se a atividade produtiva da soja, do milho e do trigo, novos arranjos sociais e a formação de uma nova territorialidade. Até quatro décadas atrás, esta região da fronteira leste paraguaia ainda não se encontrava integrada à economia daquele país e mundial.

Por meio deste estudo, ficou evidente que a migração de agricultores brasileiros para o Paraguai, com mais força a partir de 1970, foi o resultado de políticas adotadas pelos governos do Brasil e do Paraguai, responsáveis pela impulsão dos processos de transformações econômicas e sociais em seus respectivos países, mas com desdobramentos nas nações vizinhas. Mais claramente, pode-se afirmar que a modernização da agricultura foi incentivada pelos dois governos e foi a mola propulsora para o movimento migratório, onde o Brasil expulsa e o Paraguai recebe.

Tanto os governos do Brasil como os do Paraguai, agentes da modernização agrícola nestes dois países, tinham interesse na formação e no desenvolvimento das relações do agronegócio no campo, criando facilidades e implantando políticas, tratados, acordos e projetos políticos e econômicos neste sentido. Grupos estrangeiros e empresários também são agentes desta expansão capitalista que se efetuou nos departamentos da região oriental do Paraguai, sobretudo nos departamentos de Alto Paraná, Caaguazú e Canindeyú.

As propagandas e políticas de colonização do governo paraguaio foram direcionadas aos agricultores brasileiros, especialmente do Oeste do estado do Paraná, favorecendo-os. Esta evidência pode ser encontrada e confirmada nos planos de desenvolvimento social e econômico dos dois países. A operacionalização destes planos foram causas do intenso movimento migratório de brasileiros para o



Paraguai: aliás, a inauguração da Ponte da Amizade, em 1964, estabeleceu condições materiais e logísticas fundamentais para o início deste processo migratório.

A região estudada, os departamentos de Alto Paraná e Canindeyú, aparece definida como uma nova região a partir da presença desses agricultores imigrantes brasileiros, com a produção agrícola voltada para o mercado e o agronegócio. Nessas áreas, a maioria da população é de brasileiros e seus descendentes, numericamente superior aos paraguaios ali residentes.

Uma das condições que favoreceu a colonização e a fixação de brasileiros foi a qualidade dos solos e o seu preço baixo e atrativo. Os agricultores entrevistados referiram-se várias vezes ao valor das terras, à sua qualidade, à proximidade com o Brasil, as vantagens com o câmbio da moeda, e o desejo de continuar a manutenção de suas vidas, como produtores rurais, como fatores que influenciaram a escolha das localidades estudadas para imigrarem. Nota-se que em áreas que não correspondem a estes elementos de escolha citados, a presença de brasileiros não é significativa.

Isto permite pensar que as políticas de colonização favoreceram mais aos brasileiros do que a população do Paraguai que foi ignorada neste processo e as terras disponibilizadas aos brasileiros para aquisição, em detrimento de muitos paraguaios. Esta situação de prejuízo de um grupo em favor de outro demonstra a determinação das relações capitalistas de acesso e posse da terra, que passa a se tornar uma mercadoria e fonte de conflitos e injustiças sociais para os camponeses no Paraguai.

Esta situação é fonte de preocupação para ambos os lados (brasileiro e paraguaio) e contribui ainda mais para a visão estigmatizada que um grupo constrói do outro. Embora não se possa classificar como conflitos étnicos, a posse da terra revela-se, de fato, conflituosa. É sob esta dinâmica social que estes indivíduos experienciaram a integração paraguaio-brasileira.

Essa situação de conflitos pela posse da terra desencadeia estigmatizações e marginalizações tanto de brasileiros como de paraguaios, e é fonte de inspiração para muitas veiculações oportunistas e tendenciosas na imprensa, que acusa o governo paraguaio de se apropriar de terras que não lhe pertenciam e de distribuí-las entre setores do próprio governo, empresas estrangeiras e projetos agropecuários.

Conforme foi possível apurar, faltam políticas agrícolas que harmonizem, por um lado, os interesses da pequena propriedade rural e, por outro, os interesses do agronegócio, com vistas a um equilíbrio entre homem, propriedade e uso da terra.

Para o Paraguai, a agricultura desempenha uma importante função social. Ao longo de sua história, as populações camponesas, foram excluídas do acesso à terra e ao capital. Este quadro ocasionou a incapacidade da capitalização dos meios de produção, desencadeando o estado atual de estagnação econômica. Vale lembrar que as safras de soja não conseguem tirar o país da paralisação social e produtiva, voltando-se para o mercado externo apenas.

A produção da soja, sem dúvida, não é o vilão da história. Apesar de sua área de plantio e índices de produção terem aumentado consideravelmente, nos últimos anos, verificamos que a cultura da soja não se torna um problema ou um entrave para a agricultura familiar, ainda que ela encubra a problemática fundiária latente no Paraguai, que espera ser resolvida.

Nesta pesquisa foi analisada a integração cultural entre dois povos tão diferentes como brasileiros e paraguaios. Estas relações são marcadas pelas diferenças identitárias, decorrentes das mobilidades e de seu caráter de transitoriedade e redefinições, visto que em busca da sobrevivência, o ser humano promove adaptações e criação de novas fronteiras culturais e étnicas entre duas culturas.

Esta nova fronteira ou um nova territorialidade ultrapassa os limites geoeconômicos e políticos de uma nação e torna-se o resultado de uma nova integração. Foi isso que ficou evidenciado no cotidiano daqueles imigrantes agricultores com os quais tivemos contato. Percebemos que a interação com o outro e as diversas possibilidades de se lidar com esse outro foram criadas e recriadas neste novo espaço de convivência, habitado por homens e mulheres que vivem num constante saber-fazer e saber-estar na construção de suas identidades e alteridades: isto se dá na história de uma fronteira de tantos encontros e desencontros.

Ao longo de nosso trabalho, pudemos perceber que os imigrantes agricultores brasileiros no Paraguai construíram uma nova realidade e uma nova identidade, cujos registros estão no imaginário desses agricultores. Construíram novas vidas, apresentando uma realidade complexa e dinâmica, reflexo do processo

migratório. Uma realidade que, a partir da presença de milhares de brasileiros em solo paraguaio, marcou uma nova relação entre dois países, abrangendo aspectos políticos, sociais, econômicos e culturais diferentes, cujo caráter de transitoriedade necessita uma constante redefinição, que surge da mobilidade da população. Todas estas situações estão marcadas pelas diferenças no registro de cada experiência que tivemos a oportunidade de encontrar.

## FONTES ORAIS

- BACKES, Sinaide. **Entrevista**. Gleba 11 (Mbaracayu-PY), 02 de Janeiro de 2010.
- CHIOSSI, Cláudio. **Entrevista**. Curva da Lata (Katueté-Py), 07 de Julho de 2009.
- DALKE, Joseli Débora Pudel. **Entrevista**. Toledo, 25 de Novembro de 2009.
- FRIGUETTO, Áureo. **Entrevista**. Gleba 11 (Mbaracayu-Py), 31 de Janeiro de 2009.
- LECHETA, Valdecir. **Entrevista**. Curva da Lata (Katueté-Py), 08 de Julho de 2009.
- LEICHTWEIS, Lourdes. **Entrevista**. Gleba 11 (Mbaracayu-Py), 30 de Janeiro de 2009.
- MOH, Eduino. **Entrevista**. Curva da Lata (Katueté, Py), 8 de Julho de 2009.
- SCHNEIDER, Marcelo. **Entrevista**. Curva da Lata (Katueté, Py) 28 de Janeiro de 2009.
- SCHNEIDER, Nildo. **Entrevista**. Toledo, 12 de outubro de 2009.
- SCHNEIDER, Renato. **Entrevista**. Gleba 11 (Mbaracayu-Py), 30 de Janeiro de 2009.
- SCHNEIDER, Renato e SCHNEIDER, Lurdes. **Entrevista**. Gleba 11 (Mbaracayu-Py), 30 de Janeiro de 2009.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALBUQUERQUE, J. L. C. **Fronteiras em movimento e identidades nacionais: a imigração brasileira no Paraguai**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.
- ALVES, J. L. **Brasiguaios**: destino incerto. São Paulo: Global, 1990.
- ANDERSON, B. A nação no século XXI. Palestra de abertura. **Terceiro Encontro de Tensões Mundiais**. Encontro da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Universidade Estadual do Ceará (UECE), Fortaleza, 19/07/2005.
- ANJOS, F. S. dos. **Agricultura familiar em transformação**: o caso dos colonos-operários de Massaranduba/SC. Pelotas: UFPEL, 1995.
- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

BARBALHO, A. **Estado e cultura no Brasil**. Unijuí: UFC, 1998.

BATISTA, L. C. **Brasiguaios na fronteira: caminhos e lutas pela liberdade**. p 163f. Dissertação (pós-graduação em geografia) – FFLCH/USP, São Paulo, 1990.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1999.

BHABHA, H. K. Disseminação: o tempo, a narrativa e as margens da nação moderna. In: **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BRACAGIOLI NETO, A. **A fronteira dos excluídos: a trajetória social dos brasiguaios**. Porto Alegre/RS: Cadernos de Sociologia PPGS/UFRGS, 1994.

CADIOU, F. **Como se faz a história: historiografia método e pesquisa**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

CÁMARA Paraguaya de Exportadores de Cereales y Oleaginosas (CAPECO). Asunción: CAPECO, 2004. Disponível em: <[www.capeco.org.py](http://www.capeco.org.py)>. Acesso em: 20/9/2009.

CARTA À POPULAÇÃO. Documento assinado pelos “Brasiguaios acampados em Mundo Novo”. Mundo Novo (MT/ Brasil), 21 jun. 1985.

CARVALHO, H. L. Bens culturais, memória social e lugares da memória. In: RECKZIEGEL, A. L. S.; FELIX, L. O. (org). **RS: 200 anos definindo espaços na história nacional**. Passo Fundo: UPF, 2002.

CHIAVENATO, J. J. **Stroessner: retrato de uma ditadura**. São Paulo: Brasiliense, 1980.

CIGOLI, A. A. **A fragmentação do território e divisões político administrativas: análise da criação dos municípios do Estado do Paraná**. Dissertação (Mestrado Área de Concentração: Desenvolvimento Regional e Urbano). 1999.

CORRÊA, A. **Expansão agrícola modifica economia de países vizinhos**. Disponível em: <[http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/03/printable/080304\\_ams\\_par.](http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/03/printable/080304_ams_par.)>. Acesso em: 25/2/2009.

CORTÊZ, C. **Brasiguaios: os refugiados da fronteira**. São Paulo: Brasil Agora, 1993.

GRIMSON, A. **Fronteras, naciones e identidades: la periferia como centro**. Buenos Aires: La Crujía, 2000.

ENCICLOPÉDIA DEL PARAGUAY: **Oceano**, v. 2, s/d, p. 265.

ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, ABEP, 16., 2008. **Migração, educação e desenvolvimento: o caso dos chefes de família imigrantes**

no oeste do Paraná uma análise de 1950 a 2000. Caxambu, MG, 29 set.- 03 out. 2008.

ESTRELA, E. S. Vozes da Itaipu: o testemunho de uma expropriação. **Imaginário**, 12, n. 13, São Paulo, 2006. Resenha.

FELIÚ, F. S. **Canindeyu-zona alta**: los brasiguayos. Asunción: Leo SRL, 1999.

\_\_\_\_\_. **Canindeyu-zona alta**: los brasiguaios. Assunción, 2000.

\_\_\_\_\_. **Los brasiguaios**. Canindeyú/Zona Alta, s/d. p. 47.

FERRARI, C. A. Brasiguaios na fronteira: luta pela terra, violência e precarização do trabalho no campo. **Pegada**, v. 8, n. 2, dez. 2007.

\_\_\_\_\_. **O avanço do agronegócio e a exploração dos brasiguaios no município de San Alberto**: departamento de Alto Paraná/Paraguai. Centro de Ciências Humanas e Letras: Marechal Cândido Rondon, 2006.

FIGUEREDO, O. A. T.; MIGUEL, L. A. **Desenvolvimento territorial e ruralidade**: a modernização da agricultura e os brasiguaios no Paraguai. Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural. Porto Alegre: UFRGS, 2002.

FOGEL, R.; RIQUELME, M. **Enclave sojero, merma de soberanía y pobreza**. Asunción/Paraguay: Centro de Estudios Rurales Interdisciplinarios, 2005.

FRIGÉRIO, A.; RIBEIRO, G. L. **Argentinos e brasileiros**: encontros, imagens e estereótipos. Petrópolis: Vozes, 2002.

GARCÍA CANCLINI, N. **Culturas híbridas**. São Paulo: Edusp, 2000.

GERMANI, G. Os expropriados da Itaipu. O conflito: Itaipu X Colonos. **Cadernos do Propur**. Porto Alegre: UFRS, 1982.

GINZBURG, C. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: **Mitos, emblemas e sinais**: morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GRAZIANO NETO, F. **Questão agrária e ecologia**: crítica da moderna agricultura. São Paulo: Brasiliense, 1982.

GREGORY, V. **Os eurobrasileiros e o espaço colonial**: migrações no Oeste do Paraná (1940/70). Cascavel: Edunioeste, 2002.

GRIMSON, A. **Fronteras, naciones e identidades**: la periferia como centro. Buenos Aires: La Crujía, 2000.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

IPARDES. Fundação Edson Vieira. **Cenários da economia paranaense**. Curitiba,

1987-91.

JARA, F. A. **Paraguay: ciclos adversos y cultura política**. Assunción: Servilibro, 2004.

JORNAL O PARANÁ. 11 de janeiro de 1991.

\_\_\_\_\_. 22 de janeiro de 1991.

LAINO, D. **Paraguai: fronteiras e penetração brasileira**. São Paulo: Global, 1979.

LEITE, S. C. **Os brasiguaios: nem brasileiros nem paraguaios**. São Paulo: Loyola, 1992.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

LEONARDON, M. B. **Sem terra e sem pátria: um estudo dos brasiguaios**, 2003.

LIMA, I. C. de. **Itaipu: as faces de um mega projeto de desenvolvimento (1930-1984)**. Marechal Cândido Rondon: Germânica. 2004.

MAGALHÃES, M. V. A migração do Paraná nas últimas décadas: um balanço preliminar. **Análise conjuntural**, Curitiba: Ipardes, v. 14, n. 11/12, nov./dez. 1992.

MARIÓ E. G.; SILVA-LEANDER, A.; CARTER, M. **Paraguay: temas de desarrollo social para el alivio de la pobreza – Análisis Social del País**. Banco Mundial, Documento de trabalho nº 4/04, 2004. Disponível em: <[www.bancomundial.org.ar](http://www.bancomundial.org.ar)>. Acesso em: 24/9/2009.

MEINERZ, L. R. **Brasiguaios e a inclusão subordinada: as condições de vida no município de Pato Bragado**. Unioeste/Centro de Ciências Humanas de Educação e Letras: Marechal Cândido Rondon, 2005.

MENEGOTTO, R. **Migrações e fronteiras: os imigrantes brasileiros e a redefinição de fronteiras**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2004.

OKUBARU, F. Grande Curitiba ganhará mais de 1,5 milhões de pessoas até 2020. **Jornal Gazeta do Povo**, Curitiba, 18 ago. 2003, p. 3.

ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

PADIS, P. C. **Formação de uma economia periférica: o caso do Paraná**. São Paulo: HUCITEC, 1981.

PARAGUAY. (2004). Resultados finales. **Censo Nacional de Población y Viviendas**. Año 2002- Total País.

\_\_\_\_\_. Secretaria Técnica de Planificación (STP). **Perfil ambiental del Paraguay**. Asunción: STP, 1985.

PARISOTTO, R. **A migração no Paraná nas décadas de 70 e 80: fatores que**

contribuíram para a evasão rural e a concentração nos grandes centros urbanos. Cascavel, 1996.

PESAVENTO, S. J. (Org.). **Fronteiras do milênio/organizado**. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 2001. In: STERLING, G. (Org.) Foz do Iguaçu: Uniamérica, 2006.

PELEGRINI, S. C. A. e FUNARI, P. P. **O que patrimônio cultural imaterial**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.2, n. 3, 1989.

POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. (Org.) **Teorias da etnicidade**. São Paulo: UNESP, 1998.

PRIORI, A. A. Movimentos sociais no campo: perspectiva de abordagem e análise historiográfica. In: PELEGRINI, S. C. A.; ZANIRATO, S. H. (Org.). **Narrativas da pós-modernidade na pesquisa histórica**. Maringá: Eduem, 2005.

REYDON, B. P.; PLATA, L. A. Migrações e mercados de terra agrícolas no Cone Sul. In: PATARRA, N. L. **Emigrações e imigrações internacionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: FNUAP, 1995.

RIBEIRO, M. de F. **Memórias de concreto**: vozes na construção de Itaipu. Cascavel: Edunioeste, 2002.

RIPPEL, R. **Aceleração e esgotamento da ocupação populacional de uma fronteira**: o caso do oeste do Paraná uma análise de 1940 a 2000. (Apresentação oral). 2005. Unioeste/Paraná.

RIQUELME, M. Notas para el da lãs causas y efectos de las migraciones brasileñas em el Paraguay. In: **Enclave sojero, merma de soberania y pobreza**. Centro de Estúdios Rurales Interdisciplinários (CERI). Asunción, Paraguay. 2005.

RODRIGUES, A. D. Política lingüística e educação para os povos indígenas. Apud SILVA, A. L. da. **A questão da educação indígena**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

ROESLER, M.; CESCNETO, E. Políticas populacionais, migrações e desenvolvimento. **VIII Congresso Luso-Africano de Ciências Sociais**. Coimbra 16, 17 e 18 de setembro de 2004. Centro de Estudos Sociais. Faculdade de Coimbra. Coimbra/Portugal. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/LAB2004>>. Acesso em: 21/9/2009.

SALIM, C. A. A questão dos brasiguaios e o Mercosul. In: PATARRA, N. L. **Emigrações e imigrações internacionais no Brasil contemporâneo**. São Paulo: FNUAP, 1995.



SANTOS, A. C. de A. **Memória e cidade: depoimento e transformação urbana de Curitiba (1930-1990)**. Curitiba; Aos Quatro ventos, 1999.

SANTOS, M. **Por uma globalização do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do espaço habitado**. São Paulo: Hucitec, 2003.

SCHLOSSER, M. T. S. **Nas ondas do rádio: a viabilidade da modernização agrícola no oeste do Paraná (1960-1980)**. Dissertação (Mestrado) - Departamento de Geografia. Universidade Estadual de Maringá: Maringá, 2001.

SILVA, A. L. da. **A questão da educação indígena**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SONDA, V. J. **Os brasiguaios nos caminhos e descaminhos da fronteira**. Centro de Estudos GeoHistóricos e do Movimento Humano: Marechal Cândido Rondon, 1996.

SOUCHAUD, S. **Geografía de la migración brasileña en Paraguay**. Asunción/Paraguay: UNFPA, 2001.

\_\_\_\_\_. Dinámica de la agricultura de exportación paraguaya y el complejo de la soja: una organización del territorio al estilo brasileño. In: FOGEL, R.; RIQUELME, M. **Enclave sojero merma de soberanía y obreza**. Asunción: Centro de Estudios Rurales Interdisciplinarios, 2005.

\_\_\_\_\_. **Nouveaux espaces en Amérique du Sud: la frontière paraguay-brésiliense**. Paris, Mappemonde, v. 61, n. 1, 2001.

\_\_\_\_\_. **Pionniers brésiliens au Paraguay**. Paris: Karthala, 2002.

STECA, L. C.; FLORES, M. D. **História do Paraná**. Londrina: Eduel, 2002.

STERLING, G. **Abordagens historiográficas na fronteira**. Foz do Iguaçu: Uniamérica, 2006.

STURZA, E. R. Línguas de fronteira: o desconhecido território das práticas lingüísticas nas fronteiras brasileiras. **Ciência e Cultura**, n. 2, v. 57, São Paulo, abr./jun. 2005. p. 6. Disponível em: <<http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php>>. Acesso em: 02/2/2010.

WACHOWICZ, R. C. **Obrageiros, mensus e colonos: história do oeste paranaense**. Curitiba: Editora Vicentina, 1988.

\_\_\_\_\_. **História do Paraná**. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002.

ZAAR, M. H. **A produção do espaço agrário da colonização à modernização agrícola e a formação do lago de Itaipu**. Cascavel: Edunioeste, 1999.

\_\_\_\_\_. O processo migratório no extremo oeste do Estado do Paraná/Brasil com a

construção da Hidrelétrica Binacional de Itaipu. **Revista de Geografia e Ciências Sociais**. Universidad de Barcelona, n. 69, 1 ago. 2000.

\_\_\_\_\_. A migração rural no oeste paranaense/Brasil: a trajetória dos brasiguaios. **Número dedicado al III Coloquio Internacional de Geocrítica**. Universidad de Barcelona, n. 94 (88), ago. 2001.

ZUCCOLILLO, C. M. R. Paraguay “pluricultural y bilíngüe”: o como se dice mestizo em guarani? **Revista Paraguaya de Sociología**, a. 37, n. 109, set/dic de 2000.